



UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

LUCIANA SALLES DA COSTA

**TERRA DE EDUCAR: CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS ENTRE
MULHERES AGRICULTORAS DE MAGÉ-RJ**

SEROPÉDICA

2025

LUCIANA SALLES DA COSTA

**TERRA DE EDUCAR: CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS ENTRE
MULHERES AGRICULTORAS DE MAGÉ-RJ**

Dissertação submetida como
requisito parcial para a obtenção do
grau de **Mestre em Educação**, no
Programa de Pós-Graduação em
Educação Agrícola, Área de
concentração em educação agrícola.

SEROPÉDICA, RJ
2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837t Costa, Luciana Salles da, 20/07/1995-
Terra de Educar: Construção de conhecimentos entre
mulheres agricultoras de Magé-RJ / Luciana Salles da
Costa. - Seropédica- Rio de Janeiro, 2025.
136 f.: il.

Orientador: Igor Simoni Homem de Carvalho.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2025.

1. História de vida. 2. Mulheres Agricultoras. 3.
Agricultura Familiar de Magé. I. Carvalho, Igor
Simoni Homem de, 1980-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Educação Agrícola III. Título.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.”



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA
UFRRJ



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 27 / 2025 - PPGEA (11.39.49)

Nº do Protocolo: 23083.026144/2025-85

Seropédica-RJ, 22 de maio de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

LUCIANA SALLES DA COSTA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 28/03/2025

IGOR SIMONI HOMEM DE CARVALHO, Dr. UFRRJ

ANA MARIA DANTAS SOARES, Dra. UFRRJ

ROSILDA NASCIMENTO BENACCHIO, Dra. UFF

(Assinado digitalmente em 23/05/2025 23:05)
ANA MARIA DANTAS SOARES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

(Assinado digitalmente em 24/05/2025 09:39)
IGOR SIMONI HOMEM DE CARVALHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

Firefox

https://sipac.ufrrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsp?idDoc=1847994

DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 386253

DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: 1054069

(Assinado digitalmente em 25/05/2025 22:46)
ROSILDA NASCIMENTO BENÁCCHIO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 649.857.257-49

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **27**, ano: **2025**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO**, data de emissão: **22/05/2025** e o código de verificação: **b8aba7fe8a**

DEDICATÓRIA

À dona Laura, à dona Ana de Lima, minhas avós (*in memoriam*).

Aquelas que me ensinaram o cheiro do Alecrim Rosmarinus,

O sabor do fruto da Romã e as delícias do pé de Manga,

E o belo do Brilho da infância camponesa.

Também, em espírito e em verdade, dona Alice e seu Jorge (*in memoriam*).

Eu penso em vocês.

Eu agradeço a vocês.

Eu vejo vocês nele.

Massaki é feliz!

Fizeram um bom trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, porque hoje sei que ele é bom. E o melhor cientista que já conheci.

Devo agradecer ao meu marido. Pois é o meu mestre!

No Caminho de aprender a amar a Deus acima de todas as coisas!

Na Escola de aprender a amar ao meu próximo!

No Ofício de aprender a amar a mim mesma!

Hoje sei que você é o meu mestre! Meu marido! Meu amigo! Minha chama gêmea! Muito obrigada!

Agradeço à minha família. Obrigada mãe, obrigada Anna Salles, Júlio César, obrigada George. Espero que sejam felizes de verdade.

Agradeço a parceria do professor Reginaldo Massaki Komaki em todo o processo de pesquisa de campo. Ele auxiliou o andar da entrevista e a manipulação dos aparelhos de captação de áudio, assim como trouxe excelentes ponderações e questionamentos à pesquisa. Foi alicerce e rocha firme.

Agradeço ao orientador, professor Igor Simoni Homem de Carvalho, por demonstrar confiança no espírito artístico que se manifesta por meio da minha escrita.

Desejamos muita felicidade na sua vida e muito Amor e Verdade no ofício de ser professor!

Agradeço ao professor Raimundo que forneceu informações preciosas e sábios conselhos.

Que Deus continue sendo sua inspiração. Que o senhor continue sendo ferramenta para que o bem se manifeste.

Agradeço aos amigos e amigas que são: Marcilene Dutra, Larissa e Laissa Ribeiro, Alexa Bernardino, Raiane, a minha Titi, Rodrigo Morelato, Marcelo Gama, Joe Hideki e Shoji. As meninas do Fitness Saúde e a todos do Kung Fu! Agradeço o auxílio e apoio recebido de várias formas.

Em especial agradeço a Guaraciara Dias, afinal o seu brilho inexoravelmente alegra o meu viver! Sua presença em minha vida me faz perceber o quanto sou abençoada!

Sim, eu agradeço as mulheres participantes da pesquisa e suas famílias.

Muito obrigada a Lena, seu esposo Dimas e seu filho Mateus.

Obrigada a Maria José e ao seu esposo Genário.

Obrigada Guida e sua filha Ingrid.

Obrigada a Glória, seu esposo Miguel e sua filha Melissa.

Obrigada Jeremias e, o seu amado pupilo Douglas.

Obrigada à agricultora Roseani, por aceitar ser a primeira entrevistada! Quando tudo era difícil, sua presença pavimentou o árduo caminho da pesquisa.

Obrigada Ciléia, e seu esposo Gessi.

Obrigada Maria, e seu esposo Macau pela gentileza e tempo despendido conosco.

Lena e Dimas, muito obrigada por serem exemplo de firmeza e fé na agricultura. Por viverem o que acreditam. Continuem plantando árvores, mesmo que ninguém entenda o que vocês estão fazendo, acreditem que Deus sabe o que vocês estão semeando. A natureza precisa de vocês. Precisa da coragem de vocês. Continuem plantando e colhendo! Lena, Dimas e Mateus são muito importantes para a natureza. São muito importantes para Deus! Agradecemos pela paciência e gentileza conosco! Obrigada!

Maria José, obrigada por sua alegria, sapiência e jovialidade. A alegria da Maria José e do senhor Genário é algo muito bom de ver! Desejamos que a vida de vocês esteja repleta de verdade, amor e essa constante alegria. Obrigada!

Guida, é lindo ver sua inteligência e criatividade para fazer delícias com o que a natureza lhe fornece. Para isso, é necessário manter-se conectada com algo grande e bom! Muito obrigada pela sua vida, pela sua amizade e pela sua simpatia. Nós agradecemos a você e a Ingrid por tudo, sempre!

Dona Glória, muito obrigada por compartilhar sua história de vida conosco. Que a felicidade esteja sempre presente na sua vida. Obrigada Glória, Miguel e Melissa, por acreditarem na força da comunidade, na verdade e na união. Obrigada por viverem a práxis!

Jeremias, obrigada por plantar agroflorestas nos corações de todos que lhe conhecem. Que chuvas de bênçãos lhe reguem! Jeremias, muito obrigada pela sua vida. Porque o Jeremias acredita na agrofloresta, a agrofloresta continua existindo! Massaki e eu sabemos que o Jeremias é um trabalhador de Deus! Obrigada por tudo!

Roseani, você nos disse que o seu papai era um defensor da floresta em pé, e hoje você também mantém a floresta viva, a terra fértil e as águas limpas. Muito obrigada por compartilhar conosco os bons frutos que você vem colhendo! Que sua família seja abençoada, assim como você nos abençoou. Obrigada pelo seu tempo e sua atenção despendida a nós! Muito obrigada!

Ciléia, obrigada por assumir sua terra e suas raízes. Seu pai deve orgulhar-se dos filhos e genros, e noras e netos que tem! A Ciléia, o Gessi, a Maria, o Macau, o Ozéias e a Patrícia, são os filhos benditos. Vocês são filhos e filhas que honram os seus pais! Muito obrigada por nos deixar conhecer sua história!

Maria, obrigada por ser uma mulher virtuosa e por trabalhar na terra e criar os filhos na agricultura. Certamente Maria e Cileia são exemplos de força e coragem. Muito obrigada por tudo! Porque vocês existem, nós podemos continuar acreditando na agricultura.

Agradeço aos professores da Licenciatura em Educação do Campo e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Cada aula foi pensada para nós. Cada módulo manifestou o trabalho inteligente de uma equipe que acredita na educação.

Agradeço aos amigos do Programa de Pós-Graduação. Para cada um, desejo muito amor e bênçãos! Espero que sigam o caminho dos verdadeiros mestres.

E o que é ser mestre? É o mantenedor da verdade. Aquele que busca que a sua prática seja a sua teoria todos os dias.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por fazer parte da minha formação acadêmica.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo auxílio financeiro. O que me possibilitou realizar de forma mais tranquila o mestrado. Obrigada!

Agradeço aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Sempre solícitos, facilitaram nossa estadia no prédio da Pós-Graduação, meu agradecimento.

Agradeço à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. Vocês são os professores e professoras que ensinam o caminho da agroecologia nesse gigantesco Estado. Muito obrigada!

Para finalizar, estendo os meus agradecimentos a todas as mulheres e homens agricultores.

Obrigada por produzirem alimentos, por protegerem as árvores, por preservarem as águas e por amarem os animais.

Obrigada por trabalharem para a natureza, para Deus e pelo próximo!

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

RESUMO

DA COSTA, Luciana Salles. Terra de Educar: Construção de conhecimentos entre mulheres agricultoras de Magé-RJ. 2025. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2025.

Partindo de uma experiência pessoal junto à agricultura familiar e os modos de vida do campesinato ainda existente no município de Magé-RJ, uma pergunta foi suscitada: Quantos diálogos e trocas de conhecimentos podem acontecer embaixo de um pé de árvore? Quem são esses sujeitos? O que ensinam? Provocados por estes questionamentos, nesta pesquisa o objetivo foi identificar mulheres agricultoras do município de Magé-RJ, suas práticas agrícolas e suas formas de trocar conhecimentos, e o potencial desses conhecimentos vir à ser propostas educativas. Trata-se de uma pesquisa em bases qualitativas. Escolhe-se para esta pesquisa a perspectiva da pesquisa participante. Utilizamos para a coleta de dados o método de entrevista, cuja abordagem adotada foi a história de vida. Foram entrevistados 13 participantes, sendo 7 mulheres e 6 homens selecionados por critério de relevância na comunidade e disponibilidade para participação nas etapas da pesquisa. Os resultados demonstraram que as histórias de vida são uma excelente abordagem para o objeto da pesquisa, pois permitiu a imersão no universo da agricultura familiar do município. As mulheres revelaram, ao desdobrar de suas histórias de vida, novos prismas e nuances sobre a prática da agricultura familiar. As trocas de conhecimento, ao fim da pesquisa, mostraram que os espaços que mais agregam essa troca, são os espaços de comercialização que vieram a ser as feiras de rua, a saber, a Feira da Agricultura Familiar. Um espaço autogerido pelos agricultores e agricultoras que dele participam. Ali um campo fértil para as trocas de saberes pode sim, representar as salas de aula tão diversas, onde os sujeitos educam-se, seja pelo trabalho ou para o trabalho. As histórias ainda que profícias e fecundas em detalhes e com esplendoroso potencial imersivo na realidade da agricultura familiar de Magé, não revelaram como esses saberes são passados para a comunidade e ainda para os familiares dos entrevistados. Todos os pontos que a pesquisa não tocou em profundidade ou amplitude suficiente servirão como rotas a serem ainda investigadas em outras pesquisas acadêmicas.

Palavras-chave: história de vida; mulheres agricultoras; agricultura familiar de Magé.

ABSTRACT

DA COSTA, Luciana Salles **Land of Education: Building knowledge among women farmers in Magé-RJ.** 2025. 136p. Dissertation (Master's Degree in Agricultural Education). Agronomy Institute, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2025. Based on a personal experience in a context of family farming and thanks to the life experiences of the farmers that still exist in the municipality of Magé, Rio de Janeiro, a question arose: how many dialogues and exchanges of knowledge can take place under a tree? Who are these people? What do they teach? Prompted by these questions, the aim of this research is to identify women farmers in the municipality of Magé-RJ, their farming practices, ways of exchanging knowledge and the potential for this knowledge to become educational. This is a qualitative study, which allows for the use of different methodological procedures capable of meeting the intended objectives. For this research, we chose the perspective of participant survey. For data collection, we used the interview method with a life story approach. Thirteen participants were interviewed, seven women and six men, who were selected based on their pertinence to the community and their willingness to take part in the research. The results showed that life stories are an excellent approach to the subject of the research, as they allowed us to immerse ourselves in the universe of family farming in the municipality. As life stories of the participants unfolded, the women revealed new perspectives and nuances about the practice of family farming. At the end of the research the conclusion is that the spaces that mostly allow the exchange of knowledge to happen are the market spaces that came to be the street fairs, namely the Family Farming Fair. This is a self-managed space run by the farmers who take part in it. This fertile field for the exchange of knowledge can represent a very diverse classrooms where people educate themselves, both through work and because of work. The stories, although rich in detail and with an immersive potential in the reality of family farming in Magé, did not reveal how this knowledge is passed on to the community or to the interviewees' relatives. All the points that the research did not develop in sufficient depth will serve as routes to be further investigated by the scientific field.

Key words: Life History, Women Farmers, Family farming in Magé.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Feira da Agricultura Familiar de Magé (Piabetá)	32
Figura 2 - Fluxograma da rede de contatos	33
Figura 3 - Agricultor Jeremias, em sua agrofloresta	34
Figura 4- Fluxograma de Indicações.	34
Figura 5- Agricultora Roseani, em sua banca na feira de sábado.....	36
Figura 6- Agricultora Lena, em sua banca na feira	38
Figura 7- Agricultora Maria José, na feira em Magé	39
Figura 8- Agricultora Glória	41
Figura 9 - Agricultora Maria.....	42
Figura 10 - Agricultora Ciléia, em seu quintal.....	44
Figura 11- Agricultora Guida.....	45
Figura 12 - Cachorros Felizes	49
Figura 13- Goiabeiras do sítio	50
Figura 14 - Lena e o imponente Angico.....	51
Figura 15 - Mudas de Angico.....	51
Figura 16 - À sombra da Macadâmia Integrifólia.....	52
Figura 17 - Frutos da Macadâmia	53
Figura 18 - Pé de Tangerina.....	54
Figura 19 - Chegada aos pés de açaí e ao viveiro de mudas.....	55
Figura 20- Agricultor Dimas, na fachada de sua casa	56
Figura 21- Araçá da Amazônia: Fruto abundante do sítio	74
Figura 22 - Lago dos peixes.....	77
Figura 23 - Fruto do pé de biri-biri	78
Figura 24 - Maracujá-melão.....	79
Figura 25- Maria José, e ao fundo, as parreiras de cará.....	80
Figura 26 - Ramas de abóbora se espalham no chão e sobem na cerca.....	81
Figura 27 - Abóbora entre as ramas	82
Figura 28 - Maria José, em sua roça de aipim.....	82
Figura 29 - Ave esperando por Maria José	83
Figura 30- Maria José iniciando o manejo das aves.....	84
Figura 31 - Maria José alimentando as aves	85
Figura 32- Maria, no caminho da roça.....	96
Figura 33 - Vista parcial da área de plantio	105
Figura 34 - Ciléia e sua pequena criação de suínos	106

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

CEPAM	Centro de Propagação de Mudas e Sementes Melhoradas
CEASA-RJ	Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IDACO	Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro
LIGHT	Light And Power Co
MOBRAL	Movimento Brasileiro para a Alfabetização
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
SEOP	Serviço de Educação e Organização Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
METODOLOGIA.....	20
CAPÍTULO I O CAMPESINATO EM MAGÉ.....	26
CAPÍTULO II AS ENTREVISTAS.....	32
2.1 Agricultora Roseani	35
2.2 Agricultora Lena	37
2.3 Agricultora Maria José.....	38
2.4 Agricultora Glória.....	39
2.5 Agricultora Maria	41
2.6 Agricultora Ciléia	43
2.7 Agricultora Guida.....	44
2.8 Análise das entrevistas.....	46
CAPÍTULO III HISTÓRIAS DE VIDA DE AGRICULTORAS DE MAGÉ.....	48
3.1 Lena e Dimas	48
3.2 Glória, Miguel e Melissa	65
3.3 Maria José e Genário	73
3.4 Maria e Macau.....	94
3.5 Ciléia e Gessi	100
3.6 Guida e Amigos.....	107
CAPÍTULO IV: DISCUSSÃO.....	110
4.1 Construção de conhecimentos: a Feira da Agricultura Familiar	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125
ANEXOS.....	129
Anexo A – Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE) assinados.	130

INTRODUÇÃO

Para se transformar em camponês leva-se uma vida inteira. É uma jornada de escalada numa montanha. Por mais árdua que seja a subida, há a promessa de chegar-se ao topo. E lá em cima, quando se chega ao topo, podemos ver toda a vista ao redor! É uma vista fabulosa! Suas paisagens, o rio que flui tranquilo, a brisa que corre lenta. Observamos o horizonte e vemos também o tamanho da montanha que escalamos. Ser agricultor é o lado da montanha que se escolheu para subir. E isso leva uma vida inteira.

Afinal, porque as pessoas ainda insistem em contar e ouvir histórias? Por que o ser humano (homem e mulher) ainda se fascina com as vozes que sussurram o passado? Existe algo de eterno na memória! Talvez o que transcorreu na vida do outro poderia ter ocorrido em nossas vidas. Então, nada mais interessante do que observar os outros “eus” vivendo outras identidades e outros roteiros, em busca de algo. Talvez estejamos todos atentos, ouvindo para ver, se encontramos nas histórias dos outros, as pistas do retorno à unidade.

Pensando assim, narrar e ouvir histórias não parece algo tão profano. Utilizamos todos os sentidos quando as histórias de vida se manifestam. Há perguntas grandes que as histórias têm o poder de responder! Ali eu vejo. Ali eu ouço. Ali eu escuto. Ali eu sinto. Então, estamos atentos para ouvir sobre o caminho, e também sobre as histórias daqueles que conseguiram chegar até lá... Ao topo da montanha! Por isso, gostaria de contar a minha história.

Sou filha de dona Leodicea e seu Nelson Camilo. Minha mãe veio do Espírito Santo e ficou pelo Rio de Janeiro desde seus 19 anos. Os filhos são George, Anna, Luciana, Rebeca e Júlio César. Minha infância com o Júlio, sete anos mais novo que eu, era de brincadeiras no nosso sítio na Santa Fé (Piabetá-Magé). Parceiro de todas as brincadeiras. No lago, no pasto com os cabritos, correndo com os cachorros, ou construindo nossa casa na árvore, sempre juntos estávamos nós.

No sítio, sempre trabalhamos, seja na enxada, no facão, na foice! Tudo que uma criança pudesse fazer, nós fazíamos no sítio. Algo que concordamos, todos nós, os irmãos, é que essa escola do trabalho braçal foi pesada. Era necessária muita resistência para trabalhar. Minha mãe e a Anna trabalhavam muito. Sempre! Lembro-me de fases em que havia

diferentes trabalhos. Havia o trabalho de plantar a roça, na época das chuvas. Quando, na fase das secas, havia o trabalho de irrigar a plantação. Havia o trabalho de abrir tanques para tentar criar peixes e também havia o trabalho de pescar esses peixes. Havia os trabalhos fora do sítio, eu me lembro que era divertido vender as verduras pela vizinhança. Eu já sabia andar de bicicleta, contar e dar troco.

Depois veio a fase da criação de animais. Criávamos cabritos. As tarefas eram levar os animais para o pasto e depois, já à noite, tínhamos que recolher os animais no capril. Tal como Alberto Caeiro descreve em seu poema o guardador de rebanhos, assim passavam-se alguns dos dias lá no sítio. Lembro-me que o capril, minha mãe que construiu, era de pau a pique. Era enorme. Tínhamos também um galinheiro bem grande com patos, galinhas e gansos.

Depois veio uma fase bem pesada. A fase da criação dos porcos. Naquela época, era necessário ir de carroça para recolher alimentos nas escolas, o que sobrava das merendas escolares. A lavagem vinha super limpa e organizada nos latões. Esse alimento era cozido e depois fornecido para os animais. Era uma rotina. Buscar, cozinhar e fornecer aos animais. E no meio do dia era necessário dar água aos porcos, lavar chiqueiro e recolher o esterco. Havia a época de vacinação, castração, cobertura e venda. Esses trabalhos eram feitos pela minha mãe e pela Anna, mas também sobravam alguns trabalhos para mim e para o Júlio.

Uma fase, após a criação dos suínos, era a fase da reciclagem. Era muito cansativo. Minha mãe e Anna tomavam a frente dessa empreitada. Fato que preciso pontuar é que a Anna Salles, essa menina, ela fazia esse trabalho no seu tempo-comunidade, já que estava se graduando neste período. Ou seja, a Anna Salles trabalhava quando ela vinha da universidade para o sítio. A Anna se tornou uma pessoa muito forte, pois a sua escola do trabalho era pesada demais. Por fim, chegou à comunidade uma empresa de extração de areia. Nossos vizinhos. Lentamente e violentamente foi retirando os agricultores que se situavam ao redor do areal. Não havia quem pudesse com tamanha força. Minha mãe foi convidada a retirar-se do sítio, nessa época nós estávamos vendendo flores. Essa empresa prometeu uma ajuda de custo. Mas sabemos que fomos abençoadas por sairmos vivas para outra terra. Terra fértil em Conceição de Suruí.

A história teve um final feliz. Fomos meninas que trabalharam muito, muito mesmo, mas que puderam ingressar na escola da intelectualidade. Por mérito da minha mãe, dos

agricultores familiares de Magé, da minha irmã Anna Salles, e de todos os professores da Educação do Campo, eu pude ingressar na Licenciatura, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Na Rural, eu cheguei porque a minha irmã mais velha já tinha se formado no ano de 2013, na LEC-Pronera. O curso regular de Licenciatura em Educação do Campo- LEC, na UFRRJ sucedeu à experiência de formação de uma turma através do edital Pronera (2010-2013) (Ver conforme: TRUGILHO; COSTA; COSTA, 2017, p. 2).

Na universidade, em 2015-2016, fui bolsista pelo Conselho Nacional de Iniciação Científica e Pesquisa, chamada MCTI/ INCRA/ CNPq nº 19/2014- Fortalecimento da Juventude Rural. Em 2017 estive bolsista do Programa de Extensão BIEXT, sob orientação da professora Marília Campos e ainda, por último, residente na Escola Tânia Mara Carnaval Basílio em Japeri, por meio do Programa Residência Pedagógica. Tive a experiência profissional de um ano dando aula na prefeitura de Nova Iguaçu, e somente a partir do momento que vivenciei o chão da sala de aula, é que grande parte dos conteúdos da LEC encontraram a minha alma. Após graduada na LEC, fui convidada a contribuir com as atividades da ONG Água Doce Serviços Populares, em 2020. Tinha por tarefa organizar a produção vegetal em dois sítios (Suruí e em Duque de Caxias) que serviam também como escola a céu aberto. Isso fortaleceu a Luciana professora e levantou a autoestima da Luciana agricultora, pois percebi que os saberes que minha mãe e a Anna me deram, junto com os saberes que os professores Tarci, Fabiana, Igor e Marília me confiaram, é o que me sustentou na prática da teoria dentro da ONG. Pude ser, em 2022, estagiária da AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura) e seguiu-se por alguns meses. Em 2022 realizei o processo seletivo para o mestrado, me retirando da ONG Água Doce.

E estou agora, aqui, estudando, escrevendo e sendo feliz.

Feliz, pois estou viva. Feliz, pois estou casada. Feliz, pois encontrei Deus!

Estou aqui finalizando o mestrado. Esse trabalho serve para dizer por meio de cada história de vida que a agricultura familiar existe e é de lá que eu venho!

Eu pesquisei mulheres, pois sou filha de uma mulher. Mas, porque uma vez, minha mãe me pediu pra que eu escrevesse sobre o nosso sítio Canaã e sobre o processo de

desapropriação, tão cruel e infeliz. Hoje eu sei que ninguém pode dizer que nós não sabemos o que é o trabalho! Nós sabemos.

Alegro-me, pois trabalhamos pela nossa família. Minha mãe nunca nos expôs a perigos, a desavenças, a calúnias, incertezas, privações, etc. Sempre íntegra e sempre trabalhadora. Mas nós trabalhávamos. Na agricultura, na nossa agricultura. E isso nos fortaleceu. Hoje, nós continuamos trabalhando para unir os saberes da escola do trabalho braçal com a escola do trabalho intelectual. Essa dissertação é fruto desse encontro.

Sou grata pela minha mãe e pelo esforço e coragem que ela precisou ter para permanecer na agricultura. Hoje eu carrego a minha história como herança e memória de muita alegria e de força. Meu percurso formativo demonstra a minha jornada como filha de agricultora familiar, com isso minhas análises, observações e conclusões partem desse lugar ao encontro da realidade.

Juntos, minha visão de mundo e a realidade observada podem reencontrar os conceitos e a Teoria. A escola do trabalho e a escola da intelectualidade me fazem compreender que o campesinato como arranjo econômico e político deve crer em sua verdade!

Os conhecimentos adquiridos por meio do trabalho refletem os saberes do campesinato, da agricultura familiar. Por muito ter sido agricultora e também licenciada em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Humanas, é que hoje posso, tanto compreender teoricamente o que significa o conceito campesinato, assim como compreendo o que é ser campesina, como prática. Tenho sorte de ter vivido esses dois mundos. Sorte por ter a oportunidade de ter tido escola.

Escola do trabalho. Escola da terra. Escola acadêmica.

E as motivações sinceras que me levaram a realizar esse trabalho, árduo, de pesquisa, foi o receio que a agricultura familiar de Magé acabasse. Logo, mais uma vez, o território que amo seria retirado de nós. E de todas as pequenas Lucianinhas que têm o direito genuíno à vida. O subir na árvore, tomar banho de lago, e a ser feliz. Verdadeiramente feliz!

Por isso, eu desejo que os agricultores existam, e sejam felizes, para que todas as outras crianças que assim como eu aprenderam esse sacro-ofício, possam seguir a subida nessa montanha. O que mais gostaria de propor nesta dissertação, é que os agricultores sejam professores e, que os professores sejam agricultores. Para que a troca e transmissão de

conhecimentos aconteçam de forma livre e esclarecida. Orientados pela científicidade aplicada e pela prática bem formulada cientificamente. Buscando a união entre os dois lugares, as duas vidas, as duas escolas.

Por que as pessoas ainda insistem em ouvir e contar suas histórias? Porque são as nossas histórias. A dissertação por sua vez é uma boa justificativa para se sair a campo, olhando as pessoas e perguntando os seus nomes e recordando as suas vidas.

Este trabalho de dissertação é fruto virtuoso de pesquisa e orientações recebidas durante o período de estadia no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. O foco principal são as narrativas das histórias de vida das mulheres agricultoras de Magé. Suas vidas e memórias são aqui agrupadas, não ao acaso, mas seguindo uma ordem lógica.

Sob inspiração de Ecléa Bosi (1979), gostaríamos de dizer que este trabalho não busca as linhas de fatos, ou mentiras, ausências ou presenças das histórias de vida. Buscamos ouvir o que elas nos têm a dizer, e com isto entender sobre suas vidas, sobre o caminho percorrido, sobre o campesinato de Magé, sobre a montanha e sua escalada!

Se no entremear da pesquisa isso se configurar história oral, muito bem; no entanto, se desembocamos em disciplinas para além da historiografia, buscaremos entender quais alquimias teóricas servem na forja da transmutação do coração de pedra no coração humano. É a síntese da cientista em professora e a purificação da professora em agricultora!

Educação popular e práticas educativas ambientais estão vinculadas às ações de diversos sujeitos. Entre diversos espaços possíveis para a existência de práticas de troca de conhecimentos, observam-se os quintais produtivos das mulheres agricultoras de Magé. O olhar para as mulheres semeando e colhendo em seus quintais suscita uma pergunta: quantos diálogos e trocas de conhecimentos podem acontecer embaixo de um pé de árvore? Quem são essas mulheres? O que elas ensinam? Que possamos permanecer em guarda, para que os conhecimentos empíricos, acumulados por meio do trabalho e da reflexão, sejam elaborados e respeitados, como chama divina produzida em iluminação fraternal.

Esta pesquisa se propôs a sistematizar as experiências da agricultura familiar do município de Magé, o que pode conceder no acréscimo das discussões teóricas sobre as práticas de transmissão de conhecimentos dos sujeitos do campo. Para tanto, o Objetivo Geral foi identificar mulheres agricultoras do município de Magé, suas práticas agrícolas e suas

formas de construir e transmitir conhecimentos, e o potencial dessas formas de troca de saberes virem a serem propostas de práticas educativas. E, como objetivos específicos, nós procuramos:

- a) Verificar a importância das práticas agrícolas para a segurança alimentar e geração de renda para suas famílias e comunidades;
- b) Identificar se essas mulheres trocam conhecimentos e como essa troca acontece;
- c) Promover o fortalecimento dessa possível rede de construção de conhecimentos entre essas mulheres, assim como sua organização social e política;
- d) E contribuir para a elaboração de práticas educativas agroecológicas no município.

METODOLOGIA

Descreveremos as técnicas e ferramentas utilizadas nas diferentes etapas da pesquisa, detalhando os caminhos metodológicos escolhidos para se alcançar os resultados deste trabalho.

As escolhas metodológicas são frutos exitosos dos ensinamentos obtidos dos mestres que nos oferecem, em suas obras, manuais essenciais para pesquisas na área das Ciências Humanas, incluindo: ALBERTI (2013); ANDRÉ e LUDKE (1986); BRANDÃO (1986; 2006); BARDIN (1977); BALDIN e MUNHOZ (2011); CAMPOS (2004); CARDOSO et al. (2021); GIL (2002); LAKATOS e MARCONI (2003); SEVERINO (2007); STRAUSS e CORBIN (2008); TOLEDO e GONZAGA (2011).

Nossa pesquisa fundamenta-se em bases qualitativas. Enquanto metodologia de pesquisa de abordagem qualitativa encontra-se a pesquisa participante, utilizada como perspectiva teórico-metodológica, neste trabalho. Sendo uma metodologia que pretende aprender com a comunidade.

Do ponto de vista epistemológico, os fundamentos da metodologia participativa e da pesquisa-ação encontram apoio em teorias críticas, em certas vertentes da fenomenologia e, mais recentemente, cada vez mais, em novas formas de construtivismo ou de construção social (THIOLLENT e GENEROSA. 2007. p. 94).

A pesquisa participante promove a visão crítica da realidade. Imersa no mundo, o questiona. Ela recolhe de sua realidade as indagações que norteiam sua prática científica.

A coleta de dados foi orientada pelas recomendações teórico-metodológicas da História Oral, utilizada como técnica de produção e tratamento de material audiogravado (ALBERTI, 2013). Optamos pela entrevista do tipo história de vida, por se mostrar a mais adequada aos objetivos da pesquisa. Para Alberti (2013), na História Oral:

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado da sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. O processo de seleção de entrevistados em uma pesquisa de história oral se aproxima, assim, da escolha de “informantes” em antropologia, tomados não como unidades estatísticas, e sim como unidades qualitativas - em função de sua relação com o tema estudado (seu papel estratégico, sua posição no grupo etc) (ALBERTI, 2013, p. 40).

Ocorre a necessidade do participante de ser afeito ao compartilhamento sobre sua vida, sua trajetória e sua atuação nos eventos recordados, pois a modalidade história de vida infere ao sujeito a narrativa de suas biografias e de acontecimentos do passado e do presente que povoam a memória no momento do depoimento “(...) História de vida tem como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala”, e ainda, “pode-se dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes para a pesquisa são aprofundados” (ALBERTI, 2013, p. 48).

Por outro lado, os critérios de exclusão, manifestam o exato oposto dos critérios de inclusão, ou seja, os critérios de exclusão de participantes da pesquisa se orientam pela ausência de relevância da pessoa entrevistada, sua fraca participação nos fatos que interessam à pesquisa, assim como sua pouca ou nenhuma atuação nos temas pesquisados.

A justificativa para a escolha das fontes orais reside no público com o qual esta pesquisa foi realizada, onde a oralidade predomina. Os agricultores e a pesquisa dialogam. Usaram palavras conhecidas, outras desconhecidas, tanto para os ouvidos quanto para a alma. Neste relacionamento, o diálogo e a oralidade mediaram a interação entre os agricultores e a pesquisa. A História Oral pode ser entendida como:

A História Oral é concebida por meio de narrativas de sujeitos sociais sobre os mais diversos assuntos presenciados ou que de uma forma ou de outra eles tomaram conhecimento. Trata-se de testemunhos de seres vivos que ao serem interpelados discorrem narrativamente o que sabem sobre certos acontecimentos, pessoas, locais, instituições, governanças e sobre tantos outros assuntos (FERREIRA e AMADO, 2001, p. 14).

Para esta pesquisa, adotamos a entrevista de história de vida, e é por meio dela que entramos em contato com as narrativas dos entrevistados, suas memórias. A entrevista serviu como um procedimento que a história oral determina como um meio de promover as fontes documentais. A história oral nos capacitou para a realização da coleta de dados em campo.

Entrevista, para Gil (2002), seria “a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face”, e em que uma delas formula questões e a outra responde” (GIL, 2002, p. 115).

Lakatos e Marconi (2003) se aproximam da mesma definição. Mencionam que “Entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 195). Acrescentando: “Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 195). As autoras

enfatizam as vantagens da entrevista, como a universalização da participação de sujeitos analfabetos; maior flexibilidade e possibilidade de esclarecimentos por meio da repetição de perguntas e reformulação de novas questões; ampliação do campo de percepção de atitudes e gestos; e também acesso a informações que não se encontram em fontes documentais.

Para a aproximação inicial com os sujeitos da pesquisa, utilizamos a técnica de amostragem conhecida como “bola de neve” (snowball sampling), desenvolvida por Biernackie Waldorf (1981 *apud* BALDIN; MUNHOZ, 2011). Essa técnica consiste em identificar a rede social dos sujeitos e, a partir dela, acessar os coletivos dos quais fazem parte, especialmente por meio de indicações. Para Baldin e Munhoz (2011):

Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). (...) Portanto, a snowball (“Bola de Neve”) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 50).

Uma vantagem dos métodos que utilizam cadeias de referência é que em redes sociais complexas, como uma população oculta, por exemplo, é mais fácil um membro da população conhecer outro membro do que os pesquisadores identificarem os mesmos, o que se constitui em fator de relevância para as pesquisas que pretendem se aproximar de situações sociais específicas (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 51).

Utilizamos a técnica bola-de-neve na fase inicial do projeto para contatar as mulheres agricultoras. Essa técnica auxiliou na aproximação com os sujeitos e possibilitou ampliar o círculo de indicações.

(...) os primeiros participantes contactados na aplicação da pesquisa são as “sementes”, que devem ter conhecimento da sua localidade, do fato ocorrido ou das pessoas que vivem na comunidade. Esse mesmo indivíduo (a “semente”) indicará outra pessoa(s) de seu relacionamento (ou de seu conhecimento) para que também participem da amostra, esses são os “filhos” das “sementes” (BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 50).

A escolha desta técnica de amostragem facilitou a aproximação com as agricultoras de Magé. De forma complementar à técnica bola-de-neve, valemo-nos da rede de contatos que se refere às relações interpessoais que a pesquisadora mantém com o campo da pesquisa, por ser filha de uma agricultora familiar de Magé (Leodicea).

Para as sistematizações e análises dos materiais produzidos durante a pesquisa de campo, utilizamos a análise de conteúdo, a qual “pode ser uma excelente opção quando o objetivo for analisar os dados provenientes das comunicações, buscando compreender os significados e os sentidos das mensagens, que vão além de uma leitura comum” (CARDOSO

et al., 2001, p. 98). Campos (2004) ressalta que a análise de conteúdo é compreendida como um conjunto de técnicas cujo objetivo é buscar o sentido ou os sentidos de um documento. Os materiais analisados através deste método incluíram aqueles produzidos durante a pesquisa: entrevistas gravadas em áudio, suas transcrições, cadernos de campo e todo material disponibilizado espontaneamente pelos participantes (como cartas, jornais, anotações, etc.). Estes materiais, considerados o conteúdo manifesto da comunicação, constituíram o *corpus* da pesquisa de campo.

Na execução deste conjunto de técnicas, o pesquisador deve manter qualidades científicas, apontadas por ANDRÉ e LUDKE (1986): Consenso quanto aos documentos a serem analisados; utilização dos conhecimentos formais e da experiência do pesquisador no processo de análise; coerência do esquema escolhido para o trabalho; e reconhecimento do caráter subjetivo da metodologia, sem que isso signifique a redução da qualidade do conhecimento produzido.

O método de análise de conteúdo pode ser executado em três momentos: Pré-análise, análise e interpretação (CARDOSO et al., 2021).

A fase da pré-análise subdivide-se em três etapas: A escolha dos documentos que se referem ao material que deverá constituir o *corpus* da pesquisa, seguindo as regras da exaustividade, representatividade e homogeneidade; a segunda etapa consiste no levantamento de hipóteses e na definição de objetivos, que orientam os questionamentos e suposições do pesquisador aos dados coletados; a terceira etapa seria a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores (CARDOSO, et al., 2021).

O segundo momento da técnica é a análise do material. A análise conjuga o processo de codificação, um complexo processo que requer do pesquisador virtudes teóricas, intuição e imaginação científica. As categorias devem, “antes de tudo, refletir os propósitos da pesquisa” (ANDRÉ e LUDKE, 1986, p. 43). Dentro deste momento, operam-se três etapas: A escolha da unidade de registro; unidade de contexto e a regra de enumeração (CARDOSO et al., 2021).

A unidade de registro refere-se:

A unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. A unidade de registo pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis (CARDOSO et al., 2021, p. 106).

Os autores afirmam que as unidades de registro podem ser a palavra, o tema, o personagem, o documento, entre outros.

A unidade de contexto associa-se à busca do sentido verdadeiro das unidades de registro, utilizando-se as unidades de contexto para compreender o sentido no contexto que o material foi produzido.

A enumeração serve para registrar a aparição das unidades no material analisado. As regras de enumeração utilizadas foram a presença, frequência, direção e ordem. Este processo culmina no último momento, que é a fase da interpretação.

O processo de análise do material pesquisado resulta na enumeração e na sistematização das características de seus elementos. Como resultado do processo de descrição é produzido um texto síntese para cada uma das categorias, de modo a expressar o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise (CARDOSO, et al., 2021, p. 109).

Apresentaremos como realizamos a aplicação das técnicas, no material produzido. Primeiro, as entrevistas foram roteirizadas e transcritas. As ideias, mensagens e imagens que apareciam no discurso eram ora fragmentadas, ora bem construídas. Valendo-nos da análise categorial (temática), organizamos as temáticas (unidade de contexto) durante o processo de transcrição.

Foi necessário ouvir as entrevistas e definir as unidades de contexto, pois um tema destacou-se em diferentes momentos das narrativas, por vezes, em contextos desconexos, e isto se manifestou na transcrição. Fez-se necessário, aprender a trabalhar com a ferramenta análise de conteúdo. Para isso, baseamo-nos na perspectiva que:

Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo, todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares. Esta abordagem tem por finalidade efectuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens). O analista possui à sua disposição (ou cria) todo um jogo de operações analíticas, mais ou menos adaptadas à natureza do material e à questão que procura resolver. Pode utilizar uma ou várias operações, em complementariedade, de modo a enriquecer os resultados, ou aumentar a sua validade, aspirando assim a uma interpretação final fundamentada. Qualquer análise objetiva procura fundamentar impressões e juízos intuitivos, através de operações conducentes a resultados de confiança (BARDIN, 1977, p. 43).

Com as transcrições prontas, realocamos as ideias nas categorias identificadas nos discursos. Uma vez compreendidos, fragmentos temáticos foram agrupados.

Tomamos o cuidado de garantir que a mensagem mantivesse seu sentido genuíno. A tarefa envolveu a organização do discurso em uma sequência lógica, com começo, meio e fim.

Após o agrupamento e reordenamento dos temas, estes foram questionados, sobretudo em relação à cronologia dos tempos históricos narrados.

Foram, a princípio, explorados os seguintes temas: Caracterização da matriz familiar (origens e suas histórias); a relação com a comunidade; as possíveis trocas de experiências e conhecimentos; as práticas agrícolas; autossuficiência da propriedade produtiva (sítio) e o autoconsumo.

As categorias ou temas resultantes foram: Infância e educação escolar; trabalho na roça; educação formal; nascimento dos filhos e/ou casamento; trabalho fora da agricultura; aposentadoria; saúde; estabilidade financeira; comercialização; relação com a natureza e o divino; mudanças climáticas; vida comunitária e técnicas agrícolas.

Incluíram-se ainda às categorias outros, que se referem aos assuntos particulares e específicos de cada história de vida, presentes no capítulo dos resultados. Por fim, os temas foram reorganizados em ordem cronológica, de modo que, infância precede a escola, que precede o casamento, que, por sua vez, ocorre antes da produção e aposentadoria. É uma tarefa importante, pois, a depender das análises ou do ordenamento desejado, pode-se desmerecer todo o potencial do material coletado.

CAPÍTULO I O CAMPESINATO EM MAGÉ

O debate sobre o mundo rural ampliou-se com a Sociologia Rural e a Teoria Social Crítica, “que privilegiam o estudo das relações sociais e econômicas, a ação social e/ou os comportamentos e as representações dos indivíduos” (SCHNEIDER, 2003). Discussões, segundo o autor, centradas em encontrar explicações sobre o papel da agricultura familiar e camponesa no desenvolvimento do capitalismo.

Hoje, contudo, outros temas sobre o mundo rural fomentam investigações, por exemplo, a temática das mulheres e da juventude, técnicas e manejos, políticas públicas de acesso a mercados, manifestações culturais, consumo alimentar, autonomia e independência do sistema campesino, entre outros.

A agricultura familiar apresenta características definidoras, tais como: a utilização da força de trabalho majoritariamente da família; produção para subsistência; comercialização dos excedentes; a não hierarquização entre o trabalho intelectual e físico; a direção do processo produtivo é conduzida pelos proprietários; ênfase na diversificação produtiva, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; utilização do trabalho assalariado em caráter complementar à força de trabalho da família (SCHNEIDER, 2003).

Van Der Ploeg (2009) identifica três arranjos político-econômicos existentes:

Embora, com peso relativo e inter-relações que variam consideravelmente, praticamente todos os sistemas agrícolas no mundo atual resultam de três arranjos político-econômicos distintos, porém combinados. São eles: a produção capitalista, na qual a relação salário-trabalho é central; a agricultura empresarial e a agricultura camponesa (PLOEG, 2009, p. 17).

Diferenciando-se em suas características:

A principal diferença entre as duas últimas formas é que a agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza. Insumos e outros fatores artificiais de crescimento substituem os recursos naturais, o que significa que a agricultura está sendo industrializada. Ao mesmo tempo, a dependência do capital financeiro torna-se a principal característica da agricultura empresarial, favorecendo a economia de escala e rápidos (embora frequentemente parciais) aumentos de produtividade (PLOEG, 2009, p. 17).

Savoldi e Cunha (2010) classificam a agricultura familiar em: Família agrícola empresarial; família camponesa e família agrícola urbana.

Família agrícola de caráter empresarial (conhecido como o “verdadeiro agricultor”) possui uma estrutura econômica, social, técnica e patrimonial que lhe garante investir em uma produção rentável e voltada, sobretudo, para o mercado.

Família camponesa tem como principal objetivo a manutenção da produção agropecuária e da propriedade familiar, sem orientar sua prática pelos padrões produtivistas de mercado.

Família agrícola urbana possui um sistema de valores próprios que orienta a produção, com foco na qualidade de vida, sem desmerecer, de um lado, a realidade de mercado, e de outro, os valores da família camponesa.

Esse é apenas um exemplo das classificações que buscam dar conta da diversidade da agricultura familiar brasileira. Ainda que diversos em termos tecnológicos, econômicos ou sociais, os estabelecimentos familiares ancoram-se na premissa básica da reprodução material e cultural da família e sua relação com a terra (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

Um aspecto fundamental relacionado ao universo da agricultura familiar é a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que, segundo a lei 11.346/2006, pode ser entendida como:

Art 3º. A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006, p. 1).

Guanziroli, Buainai e Di Sabbato (2012) organizaram outras características da agricultura familiar referentes à eficácia no uso da terra e do capital financeiro, porém tendo baixa eficiência no uso do trabalho alocado nas propriedades, e mesmo utilizando-se muito bem o fator terra, apresentam baixo acesso a este recurso, utilização da enxada como tecnologia, porém apontam o aumento no uso de aração animal e mecânica, apontam o pouco acesso à assistência técnica e o recente acesso à energia elétrica como algo resultante do programa governamental Luz para Todos e Luz no Campo.

Guanziroli, Buainai e Di Sabbato (2012) apontam outras características da agricultura familiar, em que se observa baixa eficiência no uso do trabalho alocado na propriedade.

A agricultura familiar sofre com o baixo acesso à assistência técnica e à propriedade da terra.

Mesmo com o aumento no uso de aração animal e mecânica, ainda verifica-se o predomínio do uso da enxada como tecnologia primordial.

Os autores descrevem, também, que o recente acesso à energia elétrica é algo resultante dos programas governamentais Luz para Todos e Luz no Campo.

Vale frisar o episódio em que Glória, uma das agricultoras entrevistadas, narra sobre o momento em que “o rapaz da luz” chegou ao seu sítio. Esta passagem estará na íntegra no capítulo das discussões. Ela ilustra como ocorreu o acesso à luz elétrica no campo brasileiro.

Ploeg (2009) entende que a agricultura camponesa é um arranjo econômico e político que opera com uma base de recursos próprios, e que o seu capital é o ecológico, fomentando sua autonomia.

A luta por autonomia, resultante dessa condição, tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. (PLOEG, 2009, p. 19).

A base de recursos seria a propriedade rural, onde se efetua a coprodução, que é o processo de produção agrícola cujos objetivos a família camponesa determinaria. Os resultados da coprodução podem ser retornados para a melhoria qualitativa da base de recursos, o que fortalece a autonomia camponesa, que é resultado da coprodução.

A coprodução seria a produção agrícola realizada.

A coprodução (ou seja, o processo de produção agrícola) é modelada a fim de comportar, tanto quanto possível, os interesses e as expectativas da família camponesa. É dessa forma que interage com o mercado: enquanto uma parte é vendida, a outra é usada para a reprodução da propriedade e da família camponesa. Assim, permite, direta e indiretamente, a sobrevivência da família e de suas projeções futuras. A coprodução também retroalimenta e fortalece a base de recursos, melhorando, portanto, o próprio processo de coprodução (PLOEG, 2009, p. 19).

A autonomia do sistema camponês dá-se por meio da utilização da natureza como fonte base de recursos da agricultura camponesa. É um processo simbiótico e cíclico.

A coprodução também retroalimenta e fortalece a base de recursos, melhorando, portanto, o próprio processo de coprodução. Esse processo se dá por meio de melhorias qualitativas: tornando a terra mais fértil, cruzando vacas mais produtivas, selecionando as melhores mudas, construindo melhores instalações de armazenagem, ampliando o conhecimento, tornando a forragem compatível com as necessidades do rebanho, etc. Além de retroalimentarem positivamente a coprodução, tais melhorias qualitativas podem traduzir-se na ampliação da autonomia (PLOEG, 2009, p. 19).

Considerando-se que o campesinato coproduz com a natureza, onde “A produção camponesa é baseada numa relação de troca não-mercantilizada com a natureza.” (PLOEG, 2009, p. 20).

A coprodução refere-se ao processo de produção agrícola que respeita e busca sua autonomia, ou seja, uma base de recursos autônomos. Produtos seriam produtos agrícolas (frutas, legumes, tubérculos, etc.) que são coproduzidos com o princípio da manutenção e ampliação da autonomia camponesa. Uma parte destes produtos são direcionados à venda. Mas, o campesinato enquanto sistema não veria o lucro como o fim das suas relações comerciais, pois, alterando-se as bases de relação com o mercado, iria se modificar toda a estrutura produtiva do campesinato.

Ela somente se insere na troca de mercadorias para vender seus produtos finais. Consequentemente, os circuitos de mercadorias não ocupam papel central na mobilização de recursos. Se não todos, pelo menos a maioria dos recursos resulta da coprodução do ser humano com a natureza viva (por exemplo, terra bem fertilizada e trabalhada, gado cuidadosamente selecionado e reproduzido, sementes selecionadas). Se, no entanto, os circuitos de mercadorias começam a exercer um papel de maior relevância na mobilização de recursos, a produção agrícola passa a se tornar parte do universo da agricultura empresarial (e/ou capitalista) (PLOEG, 2009, p. 20).

O campesinato realiza a venda dos produtos coproduzidos com a natureza, onde o que é produzido na unidade serve aos interesses da família e parte dos recursos são direcionados para a estruturação da unidade produtiva por meio de melhorias nas suas bases de recursos.

A agricultura camponesa seria um sistema capaz de articular soluções econômicas, mobilizar respostas filosóficas, promover análises sociais, intervir com políticas e até revitalizar as esferas espirituais dos sujeitos. Assim como, seria fonte de materiais para a expressão cultural das suas virtudes e valores. Então, precisamos encontrar, na economia camponesa, novas respostas. Na filosofia camponesa (a filosofia da terra), sua epistemologia. Assim, em sua política, o alívio dos anseios daqueles que querem viver e ser felizes.

O município de Magé está situado na Baixada Fluminense e sua população contabiliza 228.127 habitantes, segundo o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), e conta com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, criado em 1934, ocupando parte de sua extensão territorial. O município divide-se em seis distritos: Magé (centro), Santo Aleixo, Rio d’Ouro, Suruí, Guia de Pacobaíba e Vila Inhomirim.

Em 2002, com a Lei Municipal n.1532 de 24 de setembro, o poder público de Magé criou o Distrito Agrícola Rio do Ouro, com extensão territorial de 81,8 Km², envolvendo 11 comunidades rurais. Nele agregam-se as áreas de Cachoeira Grande, Rio d’ Ouro, Parque dos Artistas, Parque Monte Rose, Conceição, Capela e

Cachoeirinha, e ainda a Estrada da Vala Preta, que faz parte do Rio d' Ouro (SOUZA NETO, 2010, p. 13).

É um distrito com características agrícolas.

Magé é o único município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que possui um distrito agrícola. Com cerca de 80 quilômetros quadrados e aproximadamente 1.000 agricultores, esta região é grande produtora de alimentos para o próprio município e para a Região Metropolitana. No entanto, a agricultura do município é marcada pelo alto uso de insumos agrícolas (MENDONÇA, 2021, p. 29).

. Segundo o presidente da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro):

(...) “Magé é um exemplo de produção, encontramos de tudo aqui. Vimos produção de pimentão, pimenta, goiaba, pupunha, batata-doce, entre outros, e já podemos ver a diversidade que temos. A EMATER-RIO identifica essas oportunidades, orienta os agricultores para que eles resolvam problemas e encontrem alternativas. E o palmito pupunha é justamente um grande exemplo disso, sendo hoje um grande destaque” - afirmou (EMATER, 2024).

Segundo dados da Emater-Rio, em 2023, haveria em Magé mais de 863 produtores rurais produzindo, entre outros, abobrinha, aipim, banana, batata doce, berinjela, cará, coco verde, feijão, feijão-mauá, goiaba, inhame, jiló, maxixe, milho verde, palmito, pimentão e quiabo. “De acordo com dados da Emater local, o setor primário se destaca por ser o maior gerador de empregos no município, absorvendo, principalmente, a mão de obra nos períodos de plantio e colheita” (SIMAS, 2019. p. 26).

Este é um retrato parcial da atividade produtiva do município, em especial do distrito agrícola.

Magé foi palco de conflitos por terra, no decorrer de toda a década de 1960. Mas como sintetizar tantos detalhes, tantos personagens, vidas, narrativas e percepções de acontecimentos que unem e identificam, ainda hoje, os agricultores, os operários e os filhos dos que lá estiveram? Para a tarefa de recompor a memória, convocaremos outros mestres e mestras que, também por sua vez, recolheram fragmentos da linha do tempo e sistematizaram em palavras, o trabalho de uma vida. Trabalho sobre a vida!

Para saber mais sobre as lutas por terras e a formação do município, pode-se acessar o trabalho destes autores, a começar por Souza Neto (2010), que propôs a análise dos círculos agro culturais no Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ. Ribeiro (2021) debateu sobre as lutas dos trabalhadores rurais de Magé contra a Fábrica de Tecidos Pau Grande, assim como as atuações político-partidárias no território. Crespo (2013) apresentou Cachoeira Grande e as atividades pluriativas de seus sujeitos. Teixeira (2021) narrou os processos de repressão e

ocupação de terras, sobretudo nos territórios agrícolas (Cachoeira Grande e Rio d’Ouro). Sua apresentação acompanha os movimentos dos camponeses, no período da ditadura militar, utilizando entrevistas e narrativas de moradores e líderes sindicais. Simas (2019), moradora de Magé, em sua pesquisa, observou o conhecimento agroecológico, tendo como locus de pesquisa o Centro de Ensino Integrado Barão de Langsdorff (Colégio Agrícola), situado no distrito agrícola. Salles (2021), natural de Magé, pesquisou as histórias de vida das agricultoras residentes nos territórios de Conceição, Piabetá e Cachoeira Grande.

Por fim, dois grandes trabalhos da professora Medeiros (2008; 2015). O primeiro descreve o processo de formação dos territórios da Baixada Fluminense, incluindo Magé, e os conflitos que ocorreram durante o governo civil-militar. Em seu livro, escrito em conjunto com o agricultor Bráulio Rodrigues da Silva, a autora nos presenteia com a história de vida de Bráulio e a luta pela terra.

Conhecer Magé por meio das letras escritas por grandes mestres e doutores, este é um caminho! Contudo, para se conhecer Magé por meio das vidas, experiências e o contato com sua natureza, o caminho se dá por meio da lânguida estrada BR-116.

CAPÍTULO II AS ENTREVISTAS

A pesquisa foi realizada com sete (07) mulheres agricultoras familiares, do município de Magé, residentes nas regiões de Cachoeira Grande (Glória e Margarida), Vala Preta (Roseani e Maria Helena) e Conceição de Suruí (Maria, Ciléia e Maria José).

Foi escolhida a Feira da Agricultura Familiar de Magé, para a aplicação da técnica “bola-de-neve”, descrita na seção Metodologia. A feira acontece aos sábados, na rua São Fidélis, no centro de Piabetá (Vila Inhomirim), bairro pertencente ao 6º distrito de Magé. Os colaboradores da pesquisa foram considerados “sementes”, conforme Bardin e Munhoz (2011). Abaixo, a foto da visão parcial da feira (figura 1).

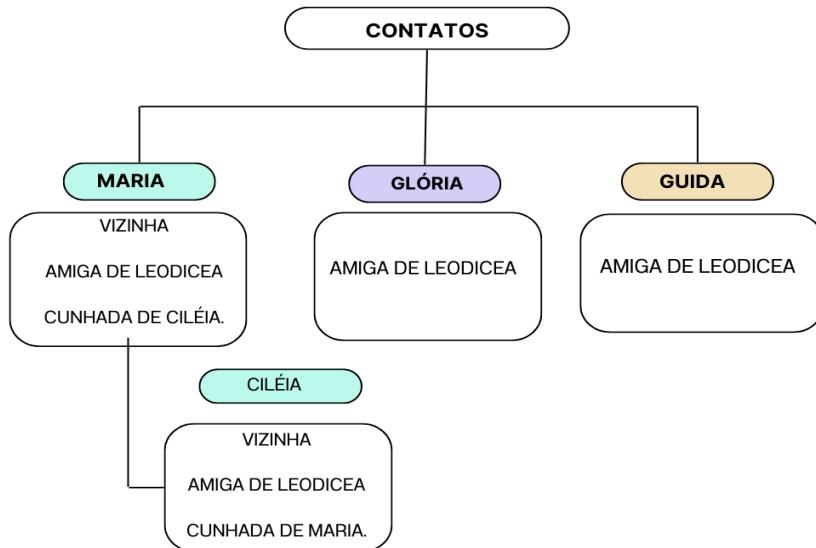
Figura 1- Feira da Agricultura Familiar de Magé (Piabetá)



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Na figura 2, consta o fluxograma com os nomes das agricultoras convidadas por meio da rede de contatos.

Figura 2 - Fluxograma da rede de contatos



Fonte: Autoria da pesquisadora.

O primeiro colaborador da pesquisa foi o agricultor Jeremias Cabral, com grande conhecimento do território, da agroecologia e das famílias agricultoras da região. A conversa com o Jeremias, o professor Reginaldo (que colaborou em toda a pesquisa) e eu, começou na feira. Depois, fomos à casa de Jeremias no dia 20 de fevereiro de 2024, onde nos apresentou a sua área de produção e a sua agrofloresta (figura 3). Neste diálogo, foram recolhidas informações sobre o território agrícola de Magé.

Foi pontuado a Jeremias que a(s) indicada(s) para ser(em) entrevistada(s) deveria(m) ser mulher(es) agricultora(s). Jeremias, então, nos sugere uma agricultora chamada Roseani, que também é feirante na Feira da Agricultura Familiar de Magé (Piabetá).

Devido ao seu grande conhecimento, Jeremias foi considerado o informante, conforme explicitado na figura 4, onde apresentamos o fluxograma de indicações.

Jeremias havia indicado Ana Alice, extensionista rural. No entanto, Ana Alice não pôde participar da pesquisa.

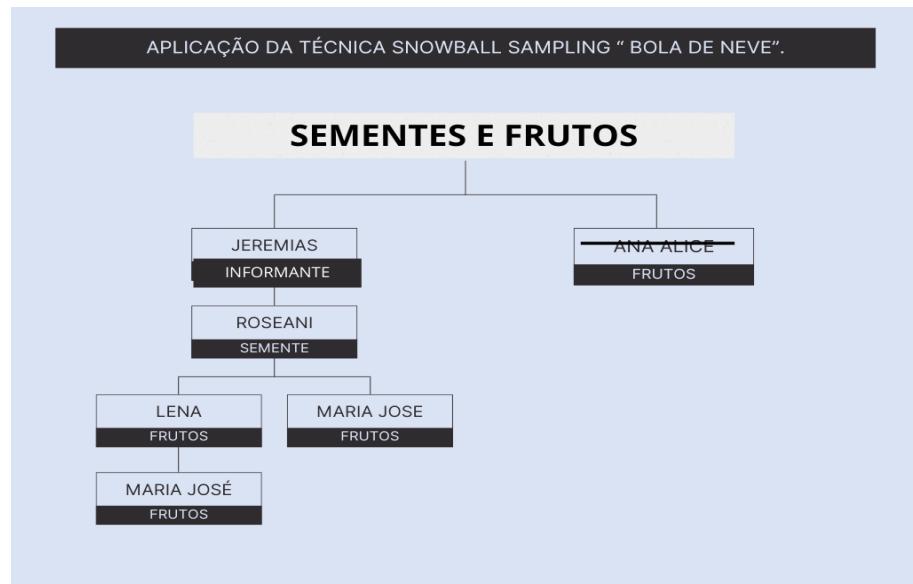
Figura 3 - Agricultor Jeremias, em sua agrofloresta



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Ana Alice foi convidada quando compareceu à Feira da Agricultura Familiar de Magé (Piabetá). Na ocasião, nos deu seu número telefônico e confirmou que participaria da pesquisa. Entramos em contato pelo Whatsapp, algumas semanas mais tarde, e Ana Alice nos explicou que estava passando por um momento de sobrecarga em seu trabalho e que, por conta disso, precisaria recusar o convite. Afirmamos que seria bem-vinda, caso a sua situação mudasse.

Figura 4- Fluxograma de Indicações.



Fonte: Autoria da pesquisadora.

Descreveremos, a seguir, como foi feita a aproximação com as agricultoras indicadas por meio da técnica “bola de neve”:

2.1 Agricultora Roseani

Por indicação de Jeremias, fomos “puxar conversa” com Roseani, agricultora e feirante. Ela nos receptionou com simpatia e um olhar alegre. Roseani nos contou que ela e seu marido são agricultores, e residem na Vala Preta.

Roseani não pôde participar de todas as fases da pesquisa de campo (entrevista e visita ao quintal), pois nos contou que: “Se não fosse o trabalho na agricultura, eu não teria essa hérnia no umbigo”. Ela encontrava-se em período pós-operatório e, aquele sábado, estava sendo seu retorno após a cirurgia.

Roseani, muito gentil e solícita, explicou que estava trabalhando todos os dias da semana, tendo apenas um dia de folga. Sendo feirante em mais de uma feira, precisava fazer a colheita em dias alternados, restando apenas um dia de folga, portanto, estava limitada àquele cronograma. Ainda assim, nos concedeu uma entrevista, no mesmo dia que a conhecemos, ainda em fevereiro de 2024. Adicionalmente, realizamos uma entrevista gravada no dia 25/03/2024.

Figura 5- Agricultora Roseani, em sua banca na feira de sábado



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Roseani e seu marido são agricultores. Plantam de tudo um pouco! Roseani nasceu no Espírito Santo, filha de Lauro e de Maria. Roseani afirma que seu avô, seu pai e sua mãe são agricultores. Aprendeu a lidar com cafezal em sua juventude e casou-se em 1985. No ano de 1994, o casal comprou uma terra na comunidade agrícola de Vala Preta. Disse que a união com o marido “foi perfeita”. Hoje, alegra-se por seus filhos Leonardo e Leandro e por seus netos!

Roseani havia levado para a venda naquele sábado: Cajá, araçá (variedades), limão-galego, bananas (variedades), palmito, jaca descascada, mini-pepino, pimentas (variedades), aipim, taioba, ora-pro-nobis, vinagreira e açafrão *in natura* e em pó. Roseani atesta a qualidade da sua produção: “O aipim é daquele que desmantha!”, e ainda aborda os transeuntes: “Fala, amigo!”. Compartilha experiências, histórias pessoais e oferece conselhos. Relembra os fatos ocorridos com cada cliente, o que inclui datas, os nascimentos e as chagas de cada um: “Melhorou?”, pergunta para determinado freguês. Ao que responde: “Um pouco... Estou melhorando!”. Reafirma a procedência de sua produção: “Mas então, o que a gente compra por aí barato, não é puro?”, questionou um freguês. “Não sei, eu vou falar do

meu produto.”, respondeu Roseani. Atende vários clientes ao mesmo tempo, e ainda conversa com todos!

Roseani nos ensinou sobre o transplantio de mudas de fruta-pão; a como consumir o araçá-boi; em como utilizar o açafrão (uma cliente deu o depoimento de sua melhora). Roseani tornou-se uma “semente” da pesquisa, como demonstrado na figura 4, indicando algumas mulheres, entre elas, a agricultora Maria Helena.

2.2 Agricultora Lena

No dia 24 de fevereiro de 2024, chegamos à feira por volta das 08h da manhã. Encontramos todas as barracas montadas e um fluxo de pessoas. Após conversarmos com Roseani e Jeremias, iniciamos nossa conversa com a agricultora Maria Helena, conhecida como Lena.

Iniciei a conversa com Lena perguntando sobre a noz macadâmia (*Macadamia Integrifolia*), pois o agricultor Jeremias havia dito que ela tinha um pé, em seu sítio. Ela contou que o pé havia iniciado a produção e que, certa vez, trouxe algumas nozes para os companheiros de feira. Perguntei sobre as características da planta e Lena preferiu nos mostrar uma foto.

Ela exibiu a imagem da inflorescência, e observamos que as folhas, em sua textura, apresentam semelhanças entre as folhas do louro (*Laurus Nobilis*). Depois, perguntei sobre o solo para aquele tipo de planta: Se deveria ser úmido ou seco. Lena respondeu que deveria ser um solo no meio-termo e que era uma planta que precisava de boa incidência solar.

Na figura 6, podemos ver a agricultora Lena em sua banca, na Feira da Agricultura Familiar de Magé (Piabetá).

A história da macadâmia ilustra como ocorrem as trocas de experiências. Jeremias, Lena e alguns outros agricultores compraram suas mudas do mesmo fornecedor e todos plantaram na mesma época. Compartilharam os momentos de evolução das plantas, até que, em três anos, a noz de macadâmia da Lena começou a produzir. Ela disse que tinha duas plantas, mas uma morreu. Por isso, talvez, ela mostrou com tanto brilho no olhar as fotos de sua árvore, que precisa ser olhada e admirada para continuar, por mais longos outros três anos, produzindo inspiração para os corações desses plantadores de árvores e colhedores de vida.

Figura 6- Agricultora Lena, em sua banca na feira



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Lena aceitou participar da pesquisa, combinando a entrevista para o dia 05 de março de 2024, às 14h, em seu sítio. No dia combinado, o clima mantinha-se fresco, prenúncio de chuva. Lena nos aguardava, sentada sob as árvores de seu quintal. Essas árvores são personagens, nessa história. Seu neto também parecia que estava nos esperando. Enquanto ele brincava com seus brinquedos, nossa entrevista ia se desenrolando. Após alguns minutos de entrevista, seu esposo Dimas se uniu a nós. Ele muito contribuiu com a entrevista. Seu filho Mateus também participou da entrevista, contribuindo com informações sobre o sítio.

Lena e Dimas mantêm uma memória rica sobre o território da Vala Preta e sobre a colônia japonesa que há ali no distrito agrícola. A entrevista durou quatro horas e dez minutos, e só não durou mais porque estava começando a trovejar. De fato, quando estávamos a caminho de casa, a chuva nos “alcançou”!

Lena indicou a agricultora Maria José.

2.3 Agricultora Maria José

Entramos em contato com Maria José pelo aplicativo de mensagens (Whatsapp), no dia 16 de março de 2024, convidando-a a participar da pesquisa. Maria José aceitou o convite no dia 30 de março de 2024, e marcamos a entrevista para o dia 16 de maio de 2024.

No dia marcado para a entrevista, às 14h, fomos recepcionados na porteira do Sítio São João, pelo senhor Genálio, esposo de Maria José. Maria demonstrava força e autonomia. O senhor Genálio contribuía para o brilho de Maria José. Era como se os dois jogassem, e, nessa analogia, o senhor Genálio sempre, como um cavalheiro, passava a bola para que Maria José fizesse o gol! Com entrosamento e um bom senso de humor. Na figura abaixo, podemos ver Maria José em sua banca, na feira localizada no centro do município.

Figura 7- Agricultora Maria José, na feira em Magé



Fonte: Acervo da pesquisadora.

A entrevista durou três horas e dezenove minutos.

2.4 Agricultora Glória

A agricultora Glória foi convidada a participar da pesquisa, por meio da rede de contatos, como exposto na figura 2 (fluxograma da rede de contatos).

Fomos até seu sítio em Cachoeira Grande, em abril de 2024, numa semana de muitas chuvas.

No caminho para o sítio de Glória, cruza-se uma alameda de jacas e jaborandis. Numa esquina brusca, chega-se ao portão. Vimos que sua casa ficava num elevado, embaixo da sombra das árvores do quintal. Árvores altas. Chamamos, e Glória logo nos atendeu.

Apresentei-me como filha de dona Leodicea, que ela conhece.

Apresentamos a pesquisa e a convidamos. Ressaltamos que o convite também se estendia a sua filha, Melissa.

Glória ouviu a proposta e relembrou que a professora Leonilde Medeiros, da UFRRJ, também, há alguns anos, havia executado uma pesquisa com os agricultores assentados de Cachoeira Grande, presente no livro organizado pela professora Leonilde Medeiros, onde se conta a biografia de Bráulio Rodrigues da Silva e a trajetória de outros agricultores de Magé (SILVA e MEDEIROS, 2008).

Afirmamos que Glória era uma agricultora com uma história de vida admirável, para ser relatada na pesquisa. Ela disse que, agora, por estar aposentada, tecnicamente, não seria mais agricultora. Sentia que necessitava de descanso e, portanto, estava “tirando férias” da lida na roça. Glória aceitou participar da pesquisa, que foi agendada para o dia 25 de abril.

No dia 25, às 16h, nos reunimos em sua casa para a entrevista. Glória estava sentada na varanda, que tem vista para o pequeno bosque do sítio. Estavam presentes o professor Reginaldo, Glória e eu. Uma hora depois, o senhor Miguel, esposo de Glória, chegou, unindo-se a nós. Foi uma entrevista bem dinâmica, em que Glória relatava fatos e seu esposo Miguel complementava os dados. A entrevista durou três horas.

Glória nos ofereceu bolo e café. Abaixo, na figura 8, foto da agricultora Glória.

Dona Glória preocupou-se com o estender da entrevista, mas seu esposo pareceu empolgado em contribuir com a coleta de dados da pesquisa, afirmando que poderia nos emprestar o livro que a professora Leonilde havia escrito, sobre a história do Assentamento de Cachoeira Grande.

Figura 8- Agricultora Glória



Fonte: Acervo da pesquisadora.

A chuva, anunciada mais cedo, caía, tornando a noite gelada e escura, e dona Glória orientou-nos a nos protegermos da chuva. Agradecemos ao casal, nos despedindo, para seguirmos em meio à alameda escura pela qual havíamos, outrora, chegado ao sítio.

2.5 Agricultora Maria

Convidamos a agricultora Maria, que era conhecida da pesquisadora, conforme descrito no fluxograma da rede de contatos (figura 2).

Maria é agricultora, junto com seu esposo Macau, em Conceição de Suruí. Ela reside na mesma rua de Leodicea, mãe da pesquisadora. Certo dia, a mãe da pesquisadora a abordou

e perguntou se ela gostaria de participar da pesquisa. Maria prontamente aceitou. A entrevista foi marcada para o dia 23 de abril de 2024, às 14 h.

Na figura 9, podemos ver Maria manejando seu roçado.

Figura 9 - Agricultora Maria



Fonte:Acervo da pesquisadora.

O professor Reginaldo e eu chegamos no dia e horário marcados. Maria nos recepcionou em sua varanda, que tinha como horizonte a roça da família. Sua neta lhe fazia companhia, enquanto brincava no jardim, mas logo decidiu brincar dentro de casa. Maria nos convidou a sentarmos à mesa, junto a ela. A entrevista durou duas horas.

Muito generosa, a Maria nos contou sua história de vida. Ela tem uma trajetória admirável e optou pela agricultura, ainda cedo.

Maria é uma mulher bonita e jovial, e sua família tem sido modelo de comportamento, sobretudo a conduta de seus filhos.

Interessante. O sítio é uma área extensa onde as duas famílias, a de Maria e de sua cunhada Ciléia, realizam o plantio. É uma roça bem capinada, com pouca vegetação espontânea. Observa-se sua divisão em quadrados, que poderiam ser definidos como glebas.

Na roça, que fica bem próxima à casa de Maria, encontramos Ciléia, seu esposo e seu genro. Todos trabalhando. Alguns na adubação, outros realizando a limpeza da área de plantio. Cumprimentamos a todos, e Maria nos deixou conversando com Ciléia, enquanto foi capinar a plantação de aipim, pois era uma de suas tarefas do dia.

Enquanto isso, Ciléia nos contou um pouco de sua história e como aquele sítio demandou trabalho dela e de Maria. Nessa ocasião, apresentamos a pesquisa a ela, a convidando a fazer parte. Ela afirmou que não sabia muito, que talvez não pudesse ajudar tanto assim, mas que, se quiséssemos, ela participaria. Reafirmamos que sua história seria de grande valor, e logo definimos uma data para a entrevista.

Quando nos encaminhávamos para a saída da área de plantio, encontramos Maria, ainda manejando sua área. Nós nos despedimos, agradecemos e seguimos.

2.6 Agricultora Ciléia

Como descrito, convidamos Ciléia a participar da pesquisa quando Maria nos apresentou a ela. A entrevista aconteceu em 27 de abril de 2024, e durou mais de duas horas.

Ciléia nos recepcionou oferecendo um café. Nós nos achegamos à sua varanda, de onde se admiravam as orquídeas. Na figura 10, vemos a agricultora Ciléia em seu quintal.

Ciléia estava comprometida a nos contar sua história de vida, começando com a chegada da família a Conceição de Suruí. Depois, ela nos levou para conhecermos seu quintal, e Ciléia nos mostrou suas plantas, em especial seus pés de pitaya (*Hylocereus*). Ciléia contou feliz sobre quando foi presenteada com algumas mudas dessa planta tão exótica.

Figura 10 - Agricultora Ciléia, em seu quintal



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Ciléia nos contou sobre a construção da casa, sempre exaltando seu esposo Gessi, pela força e habilidades na construção civil. O casal parecia relembrar como foi a jornada de lutas e conquistas. Ao final, Ciléia nos encaminhou até o portão. Agradecemos a disponibilidade e nos despedimos.

2.7 Agricultora Guida

A agricultora Margarida, a Guida, também é conhecida da pesquisadora, conforme explicitado na figura 2 (fluxograma de contatos).

Atualmente, ela reside em Cachoeira Grande. Entramos em contato por meio do aplicativo de mensagens de texto (Whatsapp). Guida aceitou o convite para participação na pesquisa e, em 14 de maio de 2024, às 16h, nos encaminhamos ao seu sítio, para realizarmos a entrevista. Na figura 13, podemos ver a agricultora Guida.

Guida nos ofereceu café e banana chips, que ela processa em sua cozinha. Era uma tarde, e sentados um de frente para o outro, a entrevistamos, por mais ou menos duas horas, quando alguém começou a chamá-la, ao portão. Eram seus amigos e convidados. Havia uma alegria geral na casa!

Figura 11- Agricultora Guida



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Curiosamente, entre os convidados de Guida, havia um aluno do professor Reginaldo. O professor explicou o propósito de nossa visita e, a partir daí, todos os convidados começaram a contar suas histórias de vida, especialmente, sobre suas infâncias e modos de vida. Como Guida faz parte do nosso círculo social, fizemos algumas visitas a ela para tratarmos de assuntos além da pesquisa.

2.8 Análise das entrevistas

Os agricultores Jeremias e Roseani foram colaboradores da pesquisa.

Observamos nas entrevistas de Lena, Maria José e Glória, a participação de seus cônjuges. No caso de Ciléia e Maria, ainda que seus esposos estivessem em casa (ou no sítio), eles não participaram das entrevistas. Talvez, por estarem realizando outras tarefas no momento.

Destacamos os movimentos migratórios vivenciados pelas famílias de Ciléia, Maria José e Lena. Suas famílias vieram para Magé, saindo de outros estados brasileiros, em vista da ocupação de terras e trabalho na agricultura.

Guida e Glória, por sua vez, vivenciaram processo similar, no entanto, a migração ocorreu dentro do território do estado do Rio de Janeiro. Elas, já casadas, saíram da área urbana do estado para a área rural de Magé.

Nascida em Magé, Maria conta que sua família sempre viveu em Conceição de Suruí. Assim, ela é considerada uma mageense de origem.

A dinâmica das entrevistas seguiu-se assim: Primeiro, a narrativa das/os entrevistadas/os sobre suas histórias de vida e, logo após, elas/es nos convidavam a conhecer seus sítios. Foi uma dinâmica natural do processo.

As visitas aos quintais foram realizadas com qualidade no sítio de Lena e de Maria José. As narrativas sobre as visitas aos quintais constam nos Resultados.

Todas as participantes foram entrevistadas apenas uma vez, exceção feita a Lena, que foi entrevistada duas vezes, pois a pesquisadora ainda estava testando as ferramentas de coleta de dados. Durante a condução das entrevistas, priorizamos o contato pessoal. Os aparelhos eletrônicos a serem utilizados eram apresentados, e pedimos autorização verbal para a gravação das entrevistas. Pontuamos que a gravação e a entrevista poderiam ser interrompidas ou encerradas, se solicitado pela/o entrevistada/o. As entrevistas foram gravadas com celulares, e armazenadas em *drive*.

Observamos sempre o respeito quanto às informações coletadas nas entrevistas, evitando o julgamento e a imposição de conceitos antecipados.

Todas as entrevistadas foram esclarecidas quanto ao termo de autorização de uso de imagem e sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que se refere às especificações da ética em pesquisa com seres humanos, obedecendo à Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) disponíveis para consulta (Anexo A) neste trabalho.

Após a coleta de dados por meio das entrevistas, seguimos no processo de transcrição, seguido da aplicação das técnicas de análise de conteúdo.

CAPÍTULO III HISTÓRIAS DE VIDA DE AGRICULTORAS DE MAGÉ

Neste capítulo, entraremos em contato com as histórias de vida. Imergiremos na realidade das agricultoras e agricultores. Olharemos o que narram sobre si mesmos. Precisaremos utilizar da percepção dos sentidos: do coração, da mente e do espírito. Por este caminho, talvez esbarremos em novos e antigos saberes do campesinato. Como observado na metodologia, utilizamos as entrevistas de história de vida (ALBERTI, 2013).

Andaremos atentos em seus territórios. Se formos convidados a sentar debaixo de um pé de árvore, e ouvirmos suas histórias, nós sentiremos, com elas as suas histórias! O caminho é florido e já podemos sentir até mesmo uma brisa, que nos lembra que chegamos, finalmente, à Magé!

3.1 Lena e Dimas

Se encontrarmos uma palavra, um gesto ou um som que possa nos direcionar no caminho de encontro ao outro, um caminho educativo, onde mudanças verdadeiras acontecem, então, por ali, talvez possamos repousar, e aprender como esses milagres acontecem. Então, saberemos que tudo valeu à pena.

Na entrada de sua casa, bem acomodada debaixo de uma jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*), Lena nos recepcionou. Também, brincando com seu velocípede e atento a nossa chegada estava seu neto.

Entramos em seu quintal. Assim que chegamos à propriedade, já avistamos pés de manga (*Mangifera indica*) e cacau (*Theobromacacao*). O sítio é circundado por uma cerca viva, composta por algumas variedades lenhosas, e até um jovem pau-brasil (*Paubrasiliaechinata*). Plantas ornamentais rodeiam a casa. Nas árvores frondosas do quintal avistamos orquídeas (Família Orchidaceae), bromélias dependuradas e até uma inesperada videira.

Lena nos cumprimentou e apontou um banco a sua frente. Seu neto, muito simpático, alternava entre andar no velocípede e tentar segurar um dos cachorros no colo. O menino estava bem satisfeito com seu carrinho de lata, o qual puxava com o máximo de velocidade que seus braços permitiam. Havia três cachorros, todos pretinhos e parecidos no tamanho.

Observei que nas proximidades, no arbusto da ixora (*Ixora L.*), um dos cachorros buscou abrigo. Imagino que, antes de nossa chegada, ele já estivesse entretido na escavação de um buraco na areia. Outro cachorrinho estava farejando meu tênis, parecia preocupado com a origem das informações que coletava.

Já um terceiro, que desde o início não estava interessado em nossa chegada, continuou deitado numa faixa de grama verde que havia por ali.

Figura 12 - Cachorros Felizes



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Lena nos convidou para conhecermos o sítio. Lena abriu passagem por uma trilha, que parecia secreta, entre o pé de limão (*Citrus aurantifolia*) e tangerina (*Citrus reticulata*).

Encurvadas por estarem muito carregadas, as árvores, sempre bondosas, nos ofereciam seus frutos a um estender de mãos.

Passamos por um enorme e desaparecido abacateiro (*Persea americana*), que só ficamos sabendo que era um abacateiro, pois, no chão, havia frutos caídos. O tronco também estava ocultado por um pé de pimenta do reino (*Piper nigrum*) que também estendia suas gavinhas em toda a pequena trilha.

Seguimos as acerolas (*Malpighia glabra*), até que cruzamos um cercado de tela e, neste momento, imaginei que o sítio da Lena fosse realmente grande... E, era mesmo. Havia a estrutura de um galinheiro e um piquete todo cercado. Avançando sob as sombras das copas,

começamos a enxergar a plantação de goiabas à esquerda, acima das hortências brancas, quase rosáceas, que cresciam espontâneas naquele ambiente úmido.

Outro abacateiro, com muitos galhos perfilados, se apresenta. Passando por baixo de suas sombras, à direita e à esquerda, uma nova paisagem se abre. As goiabeiras estavam lá, cada qual segurando seus frutos a pleno sol! Pareciam satisfeitas e preparadas para a chuva prometida que, brevemente, iria cair.

Figura 13- Goiabeiras do sítio



Fonte: Acervo da pesquisadora.

De ambos os lados, viam-se as goiabeiras dispostas em fileiras. Ao virarmos para a direita, ficamos deslumbrados. Um enorme angico (*Anadenanthera*) que fazia, ao vento, o voo de suas sementes! Sementes que, onde pousam, germinam. Havia mudas em tal quantidade que Dimas (Seu esposo), ao realizar a limpeza do goiabal, até as roçavam.

O imponente angico se pronunciava. Tão grande e espetacular como quem está sempre em guarda das árvores irmãs. Na linha do horizonte, olhando para o lado esquerdo do angico, um pequeno declive. Lena nos contou ter sido um poço feito por Dimas para o sistema de irrigação implantado no sítio, que não estava sendo utilizado naquele momento. O goiabal, antes, era irrigado. O goiabal tem quatro anos que foi implantado.

Lena seguia caminhando e contando que realizava o cultivo de tudo que coubesse nos intervalos entre as goiabeiras.

Figura 14 - Lena e o imponente Angico



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Figura 15 - Mudas de Angico



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Os abacaxis ocupavam seu devido espaço, pareciam descansados, ficando na terra, sem pressa, até produzirem. Também os quiabos, produtores de sementes (talvez, já sendo consideradas sementes crioulas), as bananeiras e, ainda, de tempos em tempos, os feijões.

Lena diz que, hoje, os galhos das goiabeiras são mantidos baixos, com o uso de garrafas PET (politeréftalato de etileno) penduradas e cheias de água. Antes, as galhas eram amarradas em pequenas estacas presas ao chão, mas segundo Lena, ao caminhar na roça, durante a colheita, era comum se tropeçar nessas pequenas armadilhas. Portanto, as garrafas PET cheias d'água podem ser vistas enquanto uma técnica funcional, pois se mostram adequadas ao objetivo pretendido.

Caminhando e conversando, chegamos a um ponto que guardava uma grata surpresa: chegamos ao pé de Macadâmia (*Macadamia Integrifolia*), uma árvore que virou assunto entre alguns agricultores e que, de certa forma, me permitiu uma aproximação com a Lena.

Lena conta o episódio quando comprou as mudas e que algumas pessoas falaram que esta árvore não produziria aqui neste clima.

Figura 16 - À sombra da Macadâmia Integrifólia



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Quando Lena perguntou aos vendedores que estavam comercializando as mudas, eles lhe garantiram que produziria.

As duas mudas que Lena comprou foram plantadas na mesma época e em terrenos parecidos, as duas floresceram, porém, uma das mudas não segurou a floração. A muda que mais se desenvolveu já produz há três anos. Quanto a sua aparência, suas folhas lembram o louro (*Laurus nobilis*). Quando secas, suas folhas caem, aproximando-se do tom marrom acobreado, ocasionando a camuflagem de suas nozes, quando essas caem no manto de folhas que se amontoa no chão ao redor de seu tronco.

Figura 17 - Frutos da Macadâmia



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Ficamos um bom tempo conversando sobre a admirável espécie estrangeira. Quando seguimos caminho, encontramos o limão verdadeiro, como Lena o nomeia. Suas características incluem seu cheiro floral, árvore de porte médio, muito saboroso, rendendo bastante suco por fruto. Lena o elogia dizendo: “Dá muito espinho, mas dá limão o ano todo”.

Encontramos também uma árvore de tangerina que tinha suas galhas arriadas por estarem tão cheias de tangerinas. O pé de tangerina entortou por falta de poda e Lena diz: “Eu nunca vi um pé de tangerina carregar tanto!”. Viramos na direção oposta, nos encaminhando para o viveiro de mudas.

Lena fala sobre o manejo com as frutíferas, uma vez que seu pomar era composto por árvores aparentemente saudáveis, resultante da manutenção da fertilidade do solo. Lena diz: “Aqui, a gente não faz adubação sempre não. A adubação vem do próprio material”. É necessária uma conservação da limpeza da área, e que, “tendo uma roçadeira e mantendo o sítio limpo”, já é bem eficiente. Já a poda das rebrotas, o casal, Lena e Dimas, precisa fazer quase todos os dias.

Figura 18 - Pé de Tangerina



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Chegando perto do galpão, coisa que quase todo sítio tem construído, onde as ferramentas de utilização no trabalho com a terra são armazenadas, Lena recorda quando comprou uma muda de açaí, e pontua o seu arrependimento por ter comprado essa planta. Mesmo assim, o açaizeiro permanece lá, carregado de frutos.

Já em seu viveiro, Lena ensina que as mudas que produz são feitas em sacolas de arroz, de feijão, de açúcar e caixinhas de leite. Ela entende que isto está sendo uma forma de redução do seu lixo doméstico.

Quanto as suas mudas, sua técnica é a alporquia, sendo vantajoso, pois assim produz mais rápido, e o objetivo é ter mudas saudáveis para a renovação do plantel de frutíferas, assim como a venda direta quando quiserem. Lena mostra como faz a alporquia das goiabas.

Na periferia do galpão, uma árvore de uva japonesa (*Hoveniadulcis*). Dimas fala que a uva japonesa não pode ser plantada perto de casa. Lena reforça dizendo que a árvore cresceu excessivamente e questiona como ela poderia ser podada.

Figura 19 - Chegada aos pés de açaí e ao viveiro de mudas



Fonte: Acervo da pesquisadora.

A seguir, um cacauzeiro e alguns pés de cupuaçu (*Theobroma Grandiflorum*).

Por ali, os cafeeiros (*Coffea* sp.) formavam uma pequena fileira, enfeitados com flores branquinhais e frutos já vermelhos.

Lena afirmou: “Viu? Eu moro no meio de uma mata, e era só grama. Não tinham árvores. Quem viu, e quem vê hoje... Nós que plantamos tudo aqui!”.

Figura 20- Agricultor Dimas, na fachada de sua casa



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Finalizamos nossa caminhada pelo sítio; agora, porém, um pouco mais lúcidos sobre quem eram aquelas duas pessoas que estavam à nossa frente! Lena e Dimas. Quem são eles? Eles são Plantadores de Árvores! Plantadores de árvores, eles respondem por este nome!

A partir daqui, começa a história de vida de Maria Helena, já apresentada como Lena. Sua história de vida que, volta e meia, mescla-se com a de seu esposo, Dimas.

O pai de Lena (José Pereira) e sua mãe (Zeferina) vieram do Espírito Santo para Magé, e foram sitiantes em Conceição de Suruí, em 1961. Lena conta que:

Eu nasci em Espírito Santo, mas eu vim pra cá, acho que eu devia ter uns dois anos por aí, mas eu não me lembro de nada do Espírito Santo. Aí, meu pai veio pra cá, foi morar lá, na subida da Conceição. Esse sítio lá é do meu irmão, meu irmão que mora lá. Aí, minha vida toda foi morar aqui, nesse lugar mesmo. Aí, fui criada ali. Estudei, casei... Tudo morando naquele cantinho. Mas sempre trabalhando na roça. Aí, meu pai plantava bastante coisa também. Meu pai plantava vagens, essas coisas assim também, que era coisa que produzia... Que naquele tempo fazia frio, né? Então, eu conseguia colher alguma coisa.

Lena recorda que seu avô, em uma viagem a Magé, se agradou das terras daqui. Comprou as terras, planejando retornar. As terras compradas ficaram sendo trabalhadas por seu filho José (pai de Lena) e sua família.

Interessante que, depois que o pai de Lena estava nas terras, seu avô nunca mais voltou a Magé; e seu pai, José Pereira, também não retornou mais ao Espírito Santo.

Os pais de Lena, por já serem casados e já haverem constituído família, contavam, na época, com seis filhos e, logo depois, outros três nasceram em Magé. Tempos depois, o irmão de seu pai com sua família, também fixaram residência em Magé.

Diferente de José, seu irmão (tio de Lena) retornou ao Espírito Santo, anos mais tarde.

Levando em consideração as diferenças da agricultura realizada no Rio de Janeiro, e também sabendo as características climáticas do Espírito Santo, o pai de Lena precisou escolher o que se adaptaria bem no solo de Magé. Lena diz:

Meu pai plantava de tudo um pouco. Meu pai plantava vagem, quiabo, pimentão, jiló, maxixe, aipim, milho, batata, batata-doce. Ele plantava de tudo um pouco. Ele aprendeu, eu acho, com o próprio pai. Quer dizer, lá no Espírito Santo era uma cultura diferente... Lá no Espírito Santo, eles plantavam mais o arroz, café. Lá no Espírito Santo, ele tomava conta era de café. Ele veio para cá e teve que mudar um pouco a cultura... Chegando aqui, ele plantava arroz, esses negócios tudo ele plantava. Depois, ele passou a plantar verdura... Teve que aprender e começar a plantar também.

Quanto à adubação “as pessoas doavam o esterco de galinha”. Se houvesse alguma praga ou doença, compravam pesticidas e herbicidas industrializados, que Lena chama de “remédio”, e aplicavam na roça. No entanto, afirma que não havia doenças nas plantações como há na atualidade. Lena não especifica quais doenças havia, quais existem hoje, e nem mesmo, quais “remédios” eram usados.

A infância que Lena recorda era regida pelo tempo determinado e distribuído entre brincar, estudar e ajudar nas tarefas do sítio. E assim, havia tempo para todas as coisas. A

criança era introduzida no trabalho da roça a partir dos sete anos, e a jornada durava até as quatro da tarde, sendo separado o tempo de ir para a escola. Aos fins de semana, só se trabalhava até o meio-dia.

Crescendo na roça, Lena sempre executou as mesmas funções que os rapazes e, caso necessário, colaborava nas atividades da casa, onde a gestora era sua mãe, ao que nos conta:

A mesma coisa que o homem fazia, a mulher fazia. Ninguém tinha privilégio de nada não. Meu pai, quando a criança completava sete anos, ia pra roça; mesmo que não soubesse fazer nada, tinha que ir. Ali você ia aprendendo e pegando gosto por aquilo... Por isso que, hoje em dia, são preguiçosas... Porque se você mandar um filho seu trabalhar, não pode, é proibido. No tempo nosso, a gente ia e gostava; hoje em dia, se você falar: "Você vai trabalhar", ela (*a criança*) vai falar: "Eu vou te denunciar, eu vou!". No nosso tempo era melhor.

O que Lena pode estar se referindo é a Constituição Federal de 1988, que regulamenta o trabalho de crianças e adolescentes.

A contribuição na roça não impedia a frequência escolar. A Escola Celso Goulart oferecia até a quarta série do ensino Primário. Lena se recorda que recebeu aulas com as professoras Renê, Ângela, Célia, e também, Adelma, que ela acredita ainda residir no bairro Rio d'Ouro. Ela diz: "A escola era longe, a gente ia a pé e voltava a pé, e ninguém reclamava".

Entre trabalho e escola, ainda havia tempo reservado para brincadeiras. No tempo livre, tudo se podia fazer, desde fabricar brinquedos, confeccionar pipas, assistir ao time do bairro jogar, ou até mesmo lavar roupas. Lena disse:

Os brinquedos, a gente (ela e seus irmãos) que fazia, a gente tinha nossa própria criatividade, tudo isso a gente fazia. Qual a criança de hoje em dia que tem a criatividade de fazer um brinquedo? A gente fazia os nossos balanços. Ia no mato, porque não tinha corda, pegava cipó e fazia balanço. A gente fazia pipa, nossos carrinhos eram latinha de sardinha, bonecos eram de sabugo de milho, bola a gente fazia, pegava papel, embrulhava e amarrava. Com tudo isso, era com o que a gente brincava, nós dava o jeitinho da gente, era bom, era muito bom!

Lena compara as infâncias... Hoje, a facilidade de acesso a alguns bens de consumo.

Quanto à comercialização, Lena narra que seu pai enviava produtos para o CEASA (Central de Abastecimento do Rio de Janeiro). Lena diz que, naquele tempo, havia um tipo diferente de relacionamento entre o CEASA e os agricultores:

Não tinha para quem vender por aqui, era só CEASA mesmo. Não tinha para quem vender na localidade. O pessoal do CEASA vinha na roça comprar as coisas da gente. Às vezes, o frete até o CEASA era feito pelo Taka-chan. Naquele tempo, o preço era justo, não é igual hoje em dia. O preço era bom.

CEASA é a central de abastecimento de alimentos que tem unidades por todo o Brasil e está vinculada a algumas secretarias estaduais e federais. No Rio de Janeiro, há seis unidades; provavelmente os agricultores de Magé comercializavam para o CEASA-RJ, que fica situado em Bangu, bairro da zona oeste do município do Rio de Janeiro. O CEASA-RJ, ainda hoje, se mantém como mercado para o qual os produtores de Magé comercializam. Lena recorda-se de como ocorriam essas negociações:

Na época, eles vinham em casa trazer o dinheiro da mercadoria que eles vendiam lá, e traziam e só entregavam na mão do meu pai e da minha mãe; eles não entregavam na mão de filho nenhum. Ele vendia a mercadoria, mas no final de semana, ele vinha e trazia o seu dinheiro em casa.

Segundo Lena, havia uma loja que distribuía dentro do CEASA, chamada CVG, sobre a qual não conseguimos encontrar referência. Possivelmente, teria sido um posto de venda de produtos frescos, no interior do CEASA.

Lena diz que este grupo buscava a produção diretamente na roça de seu pai. Outras vezes, seu pai contratava o frete de um agricultor que possuía transporte próprio, conhecido por Taka-chan. Taka-chan era o nome de um produtor em Cachoeira Grande, que também foi citado como atravessador. Atravessadores são indivíduos que efetuam o serviço de compra de produtos agrícolas nas propriedades dos agricultores e os vendem no CEASA-RJ. Eles dispõem de liberdade para a negociação dos preços dos produtos. Ao final do prazo, geralmente de três dias, retornam à propriedade dos agricultores e realizam os pagamentos. Ou seja, conforme relatado pelos agricultores, o atravessador compra a prazo (fiado) e só paga após realizar a venda no CEASA-RJ. A grande questão é que os agricultores recebem o valor que o atravessador determina e, não havendo valor fixo, a margem de lucro que o atravessador poderá gerar é variável. O agricultor ainda deveria pagar o frete, o acréscimo do custo do combustível e custear as caixas que embalam a produção que vende (por exemplo: caixas para o aipim, batata-doce, etc.).

Quando Lena diz que “*naquele tempo era justo*”, ela considera que havia uma forma “justa” (a que havia, no tempo de seu pai) e uma forma “injusta”, que ela e sua família experienciaram.

Com a comercialização estabelecida, isso gerava reflexos na condição financeira da família, e a alimentação familiar provinha da produção do sítio. Ela nos conta:

Era do sítio mesmo; a gente plantava arroz, feijão. A gordura era do porco mesmo. Ele (o pai) sempre criava os porquinhos dele lá; de vez em quando, ele matava e usava a gordura pro ano todo. Não comprava óleo, nem nada. Tudo era de casa mesmo.

Seus irmãos, sete homens e três mulheres, todos (menos um) continuaram exercendo a agricultura, ao que ela recorda:

Todos os irmãos trabalhavam na roça, todos. Aí, com o tempo, só o mais velho que saiu para o serviço, foi trabalhar fora. Todo mundo continuou na roça mesmo. Augusto, quando casou, também morava na roça; depois que ele foi para o Japão, uma época é que ele saiu da roça, mas quando voltou, voltou pra roça. Depois, acabou falecendo. Até hoje, todos os outros moram na roça.

O sítio onde Lena cresceu é administrado por seus dois irmãos. Ela nos conta que “fui criada ali... Estudei, casei. Tudo morando naquele cantinho”. Observa-se uma cadênci no tempo: Há uma vida inteira narrada em três verbos (crescer, estudar, casar), e, em todas estas fases, ela passou trabalhando na roça e residindo ali, no cantinho de sua família de origem.

Ela e seu esposo Dimas fizeram uma longa jornada até adquirirem o lote, onde hoje moram. Consideraram que a aquisição do lote foi um sonho que conquistaram, avaliando que alcançaram o que almejavam.

Lena diz que, quando recém-casados, eles moraram nas terras do proprietário Minoru, desta vez, plantando sob acordo de meia. Segundo o Estatuto da Terra, a meia se define como um acordo de parceria ou arrendamento que pode ser firmado de forma escrita ou verbal.

O arrendamento e a parceria são contratos agrários que a lei reconhece, para o fim de posse ou uso temporário da terra, entre o proprietário, quem detenha a posse ou tenha a livre administração de um imóvel rural, e aquele que nela exerça qualquer atividade agrícola, pecuária, agroindustrial, extractiva ou mista (art. 92 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra - e art. 13 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; DECRETO Nº 59.566, de 14 de novembro de 1966).

O acordo de meia, segundo Lena, significava que os custos e os ganhos eram divididos. Dividiam-se os custos do adubo e alguns outros gastos. Já a mão de obra era do casal.

Realizavam a lavoura branca, na meia com Minoru Nakano: “A gente plantava igual a ele... Igual o meu pai plantava”.

Lavoura branca, ou roça branca, era a forma de cultivo realizada pelo casal, e Lena a define como:

Lavoura branca é aquela lavoura que você tem que todo ano renovar... Que é o aipim, o jiló, o quiabo, o pimentão; essas são lavoura branca. Já a laranja, você plantou, está lá fixo. Só você cuidar.

Dimas conta que demorou muito tempo para chegar energia elétrica no campo.

Lena narra que não chegou luz de forma homogênea para todos os territórios da região. Quando seus filhos eram pequenos, Lena recorda que conseguiram a posse da terra por meio do reassentamento. Começaram a trabalhar nos dois lotes, ao mesmo tempo. Em toda área que se inicia um roçado, de modo geral, necessita-se de drenagem, limpeza, tratoração da terra, adubação com esterco de galinha e a compra de sementes. Sobre isso, Lena guarda lembranças:

Tinha que comprar tudo. Aí depois, com o tempo, a gente ia tirando as nossas próprias sementes pra plantar, porque antes não; antes era tudo comprado. Hoje em dia, a gente seleciona as sementes pra plantar. O feijão você guarda na geladeira, e ele fica anos e anos sem estragar.

Por conta dessas demandas imediatas, Lena e Dimas mantiveram a plantação nas terras de Minoru, pois a terra que receberam não contava com nenhuma benfeitoria. Não havia poço (posteriormente, fizeram um poço “na mão, com manilha”). Tiveram que providenciar a drenagem e restituir a fertilidade do solo, ao que Lena diz:

Era melhor, a terra lá (nas terras de Minoru) era bem melhor, não tinha nem comparação. A terra da gente era uma terra muito bruta. Você tinha que mexer muito com ela, colocar muita matéria orgânica para ela ir melhorando. Era uma terra muito bruta ainda. Aquela terra, do jeito que a gente pegou ela, na época, não tinha nada. Só tinha grama e vala para se fazer. Não tinha nada. Aqui, ali, graças a Deus, com muita luta, botamos aquele terreno do jeito que está ali, cheio de árvores, igual vocês viram lá... Igual uma mata!

Também comercializavam para os camelôs, o que gerava uma margem de lucro melhor. Durante alguns anos, Lena e Dimas focaram no cultivo do feijão-de-corda, havendo uma boa procura do produto, um bom escoamento da produção, pois, eles vendiam para um comprador regular, o também agricultor da Cachoeira Grande, Osvaldo Hagio.

Em um determinado ano, houve uma “roça boa” (lucrativa) que serviu para a construção da casa do casal, em suas terras. Lena conta que: “Eu sei que antes da gente fazer a casa, foi uma lavoura de feijão, a gente plantou feijão-de-corda, a gente vendeu bem aquele feijão naquela época, quando a gente deu início a fazer a casa. Fazendo (a casa), não foi muito tempo não, a gente começou e fez rapidinho.”

Ciléia (também entrevistada) afirma que seu esposo é pedreiro, agricultor, carpinteiro e trabalhador da pedra. Portanto, talvez não seja exagero pensar que Lena e Dimas fizeram a casa com as próprias mãos!

Com a casa, eles realizaram a mudança de local da moradia, porém mantiveram o acordo de meia com o Minoru por, mais ou menos, seis anos. Hoje, eles contam trinta e cinco anos que residem na comunidade agrícola da Vala Preta, área fronteiriça com Cachoeira

Grande e Conceição de Suruí: “Nesse pedacinho aqui? Trinta e quatro anos... Não... Há trinta e cinco anos. Trinta e cinco anos!”. Lena pontua que o filho mais velho nasceu quando eles ainda não tinham suas terras. Recordando o nascimento do primeiro filho e a incerteza de ainda não serem donos de suas terras.

Por vezes, a presença de funcionários do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), na comunidade da Vala Preta, gerava algum desconforto entre os agricultores. Certa feita, um burburinho foi promovido por alguns da comunidade. Diziam que o INCRA estava ali, naquele dia, para repartir as terras que Lena e Dimas receberam e pagaram por elas. Segundo os boatos, a terra do casal, seria distribuída para quem a quisesse.

Nessa ocasião, Dimas foi levado para conversar com o funcionário do INCRA que estava na comunidade. O funcionário, observando que alguma coisa diferente estava acontecendo, pronunciou-se dizendo: “Existem mais de três mil famílias necessitando de um pedaço de terra. Por que você não quer a sua terra? Porque se você não quiser, eu tenho para quem dar. Isso não é herança de parentes, nem da comunidade não. Essa terra é do senhor, da sua esposa e dos teus filhos. Agora, se você não quiser, fala logo, porque tem três mil famílias na fila!” Depois desse incidente, o casal comemorou, e Lena agradece, pois: “Ali, graças a Deus, naquele sítio, a gente conseguiu comprar uma **tobata**¹; nós compramos roçadeira, conquistamos aquele carro, com muita luta! O carro foi financiado na época do governo Lula / Dilma, a gente pagava por ano, não era por mês. Todo ano, a gente pagava direitinho e, graças a Deus, hoje em dia, a gente só tem que agradecer”.

Quando convidada a narrar sua vida com a agricultura, Lena utilizou o passado recente para explicar algumas escolhas do presente. Contextualizou por que ela não realiza mais a lavoura tal qual seu pai, e como fizeram a transição para a fruticultura. Para cada problema, a fruticultura apresentou uma solução.

Lena e Dimas encontraram um caminho entre as árvores. Uma opção criativa em frente às condições mais adversas possíveis. Hoje, é admirável o pomar construído pelo casal e os filhos. Para cada problema apresentado, a fruticultura apresentou uma solução adequada. O casal nos conta que o clima está apresentando sinais de alteração. Lena pontua a sua experiência com a mudança do clima:

Meu pai plantava bastante coisa também, meu pai plantava vagem, essas coisas assim que era coisa que produzia... Que fazia frio, né? Então conseguia colher alguma coisa. Aí, conforme foi mudando o clima, a gente foi mudando também o tipo de plantação, o tipo de cultura. Aí, hoje em dia, aqui, onde eu moro, a gente

¹ “Tobata” é um nome comercial para microtrator agrícola.

tá plantando mais é negócio de fruta mesmo, porque esse sol que tá acontecendo (*risos*) aí, a mudança do clima, não adianta você plantar outras coisas que não sai. E a terra aqui, quando chove, encharca muito... Quando seca, ela seca demais da conta. A coisa mais apropriada, nessa parte aqui, é fruta mesmo. Você plantar um quiabo, ele dá! Mas não aguenta muito tempo, igual às terras lá pra cima, pra lá pro lado, ali do “Manoel das Couves”. Pra cima, as terras já é diferente, a terra ali é bem melhor.

Dimas ainda complementa sobre a situação de quem planta lavoura: “O clima vai mudando... Vai mudando, vai mudando... Você planta coisa e você pensa que vai colher”. Dimas conta que a batata-doce, em dado momento da safra, era colhida com alterações externas (casca). Lena complementa que estavam perfeitas por dentro, porém, imperfeitas externamente. Fato que impedia a comercialização.

Já o jiló, o sol ocasionava a murcha das folhas, agravando ainda mais por conta de uma oferta inadequada de água. Caso houvesse um período de seca, a planta irrompia pintas nas suas folhas. Com este aspecto, o jiló não poderia ser vendido.

A água para a lavoura é disponibilizada de forma natural por meio da chuva. Lena observa que tem havido uma distribuição irregular dos períodos de seca, estiagem e de chuva. Já o pimentão, e sua sensibilidade à incidência solar, foi o que causou a observação de que há perceptíveis alterações do clima, uma vez que, o sol queimava toda a plantação de pimentão, mas que isto não ocorria nas plantações de seu pai e de outros agricultores do mesmo período / época. Conta que o prejuízo era mais na roça, o que pode significar que na etapa da comercialização também é possível haver prejuízos.

O casal ainda apresenta uma análise sobre o solo do sítio onde moram, e Lena diz que:

Aquela terra, do jeito que a gente pegou ela, na época, não tinha nada. Só tinha grama e vala para se fazer. Não tinha nada. Aqui, graças a Deus, com muita luta, a gente botou aquele terreno do jeito que tá ali, cheio de árvore! Igual vocês viram lá... Igual uma mata!

Por meio de acertos e erros, Lena sistematiza que a fruticultura é adaptada, pois as raízes das árvores lidam bem com um solo seco em alguns momentos e encharcado em outros; as árvores promovem a proteção do solo da incidência solar, assim como protegem quem trabalha abaixo de suas copas; redução da necessidade de revolvimento do solo e manutenção da microfauna do solo; as folhas das árvores, quando caem, se decompõem, aumentando a fertilidade do solo. Lena analisa que:

Aí, você também não vai ficar mexendo muito com a terra, a terra tá lá descansando. Na lavoura branca você mexe muito com a terra... Quando passa o trator, você revira, revira. O sol mata os bichinhos que estão lá dentro, quando você vira a terra, vai matando os bichinhos... É igual tacar fogo na terra. Você planta suas árvores lá, suas goiabas, suas laranjas e você não vai passar a tobata, passar trator no meio,

você vai só roçar. O mato vai ficar naquela altura ali. Você roçou a terra, vai estar sempre coberta, ela nunca vai estar exposta ao sol. Então a terra tá ali descansando, ela está viva! Aprendi isso, no dia a dia, da gente mesmo. Você anda na terra descalço. A terra sem mato, sem nada, no calor, no sol, você não aguenta pisar na terra. Você anda na terra onde tem o capim, você vai sentir queimar o seu pé? Não vai! Aí, que você percebe as coisas.

Quanto à comercialização, o casal entende que há uma concorrência reduzida no mercado de frutas e ainda conquistaram uma relação mais segura de comercialização, quando trocaram o atravessador pelo camelô. O camelô é o indivíduo que busca a produção no sítio do agricultor. O próprio indivíduo custeia o frete e o seu mercado de vendas pode ser no município, e poucas vezes, seu ponto de escoamento será o CEASA-RJ. O camelô arca com os custos e os riscos, o pagamento deve ser feito antes da venda, ou seja, deve ser pago no ato da compra, na porteira da propriedade, como é o caso da Lena e do Dimas.

Dimas observou que as frutas são um produto que pode ser vendido o ano inteiro. Lena diz que as árvores frutíferas produzem se bem manejadas, durante todo o ano. Lena sempre comunicou a necessidade da manutenção da diversidade produtiva, entre frutas, legumes e até mesmo produção animal. A família já realizou a criação de galinhas poedeiras, porém, agora, focam na produção de frutíferas.

Esse casal observa a situação ambiental do distrito onde estão. Sobretudo a relação estreita com o rio que passa em frente ao sítio. Lena e Dimas alertam sobre as diversas modificações que a margem do Rio dos Cavaleiros vem sofrendo. Dimas e Lena pontuam que “não tinha nenhuma casa beirando o rio, tempos atrás”. Ponderam os riscos ambientais de tais construções, como o risco de enchentes, podendo acarretar perda patrimonial e humana; possíveis desmoronamentos e as mudanças na paisagem do rio por conta de pontos de desmatamento e urbanização das áreas de cabeceira e entorno do rio. Lena diz ainda que “esse rio ali, quem conheceu ele e passou muitos anos sem vir aqui, não conhece ele mais não”. Dimas relata a relação de usufruto do rio:

Isso aqui ó, já pesquei aqui e, hoje, ainda tem muita gente que pesca aí, pega peixe pra caramba. Mas, hoje, eu não como peixe desse valão não. Porque isso aí tem muito esgoto, joga direto no rio. São esgotos sem tratamento nenhum.

Dimas nos conta que houve um projeto, executado pela UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), que visava o fomento do plantio de seringueiras. Dimas conta que não quis plantar seringueira no sítio, afinal:

Aqui aparece gente querendo comprar um quilo de goiaba, comprar uma raiz de aipim, um cacho de banana, um coco, mas aqui nunca apareceu ninguém querendo

comprar um quilo de borracha. Aqui são áreas pequenas, aqui não são áreas de plantio de seringueira.

E, analisa que na comunidade tem morros reflorestados com seringueira, porém não há colheita de nenhum produto florestal. Enxerga a relevância dos morros serem mantidos reflorestados, e observa que:

Cada morro desse que você vê no meio dessas baixadas, aquilo ali é grande! Cada morro desse é uma caixa d'água... Cada morro desse quando vem uma ventania, ele amortece aquela pancada. Aí, o vento sobe e evita de passar e “devorar” as casas. Às vezes passa, mas passa mais ameno.

Também agregam árvores da Mata Atlântica no sítio. Mas não visam à venda de madeira, nem mesmo a extração de qualquer insumo no futuro, mas sim, a recriação de uma memória sobre como era a paisagem de um Brasil, não muito distante no tempo. Um Brasil verde. Dimas entende que a tarefa de reflorestar o mundo cabe a ele, a Lena e a seus filhos. E eles estão fazendo o que acham certo!

3.2 Glória, Miguel e Melissa

Glória nasceu em Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Aos oito anos de idade, foi morar em Brasília. Aos doze anos, retornou a Duque de Caxias, para morar com sua tia. Alguns anos mais tarde, ela começou a trabalhar em uma lanchonete. Trabalhou ainda “em casa de família”, como empregada doméstica, porém, foi no setor comercial, em Duque de Caxias, onde teve sua carteira de trabalho assinada, permanecendo ali por vinte e dois anos.

Glória relata que completou o Segundo Grau e, quando se casou com Miguel, ela afastou-se do trabalho. Mas, alguns anos mais tarde, quando eles já moravam em Magé, fez uma tentativa de retornar ao mercado de trabalho. O casal observou que trabalhar no Rio de Janeiro consumia recursos financeiros por conta do gasto com o transporte público.

Hoje, Glória conta setenta e um anos e está aposentada como agricultora, e seu esposo Miguel, aposentado como técnico em laboratório.

Glória relembrava que sempre visitavam um amigo agricultor na comunidade de Vala Preta e que, nessas visitas, o encanto por Magé era nutrido, e isso foi gerando o desejo genuíno de morarem e construírem uma vida no campo. Desejavam ter um sítio. Com isso, organizaram a vinda para Magé. “Viemos para Magé em 1989”, diz Miguel, que, junto com Glória, narra a história de suas vidas.

Glória e Miguel lembram que o sítio onde residem é uma terra pertencente ao ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro), que não pode ser vendida, e que adquiriram o direito ao uso das terras.

Quando eles chegaram ao sítio, a filha do casal, Melissa, era criança. No sítio, havia apenas uma casa bem precária, um bananal, água e terra para trabalharem.

O barraquinho, Glória explica, pertencia à família que anteriormente cuidava daquelas terras. Os sitiante anteriores se mudaram para o bairro de Pau Grande, que também pertence ao município de Magé.

Glória conta que:

Então nós começamos... Era tudo mato, né? Porque estava bem abandonado pelos donos, então, chegamos aqui, tinham algumas plantações, tinham muitas frutas, chegamos aqui, com uma mão na frente e a outra atrás, né? E assim a gente foi, aos poucos, aos poucos... E muitos anos, né? Tinham-se sonhos, né? Em criar galinha, criar isso, criar aquilo outro... Muitos sonhos, né? E a gente era novo. Meu esposo era novo. E a vida dele era ficar lá no meio desses matos, limpava e plantava aipim, essas coisas assim. E eu ficava mais em casa mesmo, Melissa era pequena, Melissa era muito pequenininha... E assim, ficamos.

A única benfeitoria que havia no sítio era um bananal. Assim, a banana tornou-se a produção que o casal podia comercializar imediatamente. Nesse começo, na chegada ao sítio e no processo de instalação da família, Glória recorda que sonhavam em criar animais, manejar as áreas do sítio, produzir horta, e semear pomares.

Nesta configuração, Miguel cuidava dos trabalhos da roça e Glória cuidava dos serviços da casa (pois sua filha era pequena) e, sempre que necessário, dos serviços do sítio. Por alguns anos, comercializaram a produção do bananal, mas fatores levaram à decadência da roça: Furtos recorrentes, os baixos preços na venda do produto e a falta de manejo no bananal.

Glória diz que o seu esposo era bondoso: “Ele é muito mão aberta!” Registra ainda que, por vezes, ele oferecia os frutos gratuitamente à comunidade.

O pessoal vinha, cortava e deixava na beira da estrada. Aí, eu ia lá só contando, pra eles poderem pagar... Então, a gente recebia... Recebia em dinheiro, só que é aquilo... Recebia, mas também levava muito calote, né? Calote era o que a gente mais levava! Eles vinham, levavam a mercadoria pra vender e te pagavam na próxima vinda. Aí, na próxima, eles te pagavam tudo que levou e levava outro e, nisso aí, bota calote nisso!

O preço de venda das bananas era sazonal, o que afetava a lucratividade. Em contrapartida, a produção de bananas reduziu, como pontua Glória, por falta de manejo básico como adubação, podas e plantio de novos indivíduos vegetais.

Conjuntamente à comercialização da produção do bananal, o casal iniciou a produção de verduras. Glória pontua que, onde mora, no assentamento de Cachoeira Grande, verduras eram produzidas em quantidade, assim como era comum a venda para o CEASA-RJ.

O transporte que pertencia à Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande realizava o frete. Era necessário que a produção fosse levada ao ponto de coleta. Eles relembram que levavam a produção (quiabo e verduras) até mesmo de bicicleta e diz: “Levava na casa do rapaz que dirigia o caminhão”. Glória analisa que, caso sua família tivesse um transporte próprio, isso facilitaria a logística de distribuição da produção.

Havia a manutenção do “Esquema Ceasa”, no qual o frete e o preço das caixas de madeira eram custeados pelo agricultor. Esse sistema de comercialização parecia ser comum entre as famílias agricultoras do assentamento de Cachoeira Grande.

Quando iniciou na agricultura, Glória logo percebeu a ausência de apoio aos produtores rurais por parte do Estado. Em sua trajetória de vida, o cooperativismo lhe perpassa intensamente, apresentando-se como uma solução às dificuldades dos agricultores da região.

Glória observa que produzir no sítio era prioridade do casal. No entanto, não havia maquinário. Caso houvesse, a produção poderia ser aumentada. Naquela época, a maioria dos agricultores e assentados utilizava enxadas. Apenas um pequeno grupo de agricultores já havia conseguido comprar tratores, microtratores e implementos agrícolas. Glória diz que “nossa sonho era ter uma tobata”, referindo-se ao microtrator agrícola.

Frente a isso, Glória e seu esposo ingressaram na Associação dos Pequenos Agricultores de Cachoeira Grande, “para poder dar os passos que precisavam”, em busca de conquistas para a sua família e comunidade. Quando chegaram ao assentamento, “a história já tinha começado”, mas também contribuíram para o fortalecimento da comunidade.

Glória percebeu que, à medida que aprofundava seu envolvimento nas atividades da Associação, a situação de abandono da parte produtiva do sítio se agravava. Glória conta:

Mas, só que pra conseguir isso... Conseguiu? Conseguimos, mas tivemos perdas. Ao ir para a luta, para frente, conseguir tudo isso daí para nós, para os outros e para a comunidade, tudo que a gente fez... Abandonamos a nossa casa. Então, o sítio, que já tinha algumas pessoas que já vinham comprar e já estava produzindo, ficou abandonado. A luta de quem está à frente é grande. Você sai muito, você não tem hora, entendeu? Ele (Miguel) entrou, eu entrei (na Associação). A gente estava muito envolvido, e a gente foi indo, foi indo, e a gente foi se envolvendo, se envolvendo e não tinha mais tempo para cuidar (do sítio).

A gestão da Associação, da qual Glória fez parte, estabeleceu como objetivos a conquista de implementos agrícolas, energia elétrica e a construção de uma sede para a

Associação. Em 1998, a Associação acessou o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Glória diz que o projeto seria aprovado pelo governo do Estado. Para acelerar o processo, a Associação adotou a estratégia de visitar constantemente os órgãos públicos responsáveis pela execução do programa, cobrando a implementação do projeto.

Glória demonstra entusiasmo ao relatar a conquista do projeto para a comunidade. Esclarece que os agricultores poderiam escolher entre benfeitorias e maquinários (roçadeiras, microtratores), carroças, bois, melhorias em cercas, entre outras. O projeto beneficiou 156 famílias do assentamento de Cachoeira Grande.

Quando seu projeto do PROCERA foi aprovado, Glória ainda se alegra ao lembrar-se do sentimento de receber sua “tão sonhada tobata”, que, como planejavam, serviria como algo que potencializaria a produção do sítio. Ela explica:

O governo fez assim: um assinou pelo outro, aí, teve várias situações... Eu posso te dizer que a gente pagava bem pouco. Uns pagavam, outros não. De período em período, eles foram amenizando... Amenizando... Eu sei que a grande maioria não estava pagando, mas, como um assinou pelo outro, todo mundo estava comprometido. Era uma quantia bem pequena e foi amenizando ao longo dos anos.

Glória relata que quitou suas dívidas, e é grata por isso, mas observa que, na época, havia o entendimento de que a dívida pública, caso deixada em aberto, não afetaria os agricultores. Tal interpretação gerou inadimplência entre os agricultores.

Glória diz que ainda faltava à comunidade algo essencial: A energia elétrica e a conquista coletiva da sede da Associação. Glória recorda que a Associação escreveu um projeto para a companhia de energia elétrica da época, a *Light and Power Co.*, porém, a empresa engavetou a proposta.

Anos depois, durante o governo do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi implementado o programa governamental Luz para Todos, cujo objetivo era promover a universalização da energia nas áreas rurais e regiões do país consideradas remotas. O programa teve início em 2006 e segue em vigor.

Segue abaixo, o relato de Glória sobre o diálogo que teve, no dia que a luz elétrica chegou à sua casa:

“A gente já não acreditava mais que teria energia. E era um sofrimento aqui, porque a gente botava o fio e, quando chegava à noite, alguém ia lá e roubava o fio, entendeu? Era um inferno, era um sofrimento muito grande. Então, quando o Lula entrou, ele veio com este projeto Luz para Todos.

Aí, eu tava aqui, um belo dia, igual vocês vieram e me chamaram ali:

_ Dona Glória!

Aí, eu fui lá ver, fui atender.

_ A senhora ainda está aqui, neste sítio?

_ Sim, graças a Deus!

_ A senhora se lembra de mim?

_ Uhum.

_ Não me esqueço da senhora não, viu?

Aí, ele falou o nome da empresa e perguntou:

_ A senhora ainda acredita que a senhora vai ter energia?

Aí, eu falei:

_ Olha, acredito sim. Ainda tenho esperança, não perco a esperança não!

Ele falou:

_ Então, a senhora tá certa, pois a senhora vai ter a sua energia!

Aí, o que ele tirou lá da pastinha dele? O nosso projeto!"

Glória destaca que este foi um momento muito emocionante, pois, a luz elétrica foi rapidamente instalada para as famílias de Cachoeira Grande.

Glória pondera que, mesmo não produzindo, tal como os outros agricultores, ela sente que trabalhou pela comunidade.

Glória diz que, como eles estavam dedicados à Associação, não havia tempo para trabalhar no sítio, mesmo já tendo o microtrator e a tobata, ainda não havia tempo para se dedicarem ao sítio.

A sede da Associação foi uma construção coletiva entre o SEOP (Serviço de Educação e Organização Popular) e a gestão da Associação. As duas instituições elaboraram um projeto para a arrecadação de recursos para a construção da sede da Associação e de um galpão, voltado ao armazenamento dos maquinários agrícolas.

Glória relata que “quando veio o projeto, eu era a presidente. Na minha gestão, priorizei a sede da Associação”. Hoje, Glória ressalta que o maquinário da Associação, desde o início, deveria ser administrado pela gestão atuante.

No ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro), a Associação reivindicava a escritura definitiva para as famílias e a titulação do terreno da Sede.

As terras de Cachoeira Grande pertenciam à companhia de tecidos América Fabril (AF). No processo de falência da fábrica, cada família de trabalhadores da fábrica ocupou um lote de terra e, após uma disputa judicial, o ITERJ concedeu aos ex-trabalhadores o direito à posse da terra (ver TEIXEIRA, 2015).

Quando as terras foram distribuídas e ocupadas, muitos mantiveram os costumes agrícolas. Hoje, porém, Glória avalia que houve uma progressiva descaracterização da ruralidade de Cachoeira Grande.

A Associação contribuiu para a conquista da titulação das terras, de mais de 30 famílias assentadas, assim como, da sede do prédio da Associação, em 1984.

Sobre a sua participação ativa na construção da Associação, Glória considera que o grupo gestor era formado por pessoas atentas às questões políticas e sociais. Ela recorda os nomes de Judith, Joelma, Delcasis, Max, Salomão, Zé Luiz, Adriana, Zé Teixeira, como os líderes que, junto a ela e seu esposo Miguel, contribuíram para a construção e o fortalecimento da comunidade de Cachoeira Grande. Glória destaca que as metas e os objetivos traçados pelo coletivo gestor, na “sua época”, foram alcançados.

No entanto, o grupo afastou-se da Associação devido a fatores como a entrada de outros grupos políticos na gestão, que possuíam perspectivas diferentes sobre o trabalho e a comunidade de Cachoeira Grande.

Quando sua gestão na Associação finalizou, Glória e seu esposo decidiram dedicar-se ao sítio. Segundo Glória, isso ocorreu em 2001. Por sugestão de um técnico extensionista da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), um projeto de piscicultura foi instalado em seu sítio. Glória reconheceu que não tinha aptidão para a criação de peixes, mas seu esposo lhe disse que gostaria de desenvolver a piscicultura. Com os recursos disponíveis, o projeto foi desenvolvido. No entanto, Glória destaca que, apesar do esforço e dedicação do esposo, fatores externos impediram que alcançassem o retorno financeiro desejado.

Glória ainda cultivava e participava de algumas feiras. Em uma dessas feiras, encontrou-se com as agricultoras Leodicea e Juliana, que lhe informaram sobre o projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável). O projeto PAIS fornece apoio a pequenos agricultores por meio da implantação de um sistema que integra uma horta em formato de mandala, com um galinheiro no centro. Na ocasião, Glória foi selecionada, por meio de edital, para receber o sistema produtivo.

Ela conta que o técnico do projeto PAIS, Bruno Tadeu, também lhe indagou:

_ A senhora achou que não iríamos vir?

Por meio do projeto PAIS, Glória recebeu a doação de dez galinhas. Recebeu orientação técnica, e também foi instalada uma horta orgânica em formato de mandala, ao redor do galinheiro. Glória relembra que comprou mais quarenta galinhas, o que lhe garantiu uma boa produção de ovos. Um vizinho e também agricultor, chamado Rui, a convidou para

enviar ovos para a feira. Glória observa que conseguiu boa rentabilidade com as vendas da sua produção.

Também por meio do diálogo com as agricultoras Leodicea e Juliana, Glória foi apresentada à Rede Ecológica. A Rede Ecológica define-se como um grupo autogestionado que busca viabilizar o consumo de produtos ecológicos a preço justo. O que representa uma oportunidade interessante para os produtores, já que encontram preços mais atraentes e um público fixo que aceita a sazonalidade da produção agrícola de base ecológica.

Depois de um tempo, a Rede convidou Glória para fornecer ovos, e essa parceria perdurou por alguns anos. Glória agradece pela parceria e reconhece que foi um grupo que a ajudou bastante. Segundo Glória, a etapa mais difícil da comercialização para a Rede era a entrega dos seus produtos no Rio de Janeiro.

Glória conta que, inicialmente, quem fazia as entregas era o seu esposo, mas devido à sua agenda, foi ficando difícil conciliar as viagens. Pouco depois, sua filha Melissa comprou um carro, e as duas passaram a realizar as entregas juntas. Glória confessa que sentia muito medo de sair de Magé de madrugada para fazer as entregas.

Glória analisa que a questão financeira estava bem administrada. No entanto, outros problemas surgiram: A variação do preço da ração, o frete e a falta de mão de obra para ajudá-la na produção agrícola e no manejo das galinhas.

Ela conta que na pandemia continuou com as entregas. Porém, após três meses depois do início da crise sanitária, optou por encerrar a parceria com a Rede. Analisa que sua produção era totalmente comercializada, gerando renda para cobrir os gastos da manutenção do sistema produtivo. Ela brinca que não ficou rica, “mas dava pra ter uma condição”. Conta: “Essa área daqui era tudo organizado, limpinho. Eu pagava, não com o meu dinheiro, mas com o dinheiro do projeto. Eu não tirava dinheiro do meu bolso para custear, o projeto se bancava”.

Hoje, Glória sente falta de trabalhar, mas a ausência de mão de obra tem sido um ponto de dificuldade. Define que “está sem braços” para os serviços do sítio, e observa que alguns trabalhadores, contratados por ela, pegam na “enxada e ficam pensando na vida”, outros passam o tempo fumando cigarros, e até mesmo usando o celular durante o expediente de trabalho. Glória conta que há um ou dois trabalhadores em quem confia quando precisa de ajuda, mas que não pode contar com eles sempre.

Glória enquanto agricultora ensina que a terra não é ruim, mas que as mudanças climáticas afetam a agricultura.

Se nós, seres humanos, estamos sofrendo pra caramba, qualquer mudança afeta a agricultura... Porque tudo tem a sua época. Agora, se a gente observa essas épocas, elas foram mudadas. Nós estamos no inverno, cadê o inverno? Que calorão é esse que quase nos matou? De onde veio esse calor? Imagine as plantas como é que ficam? A terra bem cuidada, com adubo e tudo, ela produz. Só que, infelizmente, o clima está mudando, então para o agricultor é um desafio. Agora, ele tem que ser mais atento, ele tem que dar o seu jeito, as suas maneiras de vencer essas dificuldades, de uma forma ou de outra. Com a sua inteligência, para ajudar a terra!

Glória pontua que “a melhor forma para ensinar é a de vir para o campo e mostrar o que está sendo feito”. Ela acredita que demonstrar como os agricultores produzem é uma forma de ensinar sobre o clima e suas mudanças. “Agricultura é uma coisa muito apaixonante”, afirma. Também comenta que, segundo a análise do solo, a terra havia sido considerada improdutiva, mas que se tornou produtiva novamente. Ela comemorou as colheitas de quiabo, berinjela, entre tantas outras culturas, como hortaliças e verduras.

Ela tem vontade de reativar sua horta, mas pensa que sozinha não conseguiria realizar tarefas como capinar, roçar e tratorar. Glória reflete que:

A melhor coisa é você trabalhar e ficar feliz, fazer o que gosta. Porque mesmo que não seja uma coisa que vai deixar a gente com o bolso caindo de dinheiro, mas se você faz aquilo que você gosta, você vê as coisas acontecendo. Isso é um remédio nas nossas vidas e traz muita alegria pra gente. Eu sou uma pessoa muito otimista! Agradeço muito a Deus porque todos os períodos que passei, eu não tenho nada a reclamar, só a agradecer. Quero ficar uma velhinha bem alegre e feliz, apesar das minhas dores.

Ela analisa que quando chegou à Cachoeira Grande, organizaram-se em busca de maquinários. No entanto, hoje, se têm os maquinários, mas não há mais trabalhadores: “Os projetos vieram através da nossa união, nossa cara na frente”. Glória entende que muitos sítios foram vendidos e terras loteadas, e que há um processo de urbanização sobre as áreas do assentamento, pois “tudo aquilo que tem lá fora, está aparecendo aqui”.

Glória percebe um desconhecimento, por parte dos descendentes e novos moradores, sobre a história do assentamento. Alguns questionam se a Associação estaria abandonada, e Glória conta que responde que há atividades na sede da Associação. Glória acredita que as áreas rurais não geram votos e que, por conta disto, o governo autoriza os processos mencionados acima.

Glória identifica que o melhor período da agricultura de Magé ocorreu quando as associações se uniram. ITERJ; movimentos de luta dos trabalhadores do campo e as Associações de Cachoeira Grande, Vala Preta, Santa Rosa, Santo Aleixo e Vila Inhomirim, trabalharam juntas em busca de melhorias para seus territórios e da efetivação de políticas públicas voltadas aos agricultores.

Glória conclui que, para que as associações sobrevivam, é necessário formar seguidores:

Então, sempre foi uma luta muito grande... Mas perdeu porque, é aquilo, você tem que deixar seguidores. Se não tem seguidores, mesmo que tenha sido um bom trabalho, morre! Então, hoje, você não consegue um grupo bom pra ficar à frente de uma associação, porque, hoje, tudo virou coisa de interesse próprio. Ninguém, hoje, quer trabalhar em função de si e para os outros.

3.3 Maria José e Genálio

Maria José e seu esposo Genálio, em nove hectares de terra, vêm plantando e colhendo os frutos da terra. Plantam e colhem no Sítio São João, que fica distante da estrada da Conceição, distante do centro de Magé, mas bem próximo ao Rio Suruí. Se fosse antigamente, certamente navegariam de barco. O Rio Suruí serviria de estrada em suas vias aquáticas.

O rio Suruí divisa as terras, ao lado direito de quem chega ao sítio. A chegada ao sítio é feita por uma trilha. Seguindo por uma estradinha irregular, dá pra ver bromélias, abacates, e algumas casas escondidas entre as árvores que parecem desejar retomar o seu território.

Quando chegamos, os quatro cachorros saíram afora, latindo para nós. Genálio estava atento à nossa chegada e logo veio pacificar os ânimos. Ele nos cumprimentou sorrindo, ao mesmo tempo, que ia fechando a porteira de arame farpado. Os cachorros, tão rápido quanto começaram a latir, assim pararam.

Nossas bicicletas foram postas do lado esquerdo da varanda que circundava a casa. Na mesa, um vaso entalhado em madeira feito pelos indígenas pataxós da Bahia nos recepcionava. Artesanato comprado pelo casal durante uma feira, os anfitriões nos contaram. Um cacho de banana ouro integrava o cenário, parecia recém colhido. Muitas outras sementes e frutas estavam na grande varanda do casal, Maria José e Genálio. Havíamos chegado a um bom lugar!

Maria saiu ao nosso encontro, nos convidando a sentar. Colocamos nossas mochilas sobre o banco e retiramos nosso material de apoio. Genálio logo nos informou que havia um rio bem próximo de onde estávamos. O rosto do casal era reluzente. Havia a sensação de estarem felizes, não com a nossa chegada em específico, mas felizes com a vida que eles construíram.

Maria nos serviu suco de araçá da Amazônia com goiaba (*família Psidium*). Criativa, nos contava sobre as receitas que ela desenvolvia com a fartura do seu sítio.

Figura 21- Araçá da Amazônia: Fruto abundante do sítio



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Começamos com um convite: “Conte a sua história”. Ela nos leva com sua voz e sua energia até a Paraíba; até o Rio de Janeiro; até voltarmos para Conceição de Suruí. Passamos por lutas, trabalhos, alegrias do amor e por fim, a satisfação de um sonho realizado: Retornar para a agricultura!

Genário, ao seu lado, sentado no muro da cozinha do fogão a lenha, sombreado por um jovem pé de cacau, ouvia e complementava a conversa. Quando achou por bem, Maria José nos levou para conhecer o sítio. Levantamos da mesa para vermos as plantas.

Ela calçou uma bota e há um momento de risadas, por uma piada que Genário fez sobre a aparência da botina de Maria José.

Maria começou apresentando suas ervas medicinais, em especial o “atroveram”, que nos era desconhecido, assim como a “adocil” (*Stevia rebaudiana*), que no paladar é adocicada.

“Essa aqui é a menina dos meus olhos, o atroveram!” Disse.

Atroveran serve para cólicas, dor de cabeça, fígado, uma planta que, a princípio, eu pensava que tinha outro aspecto, o que me causou estranheza. Parece muito um jaborandi, sendo da família Piperaceae.

Também tinha mirra (*Tetradenia riparia*). “Aquilo que os magos deram para Cristo”!

Maria disse que gosta de distribuir mudas para as sobrinhas e irmãs, e de trocar mudas de plantas com suas vizinhas.

Maria nos mostra uma planta que ela chama de “melhoral”, e fala que deveríamos pesquisar sobre a planta, sempre nos oferecendo uma amostra para experimentarmos. Há os jasmins (*Jasminum*), que as formigas gostam de cortar; as azaléias (*Azalea*); e as begônias, que Maria José diz serem comestíveis. Saião (*Kalanchoe*), que ela toma para o sistema respiratório; guaco (*Mikania glomerata*); hortelã (*Menta*); cana-do-brejo (*Costus spicatus*). Genário nos diz que os remédios são feitos das plantas.

Depois, Maria nos mostrou suas mudas de laranja (*Citrus*), fruta que alertou, está em falta na feira, pois disse que todos tinham limão (*Citrus limon*), mas laranja faltava. Dando volta pela casa, saímos em frente a uma pedra, e dali dava para ver o sítio vizinho, do qual subia uma estranha fumaça.

Retornamos pela cozinha do fogão a lenha, chegamos a uma escada de pedra, e já avistamos os pés de açafrão (*Zingiberaceae*). Maria José faz uma reclamação bem-humorada:

“Aqui o açafrão, em todo lugar ele nasce... E ele é teimoso!”

Descendo as escadas, vemos as mudas de palmito pupunha (*Bactrisgasipaes*), que Maria germinou. Erva cidreira (*Melissa officinalis*), que ela conhece do nordeste, e capim limão (*Cymbopogoncitratus*) são mostrados por ela. A escada dobrava à esquerda e, dali, nós víamos tanto o galinheiro, quanto o lago. Quando chegamos próximo ao galinheiro, as galinhas começam a cacarejar como quem também oferecem as boas-vindas.

Maria José também tem seus cactos de pitaya (*Hylocereus*). Entre as pitayas amarelas e vermelhas, ela diz que a vermelha é mais gostosa, mais docinha. Uma curiosidade é que as flores são brancas, mas ao amadurecer vão tornando-se avermelhadas.

As folhas de pitanga (*Eugenia uniflora*) são ótimas para xarope, assim como a erva de alfazema (*Aloysia gratissima*) serve para perfume.

Maria José decidiu conduzir a caminhada pelo lago, enquanto altas árvores nos ofereciam uma nublada atmosfera. Cruzamos os primeiros pés de araçá da Amazônia, carregados de frutos. Começam a produzir ainda em porte médio, não toleram muito sol e precisam ser irrigados, pois isso influencia no tamanho dos frutos. Já o abajerú (*Chrysobalanus icaco*), uma planta medicinal, Maria ensina que, ao fazer o chá, a cor predominante é o vermelho, servindo no combate da anemia.

Por ali, havia bananeiras (*Musa*) e jabuticabeiras (*Plinia cauliflora*). “Olha a jabuticabeira, tudo eu que plantei!”, diz Maria.

Enquanto nos mostra o sítio, vai realizando a colheita, o que lhe rende uma mão cheia de frutos. Ao observar algumas coisas fora do lugar, Maria José justifica-se, pois um dia antes da nossa visita estava com mal-estar, e isto a impediu de estar andando e revistando o sítio.

Todos os dias, as agricultoras relataram que estavam presentes nas áreas, seja coletando frutas, realizando podas, produzindo e plantando mudas; o que não podiam era ausentar-se das áreas produtivas.

Um pé de café (*Coffea*), vermelho em frutos, contrastava com o tom verde-água do lago de peixes. Maria diz que seu esposo já processou o café. Ela diz: “A gente processa, só que a máquina que a gente tinha de processar deu problema. Temos pé de café e um moedor elétrico”.

Na beira do lago vimos alguns pés de chaya (*Cnidoscolus aconitifolius*); quem lhe deu a muda foi a agricultora Juliana. Maria afirma que a tilápia adora comer chaya. Ela se recorda que recebeu do agricultor Célio alguns alevinos de tilápia, mas por um infortúnio, a água do lago vazou e que isto gerou a morte dos peixes. Envergonhada com o fato, Maria não quis pedir novos alevinos ao agricultor, por isso, hoje, realiza a criação dos peixes da sua forma, e se orgulha por obter sucesso e também agradece ao Célio a ajuda que recebeu.

Na paisagem, uma pequena gruta se formava. Algumas frutíferas seguravam suas raízes na beira do barranco. Observadas por Maria José, ela explicou que retirou um pé de banana dali e replantou em outro local. Justificou que a bananeira foi replantada porque outra árvore estava lhe roubando o espaço.

Figura 22 - Lago dos peixes



Fonte:Acervo da pesquisadora.

Seguindo, sempre com todo o cuidado onde estávamos pisando, já que um campo de mudas de árvores ainda pequenas estava ao nosso redor. Não podíamos nos descuidar.

Chegamos ao limítrofe do sítio, onde conseguimos ver o sítio do vizinho. O que nos encobria agora, da visão do outro sítio, eram alguns pés de café, que também estavam com frutos. Maria observou que a floração do cafezal exala um cheiro muito agradável. Ali, um declive se projetava. Em seu horizonte, o rio era visível; sua margem recoberta por capim-elefante (*Pennisetumpurpureum*) denunciava uma majestosidade que agora lhe era ausente. O caminho até o rio era coberto por empecilhos, estava perto, mas não o suficiente para chegarmos até ele. “Olha lá o pé de lichia (*Litchi chinenses*); ela vai crescer, essa está nova, lá na Lena tem”. Uma árvore presenteada pelo secretário de agricultura do município de Magé. Interessante que suas folhas secas produzem uma ilusão superficial, pois se parecem com os frutos maduros.

Por ali, o pé de grumixama (*Eugenia Brasiliensis*), assim como o biri-biri (*Averrhoabilimbi*), estava em flor. Ficavam próximos do palmito e do araçá. “Araçá veio besta”, avaliou Maria.

Figura 23 - Fruto do pé de biri-biri



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Seguindo à direita, passando pelo lago, porém desta vez, a uma distância maior, avistamos outras frutíferas, que Maria José declara (assim como Lena) ter plantado cada uma delas. Chaya, taioba (*Xanthosoma sagittifolium*), gengibre (*Zingiber officinale*), açafrão, grumixama, abacate (*Persea americana*)... O sítio é profuso em espécies vegetais! Trouxe também mudas da Fazendinha Agroecológica do km47, o rami (*Boehmerianivea*), para produzir para as galinhas.

Enquanto ia caminhando, Maria disse: “Eu gosto de comer coisa verde porque ando meio caidinha”. Referindo-se ao seu atual estado de saúde.

Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), em brancas flores, enfeitam a cerca do galinheiro. As galinhas ficam num piquete, que não se vê o seu

limite, e ao redor dele uma profusão de novas frutas como acerola (*Malpighia glabra*), banana nanica, bortalha (*Basella alba*) e o tão produtivo araçá da Amazônia!

Sobre os frutos do araçá da Amazônia, Maria diz: “Quando ele é grande, eu vendo por dois reais. Eu tenho um cliente que vem de Niterói para comprar comigo. Na semana passada, ele veio. Ele não pode ver essa fruta. Diz que não fica sem ela”.

Maria diz que iria dar uma muda para a agricultora Leodicea, mas não se lembra se realmente fez isso. Limão siciliano e cará ficavam do lado oposto ao caminho que seguíamos.

Ela nos mostra um maracujá-melão (*Sicana odorifera*). Maria disse que conseguiu vender na feira, mas que este ela não irá vender, pois precisa preservar suas sementes.

Figura 24 - Maracujá-melão



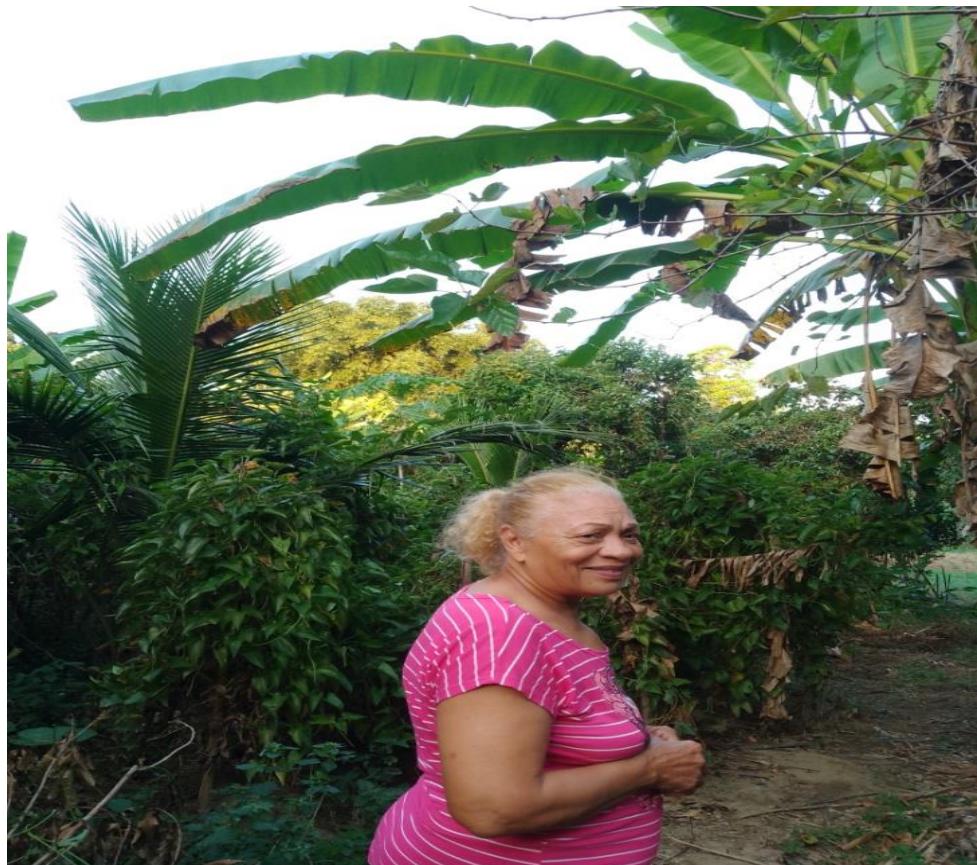
Fonte: Acervo da pesquisadora.

Ali chegamos à outra pimenteira-do-reino (*Piper nigrum*) já estabelecida, que se emaranhava num cajueiro.

“Isso aqui foi a Lena que deu pra mim, a pimenta-do-reino”. Maria diz que ainda não produziu. Analisa que pode ser por conta do excesso de sombreamento.

Deixando para trás a parreira de cará (*Dioscorea alata*), chegamos ao espaço aberto, onde o casal realiza a roça branca. Uma bela plantação de abóboras (*Cucurbita*) enfeita a trilha. “Eu fico encantada, eu fico feliz”, contemplou Maria. Com frutos, suas abobrinhas, pequenas, médias e algumas já grandes. Abóbora redonda e abóbora comprida.

Figura 25- Maria José, e ao fundo, as parreiras de cará



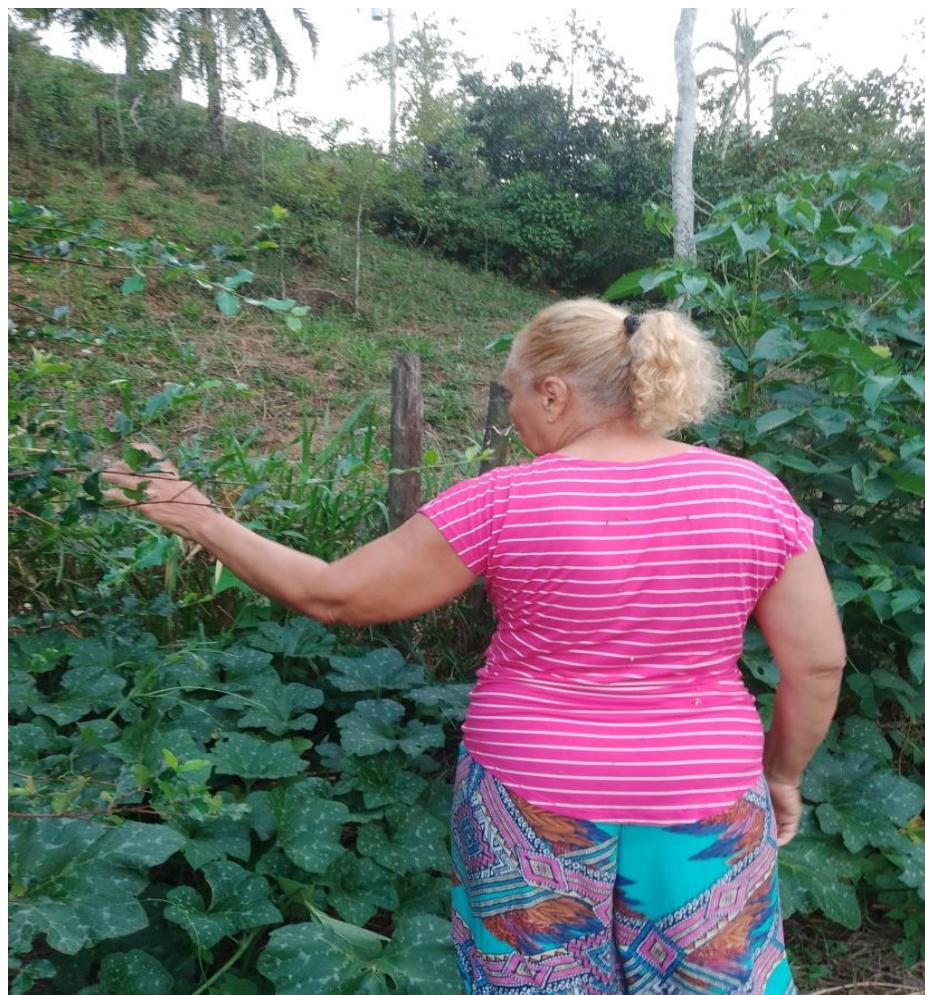
Fonte: Acervo da pesquisadora.

Nós também vimos flores do pé de Algodão (*Gossypium*), e ouvimos Maria contar que as formigas cortaram os pés de aipim, e que Genário, seu esposo, o qual ela admite ser muito trabalhador, havia refeito o plantio onde havia falhas na germinação. Na beirada do rio que circunda a área da roça branca, estão plantados fruta-pão (*Artocarpus altilis*), abacate, banana e jaca (*Artocarpus heterophyllus*).

Sua roça de milho (*Zea mays*), que Maria José deixou secar para dar às galinhas, é proveniente de sementes que ganhou da Fazendinha Agroecológica, quando esteve fazendo um curso por lá. “A fazendinha forneceu uma semente de milho que “penduca” ainda pequeno. Talvez, seja uma variedade precoce”.

As abóboras também brotam por ali, entre a roça de Maria José. Garantirá uma boa safra, com as ramas que exploram a área e explodem frutos escondidos entre as suas folhas. Maria José ensina-me como eu deveria fazer, caso eu fosse plantar abóbora e quisesse “controlar” as ramas.

Figura 26 - Ramas de abóbora se espalham no chão e sobem na cerca



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Dentro de uma caixa d’água cheia de terra, são produzidas ostentosas cebolinhas (*Allium*) e nirás (*Allium tuberosum*). Um sombreiro é improvisado com folhas de palmeiras.

Figura 27 - Abóbora entre as ramas



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Seguindo em frente, havia uma plantação de aipim (*Manihot sculenta*), totalizando duas quadras, já estava em ponto de colheita, e Maria conta que eram da variedade do amarelo. “Quando terminar aquele, entra nesse, e quando terminar essa, entra naquele lá”. Explica que, porque o sítio tem morros, precisavam aproveitar as áreas que serviam para roça. Por isso, dividem a roça em quadras.

Figura 28 - Maria José, em sua roça de aipim



Fonte: Acervo da pesquisadora.

E à direita, havia uma capineira de capim elefante, entre as bananeiras. A capineira, segundo Maria José, se não fosse colhida para os animais, ela iria incorporá-la ao solo.

Por ali há uma alameda de árvores, margeando o pé do morro e subindo à nossa direita. Na sombra do vale das árvores, a tobata descansava. Maria agradece a existência daquele implemento, dizendo que antes, quando não tinham a tobata, era necessário contratar a hora da máquina com Alexandre (colaborador), e que para isto era necessário preparar uma área maior de terra. Mas agora, com a tobata, é possível fazer pequenas quadras de cada vez, podendo assim, organizar-se a produção do plantio à colheita.

Dando meia-volta, retornamos beirando o caminho pelo qual viemos, margeando o piquete das galinhas. Vimos o pé de goiaba (*Psidium guajava*), que Maria disse que aprendeu a proteger os frutos do ataque de insetos, somente colocando um saco plástico ao redor e grampeando. Disse que já marcou para começar essa prática. “Tem uma carreira aqui de cupuaçu... O sorvete é uma delícia!”, informa.

Há um casal de gansos que gransnam, ao ouvir a voz de Maria.

Quando Maria chega ao galinheiro, as aves ficam ao seu redor, são mansas, não se assustam nem brigam entre si. Ela entra no galinheiro fazendo uma pequena vistoria.

Figura 29 - Ave esperando por Maria José



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Há um casal de perus. Maria conta que “ele já me beliscou duas vezes. Beliscou aqui na minha calça, uma calça grossa e machucou minha perna. Ele fica assim, com o bico assim... Ele já aprendeu que eu não sou de brincadeira não”. Ela diz isso, pois, quando ele avançou nela, ela defendeu-se usando um balde, o mesmo em que ela carrega ração para as galinhas. Um balde daqueles pequenos e leves. Maria conta que vende os ovos na feira, mas não garante que não estejam chocados, já que tem o macho e a fêmea juntos no galinheiro.

Quando questionada sobre o rio, Maria relata que o rio nunca encheu a área da sua roça. Mas que já viu o rio enchendo toda a área oposta de onde ela mora, no caso, todo o horizonte que ela vê. E assim, ela vai conduzindo-nos de volta à escada de pedra.

Figura 30- Maria José iniciando o manejo das aves



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Figura 31 - Maria José alimentando as aves



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Passamos debaixo das árvores, vimos os pés de açafrão e os cachorros, que Maria José denomina como meigos, saudando nosso retorno, depois de uma caminhada, onde conhecemos o lindo e produtivo sítio da Maria e do Genário.

A partir daqui, conhiceremos a história de vida de Maria José e de seu esposo, Genário.

Maria José nasceu na Paraíba. Seu pai, agricultor, casou-se duas vezes.

Do primeiro casamento, nasceram filhas e filhos. Já no segundo casamento, teve mais alguns filhos e filhas, dos quais Maria José é irmã.

Ela começou a trabalhar aos nove anos de idade como babá, em João Pessoa. Aos doze anos, desviando-se de uma época de seca e exaustão da agricultura no território paraibano, conforme nos conta, chegou ao Rio de Janeiro. Passou a residir em São Cristóvão, bairro do município do Rio de Janeiro, junto com sua irmã mais velha.

Maria José trabalhou como babá por três anos e, aos sábados à tarde, frequentava as turmas do curso de corte e costura que era oferecido pela igreja do bairro. Ela conta: “Porque

o meu sonho era estudar à noite, e na casa de família não podia estudar à noite. Tinha que ficar com as crianças de manhã até a noite”.

Conta que sua patroa, uma norte-americana casada com um diplomata, desejava levá-la para os Estados Unidos. Maria escolheu não ir, pois prezava a convivência com sua família.

Maria relembra que sua patroa sempre repetia que, caso a levasse para os EUA, esperava que Maria fosse fiel ao acordo de permanecer trabalhando para a família.

E parafraseia o que sua patroa dizia: “Ninguém vem aqui levar ninguém, mas quando veem a gente com uma ajudante, elas oferecem o triplo, que nem podemos pagar, e roubam vocês da gente”.

Aos quinze anos, Maria começou a trabalhar na fábrica como costureira. Nesse período, pôde estudar no turno da noite, cursando o Primário e o Ginásio, pois seu objetivo era ingressar no curso de modelagem, que exigia o Ginásio completo. Maria relembra que para o curso de corte e costura bastava ser alfabetizada.

Quando o pai de Maria veio morar no Rio de Janeiro, ela já estava casada. Na época, Maria morava em São Cristóvão, e seu pai em Vilar dos Teles. Ao todo, o pai de Maria somou 44 filhos, e dois matrimônios.

Sua mãe lhe contava que o pai sempre a aguardava retornar do trabalho. Sua mãe dizia:

“Ah, o teu pai fica te esperando, olhando pela janela, dizendo: Será que a “nega” não vai vir hoje não?”

A mãe respondia:

“Ah, não sei se vem... o dia dela vir é amanhã”.

“Aí, ele ficava me esperando”, conta Maria.

A mãe de Maria, também costureira, manteve-se trabalhando após firmar residência no Rio de Janeiro.

Maria conta sobre suas irmãs:

“Fiz uma lista com o nome de todo o mundo... Tem uma irmã que vai fazer cem anos e mora na Paraíba. Ela me chama de “neném”, porque sou a mais nova”.

Ao que Genálio complementa:

“Olha, eu tenho 44 anos de casado, e tem uma irmã de Maria que eu não conheço”.

Maria explica que seu pai era saudável quando vivia na roça, mas na cidade, sentia-se constantemente incomodado com hábitos tão diferentes quanto aos que havia na roça, com os quais ele se identificava.

Maria José reflete sobre sua trajetória e conclui:

“Eu não me arrependo de nada, não. Fiquei aqui com o meu pai, já velhinho, cuidei dele. Toda semana, eu saía do serviço e ia direto, lá na casa dele, pra ver ele. Eu não me arrependo de nada. Se eu tivesse ido (para os EUA), não teria vivido com o meu pai os restos dos anos dele, né? Nem com minha mãe.

Genálio interfere, pontuando: “Exatamente!” Ao que Maria aproveita e complementa: “Nem tinha conhecido esse maluco aí (Genálio), nem tinha conhecido esse doido aí não!”

Genálio também é paraibano, nascido em Barra de Santa Rosa. Chegou ao Rio de Janeiro em 1974, para ocupar uma vaga de emprego que seu cunhado havia lhe arranjado em uma empresa.

Após algumas décadas de serviço prestado à empresa, foi despedido. Nessa ocasião, decidiu empreender em um hortifrutti. Manteve-o por seis anos, parando as atividades em 2010.

Maria conta que seu avô, diz, pai de 17 filhos, estipulou uma política de convivência entre a família: A ausência de cercas entre as suas propriedades e a preservação da comunhão familiar.

Maria diz que o seu pai manteve essa tradição, mantendo o livre acesso às terras e que, na fazenda da família, localizada na Paraíba, pode-se plantar, morar e viver. Sendo usufruto dos herdeiros.

Maria considera sua responsabilidade preservar as tradições, pois percebe que sua geração não valorizou as tradições que seu pai instituiu. Quando seus filhos ainda eram pequenos, promovia e incentivava almoços entre as famílias para que pudessem conviver com os primos e demais parentes.

As irmãs afirmam que Maria José é a única que herdou o modo de pensar e as virtudes do patriarca. Maria acredita que desta forma esta honrando a memória de seu pai e também de sua mãe. Maria José narra a história de seu bisavô, pai de seu avô. Sabe-se que seu bisavô vivenciou a política escravocrata, e conta que ele comprou uma moça escravizada. Dando-lhe a alforria, casou-se com ela. A moça era mestiça, filha de uma mulher negra, com um homem branco. Essa moça, sua bisavó, faleceu aos 115 anos.

O pai de Maria costumava contar diversas histórias bíblicas e destacar os ensinamentos contidos em cada uma delas; algo que Maria admirava, uma vez que não havia rádio e nem televisão. Maria acredita que seu pai tinha uma boa memória. Seu avô, por sua vez, era habilidoso com os números.

O pai dele (Genálio) comprava boi nas fazendas, não tinha sítio; lá era tudo fazenda. Meu avô saía pra comprar boi e ele ia até na terra do Genálio. Ficavam dois, três dias andando. Dormiam nas fazendas e compravam aqueles bois. Daí, levavam pra

feira pra vender, no mercado que tinha lá. E o meu pai e meus tios também iam com o meu avô, e foi assim que o meu pai aprendeu a fazer conta, né? Faziam tudo de cabeça.

Maria queixa-se de que não é muito boa em matemática, enquanto seu esposo Genálio, sabia fazer contas “de cabeça” (sem o uso de calculadora). Genálio compara os exercícios da roça com o preparo intelectual: Assim como perderia o condicionamento físico, caso parasse de trabalhar na roça; se parasse de realizar cálculos mentais, também perderia essa habilidade.

Maria José começou seu ateliê de confecção em 1990, já habilitada como modelista.

Eu trabalhei em confecção de fábrica. Entrei como costureira e saí como modelista. Fiz curso e aprendi a fazer modelagem, abri uma confecçãozinha pra mim. Comprei máquina, tinha cinco pessoas trabalhando comigo e eu fazia as peças, vendia e também apanhava de fábrica, e foi assim que juntou dinheiro. A gente trabalhando pra caramba.

Ao longo do tempo, Maria agregou colaboradoras em seu ateliê e explica que a renda da confecção era dividida em duas partes. Uma parte era destinada para os gastos fixos (o custeio das máquinas, da luz elétrica, assim como do ateliê), e a outra parte era destinada ao pagamento das costureiras, incluindo ela própria.

Maria buscava ensinar o ofício de costureira às colaboradoras, ao mesmo tempo em que compartilhava suas perspectivas empreendedoras. A profissão era bem remunerada, acima de dois salários mínimos, pois, segundo Maria: “Profissional que sabia trabalhar não ficava desempregado, naquela época”.

São Cristovão era considerado o bairro das confecções. O ateliê de Maria prestava serviços para a loja de departamentos Mesbla. Após a falência da empresa, em 1999, o comércio relacionado ao setor daquela região foi profundamente afetado.

Os serviços das confecções, de modo geral, foram reduzidos, afetando diretamente o ateliê de Maria, que também encerrou suas atividades.

Maria analisa que o que se deu foi o aumento da concorrência entre os produtos têxteis da República Popular da China e os produtos nacionais.

Atualmente, Maria acredita que apenas o artesanato pode competir com os produtos chineses. Com a renda obtida através do trabalho no ateliê e no sacolão, o casal conseguiu adquirir o sítio onde moram. Maria comemora: “Pois quando trabalhava em fábrica era só aquele salário. Quando eu comecei a trabalhar por conta própria, aquelas pessoas que trabalhavam comigo, todo mundo construiu suas casas”.

Maria finaliza dizendo que conheceu outras profissões, como a enfermagem, mas que ser costureira e modelista lhe proporcionou gratificação e uma boa remuneração financeira.

Ela se sente grata pela profissão que permitiu a criação de seus filhos, e orgulha-se por ter enfrentado crises que fortaleceram sua capacidade de adaptação e aprendizagem de novas competências.

Quando trabalhava no sacolão com o seu marido, Maria vivenciou um período de intenso estresse emocional. Por conta disso, decidiu retornar aos estudos, onde pôde concluir o Ensino Médio e ainda se qualificar como técnica em enfermagem. Ela conta: “Eu fiz pré-vestibular, lá na comunidade. Aí a professora, ela tava fazendo mestrado também, aí ela escutou minha história e disse: Maria, todo dia você deve escrever um pedaço da sua história, que eu vou escrever o teu livro!” Maria motivou-se na escrita de sua história, após a leitura de um determinado livro: “Eu li o livro de uma mulher que trabalhava na feira, e ela criou a filha sozinha... Não trabalhava na feira não... Ela pegava papelão e vendia para criar a filha... Esqueci o nome dela agora. É um diário. Todo dia, ela escrevia um pedaço do dia a dia, aí ela fez o livro”.

Maria começou a escrita do livro, mas ainda não finalizou. Estava focada na preparação para o vestibular da UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) e da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Conta que obteve êxito, passando em dois cursos, mas optou pelo curso técnico em enfermagem.

Quando ela estava na fase de estágios do curso técnico, Maria estava interessada em desenvolver-se na carreira. No entanto, isso não aconteceu, pois, na mesma época, sua prima colocou o sítio de Conceição de Suruí à venda. Frente a isso, ela conta que Genálio questionou: “Você vai ser enfermeira ou vai comprar o sítio? Você vai continuar estudando ou vai virar agricultora?”

Ao que Maria responde: “Eu disse: Eu vou plantar. Eu vou pro sítio. Agora, eu vou trabalhar na roça. Parece até deboche, mas não é, porque era o meu sonho! Você vai estudar ou morar na roça? E, eu respondi: Morar na roça!”

Eles lembram que, apesar de firmarem residência no sítio, Maria José não sentiu mais a necessidade de realizar a fisioterapia, algo que fazia quando estavam no sacolão, ou quando ela estava finalizando o curso técnico.

Genálio aponta para as plantas medicinais que compõem a farmácia viva de Maria.

Maria pondera que se sente realizada hoje, na agricultura, e relembra o quanto a profissão (enfermagem) era “pesada”, mesmo durante o estágio.

Acredita que, caso estivesse atuando durante a pandemia, teria corrido risco de vida.

Ao que diz: “É muito pesado, quando eu fazia estágio eu vi. Chegava em casa, tinha dias que eu nem comia, nem dormia, pensando naqueles pacientes”.

Genário, por sua vez, narra sua trajetória educacional.

Na minha terra, onde nasci e me criei, para aprender a rabiscar o nome, andava 6 km, a pé. Seis km pra ir e 6 km pra voltar. E quando chegava, se chegasse cedo, ainda pegava enxadinha e ia pra roça capinar. Saía de casa às 09h da manhã pra escola. As aulas começavam às 11h. Terminavam às duas da tarde.

Quando Genário chegou ao Rio de Janeiro, em 1974, para trabalhar, lembra que não conseguia tirar o documento de Título de Eleitor, pois fazia pequenas trocas das letras: “Pedregulho, eu botava *pidigui*o”.

Quando cheguei aqui no Rio em 1974, fui tirar o meu Título de Eleitor, mas deu uma canseira na zona eleitoral, porque eu queria tirar né? Mas na hora de escrever, escrevia tudo errado. Aí, disse: Quer saber de uma coisa? Mas vou tirar! Aí, na época tinha um Mobral, alfabetização. Aí, entrei no Mobral. Aí, quando foi as primeiras aulas, e duas, três aulas, a professora falou: Ô, Genário, você não é pra tá aqui nessa fase não! Eu disse: É? Por quê? Eu quero aprender! Não, você já tá muito adiantado pra essa turma aqui, não pode. Então, o que eu posso fazer? Aí, me botaram no primeiro ano Primário. Aí, graças a Deus, eu passei direto. Fiz o Primário, aí, depois, fiz o Científico... Tá bom né? Eu parei nisso aí mesmo, pronto!

Genário, para que pudesse retirar o seu Título de Eleitor, cursou o Mobral por dois meses. Analisa que já possuía alguma noção das letras, o que tornou o tempo de formação eficiente.

O Mobral (Movimento Brasileiro para a Alfabetização), segundo Genário, destinava-se a pessoas analfabetas ou semianalfabetas, em que, num curto período, durante o curso, eram desenvolvidas as competências de leitura e escrita.

Maria e Genário, todo domingo, iam para a feira em São Cristóvão. Uma feira de rua, que ao longo do tempo, ficou conhecida como a Feira das Tradições Nordestinas. Lá, eles compravam produtos típicos, que consideravam “coisas de nossa terra”, a Paraíba. Relatam que compravam produtos que vinham de Magé (como o feijão-de-corda), que eram vendidos na feira.

Maria acreditava que o Rio de Janeiro fosse “todo cidade”:

Eu não fazia ideia onde ficavam Piabetá e Magé. Eu pensava que perto do Rio não tinha uma área assim de sítio e de roça. Pra mim, era tudo cidade. Igual onde eu morava, lá no Rio. Eu só conhecia a cidade pro lado de lá, por onde eu ia. Quando eu vim pr'aqui, eu fiquei encantada. Falei: Gente, como eu perdi tempo naquele lugar!

Ela relembrava que, quando morava em São Cristóvão, a comunidade enfrentava a escassez de água. Hoje, compara essa antiga realidade, com a situação no sítio da família, onde um rio corta a propriedade e há água potável brotando das montanhas ao redor.

Em 2010, o casal adquiriu o sítio em Conceição de Suruí, com 9,5 hectares. Antes, o espaço era usado para festas, pela proprietária anterior, uma prima de Maria. Ela ficou no sítio por dez anos.

Genário afirma que Maria se encantou com o sítio: “A mulher, quando chegou aqui, não quis mais sair”. Maria afirma que adorou a tranquilidade e o silêncio, pois já estava exausta de viver num ambiente com poluição sonora: “Vê só o barulho, só nós aqui... Se a gente conversar tudo bem, se não conversar, silêncio total”. Genário pondera que, a princípio, ele gostaria de ter comprado terras em Cachoeira de Macacu, e que foi difícil acostumar-se com a tranquilidade do local, já que antes moravam numa região com fluxo intenso de circulação de pessoas e veículos.

Quando questionada como aprendeu a manejar a roça, Maria nos relembra suas origens. Ela foi criada na roça, assim como, o seu esposo: “Quando a gente chegou aqui, fomos vendo os vizinhos plantando, e a gente foi se entrosando. Pegamos a semente com um e foi plantando, e foi se informando com outro, e fomos fazendo a nossa roça. Meu pai tinha sítio, lá na Paraíba. Quando eu vim pro Rio, para trabalhar, e eu trabalhei muitos anos em indústria... Mas o meu sonho era ir pra roça. Eu não queria ficar na indústria a vida inteira”.

E complementa: “A gente planta de tudo um pouco, igual tua mãe (Leodicea). Assim mesmo! Planta milho, feijão, mandioca, cará, inhame, abóbora. Frutas, muitas frutas, aqui. Uma variedade boa, a gente ainda tá construindo”.

Há 14 anos, Maria e Genário residem neste sítio em Conceição de Suruí, e eles fazem uma reflexão do quanto já trabalharam em suas terras. Genário ressalta que é necessário ter coragem para o trabalho da roça.

Quando chegaram, encontraram apenas mato, sem árvores, nem frutas. Começaram a manejar o colonião, a braquiária e o capim-elefante (plantas espontâneas que ocupavam extensas áreas do sítio). Trabalham assiduamente ao plantio de árvores frutíferas e à realização de suas chamadas “roças brancas”.

Maria é categórica: “Tudo que planto aqui dá”. Essa frase remete à voz do narrador lusitano Pero Vaz de Caminha, que, em 1500, também sobre as terras brasileiras afirmou: “Em se plantando, tudo dá”.

Sobre o futuro, Genário alerta: “Daqui uns anos a alimentação vai ficar muito difícil, porque a juventude não quer vir para a roça”. Maria acrescenta que “para retornar para a roça, precisa nascer na roça, e ser criado no capricho da roça”. E, Genário brinca: “O mais velho (o filho) mandou eu vender isso aqui e ir pra praia”.

Maria e Genálio percebem que os filhos mantêm um interesse reservado pelo sítio. O primogênito do casal conta com 44 anos. O filho caçula graduou-se em Pedagogia e conta com 42 anos.

Na infância, experienciaram os costumes da vida na roça, durante a convivência com a família materna paraibana. Maria conta: “As crianças diziam que queriam ficar na Paraíba. Tinha cavalo, boi, tinha tudo, e Fabinho (Fábio) ficava correndo atrás dos pintinhos. Há 40 anos... Só havia cartas e telegramas. Depois cresceram”.

O casal observa que, atualmente, os filhos só visitam a roça a passeio. Genálio reflete que, na área onde moram, não houve casos da doença.

O casal, com isto, valoriza ainda mais a vida no sítio e a rotina da lida na roça. Pela manhã, quando o clima está mais ameno, trabalham na roça. Na área da lavoura branca, não há irrigação, por isso, as chuvas são bem-vindas e fundamentais para boas colheitas. Criam bovinos, pelos quais tem grande apreço.

Maria relembra que, ao chegarem ao sítio, logo compraram uma vaca: “Primeira coisa que eu fiz foi comprar uma vaquinha”.

Hoje, o plantel é composto por garrotes, vacas, bezerros e um touro, totalizando dez cabeças, destinadas à produção leiteira. “Tem época que tem mais, tem época que tem menos”, diz Maria. “E tem época que a gente quer vender tudo!”, complementa Genário.

Episódio curioso envolveu o touro do plantel, que chifrou Genário. Maria explica que ele só levou a chifrada por ser teimoso, pois ela já havia lhe alertado sobre os perigos de lidar com o touro sem precaução.

No sítio, ainda se criam galinhas, perus e gansos, para a produção de ovos. Também produzem aipim, mas compram a farinha Suruí, que revendem na feira. Algumas vezes, levaram o aipim que produzem para ser processado numa casa de farinha da região; porém o custo superou a possibilidade de lucro que poderiam obter na venda da farinha.

A produção do sítio vem sendo comercializada na Feira da Agricultura Familiar de Magé, localizada no centro do município, que ocorre todo quarto dia da semana. Os clientes que frequentam a feira geralmente buscam conhecer onde os alimentos que compram são produzidos e também quem os produz. Maria identifica uma falta de conhecimento por parte dos clientes sobre a existência de uma área agrícola em Magé, mas sabe que todos têm interesse em conhecer e aprender sobre a agricultura. Por isso, ela sempre ensina o que pode aos seus clientes.

Na feira, comercializam ovos, farinha de mandioca, frutas, legumes, grãos e tudo o que produzem no sítio. Genário lembra que Maria sempre produz doces geléias com as frutas do sítio.

Maria conta que ensina para suas freguesas o que ela sabe sobre aproveitamento de alimentos, e como realizar o plantio de sementes e mudas. Maria reflete sobre a competitividade entre as pessoas. Orienta que não se deve deixar contaminar com o mal, uma vez que “a essência da vida é ensinar o que a gente sabe, senão vai morrer com a gente”. Ela aprecia quando os fregueses retornam para lhe dar retorno sobre o que aprenderam, por exemplo, quando compram mudas, ela gosta de saber se plantaram, ou se encontraram dificuldades. Maria acredita que assim mantém vivo o conhecimento da lida com a terra.

Maria e Genário já participaram da feira em Piabetá (a mesma que Lena, Roseani e Jeremias participam). Ponderam, entretanto, que a feira de Magé é melhor em termos de vendas; consideram que, em Magé, é um público que valoriza mais a produção agrícola, enquanto, em Piabetá, as pessoas que vão à feira também possuem roça, e a feira serve mais como um comparativo de preço e qualidade, fato que não ocorre em Magé, cuja feira está localizada num centro mais urbanizado.

Maria José diz que consegue manter os preços um pouco mais baixos por conta de ser produtora, e seus preços e dos demais produtores são estáveis. Priorizam vender somente o que plantam, e ainda, quando sobram mercadorias na feira, eles repassam. O casal analisa que a renda necessária para sua manutenção poderia sair toda da feira, porém, hoje, a renda é complementada pelas suas aposentadorias.

O casal conta que o IDACO (Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária) os ajudou consideravelmente com formação e orientação técnica quando assistidos pelo projeto nomeado “Apoio ao beneficiamento, gestão e comercialização de produtos da agricultura familiar visando a melhoria da renda dos produtores das Comunidades de Vala Preta e Conceição do Suruí, Magé-RJ/ 2014-2016”. Tal projeto fomentou a geração de renda de mulheres e jovens, atuando na produção orgânica e agroecológica, abrangendo aproximadamente 150 famílias. As ações da IDACO envolviam a organização de espaços de comercialização, eventos, palestras e intercâmbios entre agricultores de diferentes distritos do município. Maria diz que “ele achou a gente aqui nessa roça”; acredita que a IDACO foi o único órgão que investiu nos agricultores e na sua família.

O sítio produz feijão-de-corda, feijão preto, feijão de arranque, inhame, cará, abóbora, milho, aipim... Há um pouco de tudo! Uma parte da renda financeira do sítio foi e é

reinvestida: No manejo dos pastos; na compra de mudas de frutíferas; no cercamento de novos piquetes; e na compra de maquinário, como o trator “tobata”.

A adubação do sítio é feita com o esterco que as galinhas e o gado produzem. Produzem e usam a calda bordalesa na laranja e no feijão. O manejo das ervas daninhas é feito à medida que elas brotam, normalmente com capina do local. As ramas e sementes são guardadas para serem plantadas na safra seguinte. Ou ainda, elas podem ser adquiridas com os vizinhos, e em especial com o agricultor da Vala Preta, Célio. Maria afirma que o Célio é sempre solícito a ajudá-los, e que até fez doação de alevinos de tilápia para eles iniciarem a produção de peixes.

O CEPAM (Centro de Propagação de Mudas e Sementes Melhoradas), órgão municipal, fez doação aos agricultores de sementes de milho recebidos da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). A variedade do milho pendoa rapidamente. São doces, porém as espigas são muito pequenas. Maria conta que, para o mercado de produtos orgânicos, ele tem visibilidade, mas que, para o seu público da feira, não houve procura.

O CEPAM ainda doou ao casal sementes de soja. Quando convidados a produzir uma roça de soja, lhes foi prometido que receberiam apoio técnico na fase de beneficiamento e comercialização. Baseado neste acordo, o casal realizou o plantio da soja. O apoio técnico não foi realizado, e eles se viram com uma roça que precisava ser comercializada por conta deles. Maria levou a soja para sua clientela da feira e o produto não foi bem aceito, sobretudo por desconhecimento dos modos de consumo ou beneficiamento. Maria conclui que a soja produz muito bem, porém, ela não encontrou mercado para escoar a produção, o que a levou a optar por transformar a soja em ração para suas galinhas, e que não plantaria novamente.

3.4 Maria e Macau

Maria se preparou, colocando seu chapéu para nos levar à roça. Era um entardecer claro e quente. Maria nos levou por um caminho de terra, onde plantas que lançavam suas gavinhas agarravam-se à cerca, à beira da trilha. Maria ia dizendo o nome das plantas pelas quais cruzávamos. Disse que, mesmo quando se aposentasse, continuaria trabalhando na roça.

Maria nos mostrou a área de plantio de sua família. Era uma área bem dividida em glebas. Quando chegamos à roça, que é próxima à sua casa, encontramos os agricultores Ciléia e seu esposo Gessi, o esposo de Maria e o genro de Ciléia. Todos estavam trabalhando, seja adubando as plantações ou limpando a área de plantio.

Naquele momento, havia o cultivo de inhame, cará, batata-doce, milho, feijão, aipim, entre outros. Algumas culturas já estavam sendo colhidas, outras adubadas e algumas sendo replantadas.

Maria, agricultora familiar em Conceição e que, por coincidência, também tem Conceição como sobrenome, é a única entrevistada que nasceu em Magé. Seus pais também moravam em Conceição e, hoje, ela e seus irmãos ainda residem lá, e no Campinho (bairro vizinho). Maria tem seis irmãos, sendo a única agricultora da família.

A família de Maria cultiva aquelas terras há 35 anos, sendo a área administrada por Maria, Zacarias, Ciléia, Gessi, Ozéias e Patrícia, os descendentes e herdeiros do trabalho na agricultura. Maria e Ciléia (que também entrevistamos) são cunhadas.

Maria é casada com Zacarias Moreira, conhecido por Macau e irmão de Ciléia. Ela conta que nasceu em 1972, somando apenas 52 anos. Quando conheceu seu esposo, parece que houve uma dupla paixão: Por ele e pela agricultura!

Ainda que, na época, nada soubesse do ofício, Maria sabia que era herdeira do gosto por trabalhar na terra. Segundo ela, herdou esse amor por conta de sua mãe.

Eu amo o que eu faço. Não tem coisa melhor que a gente plantar aquilo que a gente colhe. E eu tenho orgulho de ser agricultora rural. Eu me sinto muito bem. Mexer na terra, não tem coisa melhor.

Maria recorda que seu pai trabalhava na pedreira e sua mãe cuidava da roça que mantinha em seu quintal, e que “sempre gostou de fazer farinha”.

O pai de Maria, seus irmãos e também seu esposo foram iniciados no “trabalho da pedra”, expressão que se refere aos trabalhadores que manualmente quebram pedras para diversos fins. Essa atividade era muito popular entre os homens da região, há algumas décadas atrás. Hoje, tal atividade está reduzida. Maria recorda que, dos doze aos dezesseis anos, trabalhou em casas de família como cuidadora de crianças. Até que conheceu seu esposo no colégio e se casaram, alguns anos depois.

Figura 32- Maria, no caminho da roça



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Quando decidiu se casar, logo começou a trabalhar na roça, mesmo sem saber como.
Ela lembra-se bem da primeira vez que foi trabalhar na roça:

A primeira vez que eu fui trabalhar na roça foi engracado. Foi até pro vizinho ali, o Felipe (produtor local). Eu não sabia. Desmanchei a leira todinha do moço. O moço achou ruim comigo. Aí, quem me ensinou foi a Ciléia. A minha cunhada que me ensinou a capinar e plantar. Aí, foi que eu gostei e eu estou até hoje gostando da plantação.

Ela decidiu trabalhar com o esposo, o que significava dedicar-se à roça.
Macau, seu esposo, é filho de agricultor e irmão de Ciléia. Em determinado período, ele dividiu o tempo entre a roça e os trabalhos na pedreira, mas houve um intervalo em que deixou o trabalho na roça, ficando apenas na pedreira.

Nessa fase, Maria e Ciléia decidiram retornar ao trabalho na roça, motivadas por um conselho recebido de outro agricultor, que alertou sobre o potencial produtivo que havia nas

terras da família delas. Essa decisão influenciou o retorno do esposo de Maria à agricultura, e consolidou a agricultura como atividade principal na geração de renda.

Maria observa que, quando jovem, teve muita coragem em optar pela vida na agricultura. Pontua seriamente que o trabalho na roça exige coragem e força física, mas suaviza sua reflexão dizendo que, se um dia não puder mais trabalhar na roça, poderia até mesmo ficar doente.

Maria explica que agricultores devem ter conhecimentos em finanças e administração, por conta dos meses que as produções demoram a serem colhidas e comercializadas. Segundo ela, o solo, como organismo vivo, requer cuidados, ao que diz: “Se mantém a terra muito limpa, meu Deus, não vai colher nada!”. Se os agricultores não souberem administrar os recursos biológicos do solo, podem vir a passar necessidades financeiras.

Quanto ao manejo do solo, Maria afirma que terra limpa não é sinônima de terra viva. Por isso, não queimam o solo e a vegetação. O restolho das roças anteriores e o material orgânico são deixados no solo. A compostagem da matéria orgânica é uma prática no sítio. Ela conta que, se nascer um legume pequeno ou malformado, isso pode ser sinal de “fraqueza da terra”.

Na adubação das roças, utilizam esterco de aves e bovinos. Eles também compram a farinha de ossos, um excelente fertilizante orgânico.

Na propriedade, realizam a análise de solo, pois, a partir dos resultados, podem identificar suas características químicas, físicas e biológicas. Com base nisso, podem escolher o manejo adequado aos objetivos determinados pela família. Adubação e a calagem (correção da acidez do solo) são os manejos vistos como os mais adequados.

O uso da tobata (microtrator) é uma aquisição que Maria considera essencial para facilitar o manejo na roça. Maria agradece, pois a tobata que usam já conta 25 anos com a família.

Quanto às mudas usadas no plantio das roças, Maria explica que as ramas de batata-doce devem ser retiradas e logo replantadas, pois não podem ser guardadas de uma safra para a outra. Ou seja, sempre é necessário ter uma roça ativa para garantir a continuidade das ramas. Porém, caso faltem ramos, pode-se conseguir mudas com os vizinhos. O cará e o aipim também são plantados por ramas, e o milho é por meio de sementes compradas.

Maria conta que já tentou replantar as sementes para garantir sua própria produção, porém seu marido acredita que, ao comprá-las, a roça mantém uma qualidade superior. O feijão destinado ao plantio, por exemplo, é adquirido em feiras.

Maria conta que seu esposo tem utilizado alguns defensivos naturais, sendo um deles feito com urina de vaca. É aplicado nas folhas do feijoeiro e serve para proteção contra o ataque de insetos. Seu marido aprendeu essa receita com outro agricultor, e Maria nota a melhora na produção da sua roça de feijão, desde quando começou a utilização dessa receita. Maria diz que seu esposo poderia ensinar essa receita aos outros agricultores.

O que foge ao controle por meios naturais, como algumas pragas e doenças, recorre-se ao uso de defensivos químicos, os chamados “remédios”.

Maria pondera que a roça é mantida por capina, o que já elimina a necessidade do uso de herbicidas; Maria tem conhecimento de que o uso de defensivos químicos nas roças acarreta prejuízos à saúde.

Quando questionada sobre o interesse de alguma das irmãs em trabalhar na agricultura, Maria explica que suas irmãs trabalham na cidade do Rio de Janeiro, e que o trabalho na agricultura não representa uma opção para elas, no momento.

Maria ressalta que caso houvesse propostas comunitárias de geração de renda, como uma cozinha comunitária para o processamento dos produtos agrícolas, as mulheres da comunidade poderiam gerar renda na própria região, sem precisar buscar empregos em outras localidades.

Maria argumenta que o trabalho na agricultura traz diversos benefícios, incluindo a liberdade de residir no próprio local de trabalho; não precisar subjugar-se a uma escala de trabalho desfavorável; nem submeter-se a uma hierarquia, com chefes ou patrões.

Maria também afirma que é necessário o amor pelo trabalho realizado. Que haja amor no feito a que se realiza. Amor pelo que é, e o que se constrói. A água, a lenha, o alimento que foi plantado e colhido, representam para Maria sua qualidade de vida, que ela chama de “riquezas”.

Maria apresenta uma questão interessante. Ela narra que, há alguns anos atrás, realizava trabalhos esporádicos nas roças de outros produtores ou em trabalhos contratados. Porém, atualmente, ela e seu marido concordaram que Maria dedique-se exclusivamente à roça da família. E isso ocorreu, talvez, por duas questões: Por conta da mão de obra empregada no sítio ser majoritariamente sua e de seu esposo, e a segunda questão refere-se à estabilidade financeira que o casal já estabeleceu e que reduz a necessidade de Maria gerar uma renda adicional em outras atividades.

Quando seu marido já concluiu o plantio da roça, caso o agricultor vizinho precise de mão de obra, ele vai ajudá-lo.

Assim, Maria e seu esposo conseguem administrar o tempo e os recursos humanos de seu sítio com mais tranquilidade.

Maria declara que, como agricultores, ela e seu esposo conseguiram construir tudo o que têm hoje: a casa e a educação dos filhos. Ela acredita que todos os agricultores que souberem administrar seus rendimentos podem estruturar suas vidas, garantindo dignidade e estabilidade financeira.

Maria, assim como outras entrevistadas, compartilha da experiência de vender para o CEASA-RJ. Tradicionalmente, sempre enviaram a produção para o CEASA-RJ, jamais dispensaram essa via de escoamento. No entanto, ultimamente, têm realizado mais vendas para os camelôs.

Portanto, considerando a possibilidade de comercialização dos produtos para os camelôs, a autonomia dos agricultores é reafirmada, pois eles podem, na medida do possível, escolher a forma de venda que lhes forneça mais vantagens.

Maria e Ciléia relataram seus temores em relação às enchentes que ocorriam naquele período, causando alagamento das áreas produtivas (roças) e o apodrecimento da produção que ainda estava na terra (raízes e tubérculos), tornando inviável seu consumo ou venda.

Para elas, a venda para os camelôs seria uma solução rápida diante de situações de crise, como a relatada anteriormente, representando uma via rápida e segura de escoamento da produção.

Quando questionada sobre o autoconsumo da produção, Maria diz que, atualmente, ele está em baixa na sua família. Ao perguntar a Maria sobre o cultivo de hortaliças, ela diz que recebeu sementes da Emater, mas que aguarda o tempo frio, propício à semeadura.

Entendendo-se que o autoconsumo acontece como uma prática recorrente. No entanto, por ser uma prática encarada como rotineira, o autoconsumo acaba não sendo considerado como um fato.

Maria nos presenteou com uma vivacidade e alegria que, às vezes, pode ficar despercebida no seu sorriso de moça tímida. Maria é uma mulher muito bela e que tem construído, junto com seu esposo, uma história admirável na agricultura.

Maria considera-se realizada, pois os sonhos que cultivava em seu coração foram realizados. Ela vê seu casamento como uma realização, assim como o crescimento dos filhos e netas. Quando ela se refere aos seus filhos, orgulha-se, pois seus filhos, com suas condutas íntegras, são respeitados na comunidade. Maria lembra que: “A palavra de Deus diz: Esforça-te e te ajudarei. Então, tem que se esforçar”. Sua casa, hoje, muito bela e bem construída, representa também uma conquista em sua vida.

Seus filhos seguiram jornadas fora do mundo da agricultura, porém, ainda residem no sítio da família. Perguntamos se ela havia ensinado a agricultura para seus filhos, e ela disse que sim:

Sim, ensinei. Pois mais tarde, eles podem não ter o trabalho deles, aí eles podem trabalhar com o pai deles. Mas quando eles estão de férias e meu esposo está na roça, eles pegam juntos também. Plantam e colhem. Eles que vão ficar aqui.

Já as netas, quando pequenas, sentiam medo de ir até a roça com sua avó.

Maria relembra um episódio interessante ocorrido na infância de um de seus filhos: Seu filho foi questionado por outra criança sobre o trabalho de Maria. E, quando a criança soube que Maria era agricultora, tentou convencer seu filho a envergonhar-se disso. Na ocasião, quando o seu filho lhe contou o acontecido, disse a ele:

Ele (a criança que o questionou) deveria agradecer a nós porque somos agricultores rurais. Se tem um aipim, se tem um inhame, um cará, tem um legume, agradeça aos agricultores rurais. Eu não tenho vergonha, eu tenho orgulho de ser agricultora rural. Eu gosto muito.

A palavra agricultura e a palavra amor são escolhidas, a todo o tempo, quando Maria narra a sua vida. Maria ama a terra e, por isso, torna-se uma fonte de cuidado para com todos ao seu redor; desde os menores seres até os grandes e poderosos seres que caminham sobre a terra, como ela mesma, seu esposo e seus filhos!

A terra agradece a vida de Maria! As árvores, os pássaros e cada planta, sentem o olhar amoroso que Maria lhes dispensa. Maria colhe frutos que se traduzem em amor, felicidade e a certeza de que está no caminho certo!

3.5 Ciléia e Gessi

Ciléia nasceu em Trajano de Moraes, município do Rio de Janeiro. Seu pai era meeiro em terras alheias. Em busca de melhorias, a família migrou para o Paraná.

Ciléia conta que seu irmão, filho do primeiro casamento de seu pai, era motorista e conhecia o Rio de Janeiro. Esse irmão tomou conhecimento, por meio de colegas de trabalho, que havia um terreno à venda. Seu irmão foi à Conceição de Suruí, à noite. Descobrindo que não havia nada lá, mesmo assim, ele comprou o terreno no escuro, literalmente no escuro! Ciléia conta:

Havia só uma casinha de madeira caindo aos pedaços, papai cheio de crianças, todas pequenas.

Aí ele foi e falou (irmão): pai, o senhor vem pro Rio que eu comprei um terreno aqui pro senhor... Mas ele comprou o direito, depois fez a documentação pra ter posse. A melhor coisa que o senhor faz é vir pra cá.

Ai papai veio, agora não lembro como que nós viemos, eu só lembro que a minha mãe falou que nós dormimos na delegacia no Rio... Eu vou falar o que a minha mãe contava né? Que era tudo criança pequenininha, eu cheguei pra cá com dois anos de idade... Aí naquela época, como já estava muito tarde, os policiais mandaram que nós fôssemos dormir na delegacia pra poder proteger a gente. Senão mamãe iria ficar na rua.

Ciléia tinha dois anos nessa ocasião, e sua mãe contava que todos foram bem tratados. No dia seguinte, eles continuaram a mudança para Conceição de Suruí. Seu pai veio com quatorze crianças. Os que eram mocinhos já foram trabalhar no centro do Rio de Janeiro. Os menores, que Ciléia vai nomeando: Isabel, Zacarias, Ciléia... (ao total, dez crianças cuidavam de pequenos afazeres da roça e da vida doméstica). “Pegando a idade”, após os estudos na Escola Municipal Dinorah dos Santos Bastos, iam colaborar nos trabalhos da roça. Ciléia registra que os uniformes escolares eram feitos com sacos de arroz: “Os sacos de cinco quilos de arroz eram onde ficavam o material escolar das crianças da casa. O tênis era o chinelinho de dedo e o uniforme era uma saia e uma blusa”.

Ciléia recorda que chegou à Conceição ainda criança “de colo”. Conforme crescia, ela e seus irmãos, Macau e Ozéias, abaixo de seu pai, foram os que lideravam os trabalhos da roça. Ciléia conta que sempre trabalhou na lavoura.

A produção agrícola era basicamente para consumo familiar. E, para os trabalhadores da família não havia pagamentos. Somente quando as crianças foram crescendo é que começou a comercialização dos excedentes. Ciléia recorda que pilava o arroz, tanto em casa no próprio pilão, quanto em uma máquina, mas era necessário levar o arroz até a “Ponte do Pinto”. Na rotina, sua mãe cozinhava, e Ciléia tinha a tarefa certa de pilar o arroz para as refeições. Seu pai começou o cultivo de arroz, ainda recém-chegado à Conceição de Suruí, quando as terras ainda eram alagadas.

Ciléia explica que conforme as terras foram secando, foram mudando os cultivares. Dando preferência ao cultivo de batata-doce, milho, inhame, aipim, cará, entre outros. Seu pai não arrancava os tocos da roça, ele apenas manejava em meio aos tocos e árvores que havia no mangue, e isto mantinha a sobrevivência da família. Ciléia, olhando ao horizonte, recorda que, no local onde sua casa está construída, na época de seu pai, era um cafezal cultivado em todo o terreno, e, hoje, é a casa da família de Ciléia.

Ciléia se recorda de um evento, ainda de sua mocidade. Ela conta que era retirada areia do rio. Onde havia uma pinguela antigamente, hoje, há uma ponte forte e sólida. Ali foi

cenário de uma história triste para a família de Ciléia. Era janeiro, e um grupo de adolescentes e crianças estava a caminho do armazém. Dentre elas, sua irmã Elsa. Era um dia de calor e o rio era conhecido de todos. Elsa resolveu brincar um pouco no rio. Porém, o rio também era traíçoeiro, e uma fatalidade estava para acontecer, pois Elsa começou a se afogar... Nisto outra irmã de Ciléia, imediatamente pulou para salvá-la. Elsa conseguiu agarrar-se ao colonião, mas sua outra irmã não conseguiu sair do rio e faleceu.

Ciléia conta que assim foi se tocando a vida. Seus pais foram criando os filhos, até que um novo fato marcou a vida da comunidade. Surgiu um grupo de pessoas, coordenadas por um fazendeiro, realizando ameaças aos agricultores. Reivindicavam o direito às terras daquela área, ameaçando expulsar as famílias agricultoras daquela região.

Frente a isso, os homens agricultores dali resolveram se precaver. Pois, havendo a ameaça de invasão dos sítios, à noite, a estratégia adotada foi à proteção das mulheres e das crianças. As mulheres e as crianças deveriam sair da comunidade. Ciléia recorda que:

Tivemos que sair (de casa). Papai mandou nós pra igreja, lá do outro lado, porque tinha uma ordem de despejo. Áí eles (os homens) ficaram escondidos no mato. Arma eles não tinham, a arma deles era foice. Mas que não foi só nosso pai; foi os vizinhos e o pai do Gessi.

Havia uma parteira na Cachoeira Grande que acolheu a família de seu esposo, Gessi, também criança na época. Ciléia recorda que tinha por volta de seis anos e que sua mãe recebeu abrigo na Igreja Assembléia de Deus, em Cachoeira Grande. Ciléia afirma: “Aqui, ninguém invadiu nada não!” Essa situação trouxe à tona a importância da posse da terra para os agricultores. Quando o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) desapropriou as terras, o seu pai começou a pagar a propriedade, conforme conta Ciléia.

Muito do processo de documentação das terras foi mediado pelo presidente do sindicato rural. Ciléia reforça que, naquela época, havia dentistas, médicos, entre outros, “tudo para os agricultores”. Ciléia reconhece que o presidente do sindicato arriscou a vida dele pelos agricultores, pois, segundo Ciléia, ele dizia: “Se você gostar das coisas certas, se você não entrar no jogo errado, você morre”. Ela apresenta profunda gratidão por um conselho que recebeu dele, após o falecimento de seu pai. Chamando Ciléia, seu esposo e seu irmão, ele lhes disse:

Ozéias, seu pai já foi embora, só tem sua mãe, vocês trabalham na lavoura e não tem como comprovar que vocês trabalham em outra coisa. Então, vocês têm que ter o sindicato pago direitinho no nome de vocês, mas para isso acontecer, vocês tem que pedir a sua dona Ebrair pra poder fazer um contrato de comodato. Áí, vocês vão no INPS cadastrar o NIS, porque quando estiver na época de se aposentar, vocês têm

que ter o que comprovar que vocês trabalham ali na terra, não é vocês serem só filho, vocês têm que comprovar, amanhã ou depois, sua mãe morre também, e morto não assina nada.

No contrato entrou Ciléia e seu esposo, junto com seus dois irmãos, Macau e Ozéias, e suas esposas. Este contrato demonstrava que o grupo obtinha seu sustento da agricultura. O comodato, por tempo indeterminado, não vence, o que colaborou para que se mantivessem na terra. Ciléia aposentou-se primeiro, em 2019, seguido de seu esposo Gessi. Ciléia orgulha-se do fato de ser agricultora e, sobretudo, por poder comprovar isto.

Certa feita há alguns meses, antes de entrevistá-la, a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) desenvolveu, junto aos agricultores, um projeto que fornecia acesso a recursos financeiros. Com esse apoio, Ciléia comprou adubo, roçadeira, fossa séptica.

Como a compra foi realizada com os recursos do projeto, era necessário que houvesse nota fiscal das aquisições.

Ciléia pontua que essa nota fiscal deveria sair em nome do proprietário do sítio, e saiu em seu nome. Ela narra esse fato reafirmando que o projeto era destinado exclusivamente aos produtores rurais.

Ciléia relembra que, depois de casados, os irmãos continuaram prestando assistência aos pais. “Eu nunca saí daqui pra morar em canto nenhum”, diz Ciléia. Quando se casou, morou no sítio do seu sogro, mas em determinado momento, Ciléia decidiu não continuar mais lá, e retornou para as terras da sua família. Na mesma época, Ciléia fez o contrato de comodato com sua mãe, seguindo o conselho do presidente do sindicato.

Ao se casar, Ciléia permaneceu morando em Conceição de Suruí. Naquela época, apenas Ozéias, o mais novo, ainda morava com o pai e a mãe.

Ozéias, quando rapaz, decidiu trabalhar fora, no entanto, retornou para a roça. Já Macau nunca saiu da roça, e quando trabalhou em outra área foi na pedreira, mas retornou para a roça quando houve o movimento de retorno que Ciléia liderou.

Ciléia casou-se em 1983, e teve uma filha no mesmo ano. Conta que, por ter se casado, saiu da “responsabilidade do pai”, isso a fez procurar trabalho em outras roças. Trabalhando, de segunda a sexta, na roça de outras pessoas, e recebendo o pagamento na sexta-feira. Nessa época, seu esposo e o seu irmão Macau trabalhavam na extração de pedras em Conceição de Suruí.

Ciléia recorda que recebeu um conselho do agricultor para o qual trabalhava: “Vocês com a terra daquela lá, e vocês trabalhando para os outros; os maridos de vocês não estão

sabendo aproveitar as mulheres que têm. É uma pena vocês trabalharem para os outros”. O conselho foi dado a Ciléia e a Maria, esposa de seu irmão, Macau. De fato, a terra que antes era área de plantio, estava inutilizada, “produzindo apenas mato”.

As mulheres comunicaram aos seus maridos sobre o conselho recebido, mas eles não se posicionaram sobre a possibilidade de manejar a área. O que havia eram dúvidas e inseguranças, pois Ciléia analisa que, na roça dos outros, trabalham-se cinco dias e, na sexta-feira, há a certeza que receberá o pagamento pelo trabalho.

Ciléia, mesmo na contramão, decidiu começar o manejo da área que seu pai e sua mãe lhes destinaram como herança. Ela e Maria começaram a trabalhar no terreno, primeiro roçaram a braquiária e logo começaram a plantação. Ciléia recorda que “plantamos tudo errado!”: Plantaram uma moita de inhame. Com isso, Ciléia brinca que os maridos ficaram com vergonha da iniciativa delas e se dispuseram a somar forças nessa empreitada.

Com isso, a rotina se intensificou: Além do trabalho dos homens na pedreira, no final da tarde, eles roçavam a área para o plantio. As mulheres também tinham uma dupla jornada: Trabalhando de diária na roça de outros agricultores e, à tarde, iam roçar a própria área. Quando chegou o momento de destocar o terreno, Ciléia lembra que havia muitos tocos de braúna e que, “se você cavasse menos de um metro, já vinha água debaixo”.

Ciléia aponta para uma determinada área de seu quintal e descreve: “Isso aqui era tudo lírio. Era um brejo de mangue”. A presença dessa vegetação deve-se à proximidade do rio Suruí.

O manejo que ela e seus irmãos fizeram nas terras da família, foi o destaque: Cortar e retirar as madeiras do solo para deixar o terreno mais plano e adequado para a passagem de maquinários.

Nesse processo, Ciléia, seu esposo, Maria e Macau resgataram os conhecimentos adquiridos com o patriarca da família e também agregaram novos saberes.

Ciléia pontua que havia uma recomendação para não se colocar fogo na turfa, que é um material orgânico inflamável, e entenderam que, devido ao tipo de solo e sua profundidade, o que produzem atualmente, são os produtos que melhor se adaptaram ali, naquela área. Ciléia afirma: “Aqui, o que dá é inhame, batata-doce e milho”. Hoje, a produção é organizada por épocas e estações específicas, sendo plantadas as culturas do jiló, quiabo, milho, inhame, batata-doce, cará, pimenta, entre outras culturas. Hoje, são três, as famílias que manejam a área: Ciléia e seu esposo Gessi; Maria e seu esposo Macau; Oséias, Patrícia e seus filhos. No terreno, dividido em quadrados, distingue-se visualmente as áreas plantadas, pois na área não há cercas.

Cada um desmatou e cuida de um pedaço. Não quer dizer que é meu. Mas eu não mexo na roça deles e eles não mexem na minha. Meu esposo e eu somos uma coisa só. Mas como o terreno é muito grande, a gente dividiu em pequenos pedaços. A terra tem que produzir e lá eu planto o que eu quero, cada um planta e faz o que quer.

Figura 33 - Vista parcial da área de plantio



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Ciléia explica que o terreno é dividido em quadrados de cultivo, onde cada membro da família é responsável por uma parte.

Oséias, por exemplo, cuida de um quadrado. Outro quadrado é ela quem cuida, e outro o esposo quem cuida, e assim por diante.

Ela descreve a colaboração entre eles: “Se eu quiser pegar um milho, se ela tem milho, eu não tenho: Oh Maria, me dá um milho aí? Me dá uma raizinha de aipim? Cada um respeita o trabalho do outro”. Ciléia fala que onde ela cuida, seu esposo também cuida. E que há autonomia e liberdade para organizarem seus horários na roça. Quando dá para trabalhar os dois juntos, trabalham; mas caso não dê, faz-se uma divisão de tarefas.

Figura 34 - Ciléia e sua pequena criação de suínos



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Por uma questão de facilidade e praticidade, a venda é feita separadamente, com cada casal comercializando suas próprias produções. Mas, sempre mantendo um clima de colaboração mútua.

Hoje, Ciléia considera a venda para o camelô melhor que a venda para o CEASA-RJ (Central de Abastecimento), pois o agricultor precisa arcar com os custos do frete, comissão e as caixas que embalam. Desta forma, o produto já sai com custos a serem pagos, antes mesmo de serem vendidos.

Hoje, Ciléia escolheu priorizar a comercialização com os camelôs, pois não há custos a serem pagos. O camelô leva a própria caixa e busca a produção diretamente na roça do agricultor.

Ciléia analisa que, para a sua família, o rendimento das vendas para os camelôs é suficiente. Atualmente, ela só envia produtos para o CEASA-RJ, caso haja uma produção excedente. Também tem contatos para a venda a sacolões.

Ciléia apresenta uma situação que vem dificultando a produção de seu sítio, que são as enchentes: “Veio a chuva, e a batata-doce estava na hora, mas estragou tudo! Íamos esperar pelo caminhão. A água ficou parada lá e apodreceu tudo”.

Durante a pandemia, Ciléia conta que cuidou de sua filha gestante, precisando lidar com as notícias sobre os perigos da covid-19 para os grupos de risco.

Ciléia pondera: “O que é a vida, né? A gente não ter contato com outro ser humano?” O contato interpessoal foi feito com cautela e distância, com o uso de máscaras e evitando aglomerações.

Ciléia relata os protocolos que foram adotados para que a família e a filha ficassem seguras. Ciléia conta que, após a estabilização do cenário epidêmico, constatou ter um quadro de pressão alta. Ciléia realizou consultas médicas, e ela recebeu prescrições para o uso de medicações, que tem tomado algumas durante o dia. Ela observa que, hoje, algumas vezes, se sente mal quando está em casa, mas quando está na roça não se sente mal.

Elá conta sobre o seu processo de descoberta do desequilíbrio de saúde. Consultou-se com um nutricionista, na ocasião, foi parabenizada por sua condição de saúde e, ao retornar para casa, ela presenteou-se com diversas guloseimas.

Ao longo dos dias, Ciléia percebeu que seus dedos da mão estavam doendo. Sentia dificuldades, por exemplo, para arrancar capim e descascar alho. Diante disso, sua filha a aconselhou a fazer uma visita ao médico ortopedista.

Ciléia seguiu consultando-se com alguns especialistas. Buscou auxílio no hospital público, porém, por haver uma extensa lista de espera, consultou-se pelo sistema privado de saúde. Descobriu-se pré-diabética e hipertensa. Com a descoberta desses desequilíbrios, avaliou seus hábitos alimentares.

Relata que começou reduzindo alguns alimentos, mas que, ao longo do tempo, entendeu que deveria evitar guloseimas, e isto de fato, potencializou seu emagrecimento. Ciléia analisa que os hospitais públicos e os sistemas de saúde, por vezes, não conseguem atender às necessidades da população.

3.6 Guida e Amigos

Quando chegamos ao sítio de Margarida, era como chegar a um lugar bom! Guida nos recepcionou com prazer, logo nos ofereceu um repelente caseiro (feito de ervas medicinais) e disparou: "O que você quer comigo?". Invertendo a situação, onde ela começou fazendo as perguntas! Demonstrou uma memória afiada sobre a comunidade da Cachoeira Grande. Guida veio do Rio de Janeiro para Magé, ainda na década de 1980, junto com seu esposo e filhos.

Relembra que, na época, seu esposo trabalhava oferecendo serviços de fretamento, porém, essa atividade não era tão interessante, pois não gerava uma renda suficiente para a família.

Sua família veio morar em Cachoeira Grande, pois a transição para a agricultura foi um evento familiar e todos se mobilizaram para realizar essa mudança. As terras onde moram, agora, foram compradas em quatro: Os irmãos, mais a sua tia.

Ela nos contou que: "Aí nós viemos para cá, e estamos até hoje aqui, plantando, criando os filhos, e cada um agora não quer mais..."

Seu Guido era um grande produtor de goiaba na região, e foi figura importante na vida de Guida, pois ofereceu ajuda e conhecimentos à família de Guida, assim que chegaram à comunidade. Ao que afirma: "Então, quando a gente veio para cá, eu tive muita ajuda deles. Como amigo. Porque eu não sabia nem o que era um pé de laranja, não sabia nem o que era um pé de nada e eles ficaram ajudando."

Guida veio da cidade e aprendeu a lidar com a roça. Trabalhava nas suas terras com os filhos e mais um ajudante. Todos trabalhavam. A produção do sítio resultou em fartura e renda para a família, pois também vendiam a produção para o CEASA. Guida recorda que "saíam três caminhões para o CEASA, dia sim, dia não. Vendia caixas de quiabo, pimentão junto com outros agricultores da região".

Em sua análise da atualidade, Guida apresenta observações interessantes e até mesmo preocupantes sobre o futuro da agricultura familiar em Magé. Guida observa que, assim como não há mais trabalhadores, também não há mais roças. Guida conclui que as áreas de roça irão, sem demora, transformar-se em áreas urbanizadas. Neste processo de transformação, ela aponta um sinal: Ela vendeu sua tobata, pois não há quem opere este maquinário para ela. Ressaltando a dificuldade de se trabalhar sozinha, hoje, adotou a estratégia de ceder metade do seu sítio (dois hectares), para ser plantado por outro agricultor; chama-se esse acordo de meia.

Porém, mesmo diante de um cenário de quadros pessimistas, Guida mantém o otimismo. E faz planos, para si mesma e para o sítio. Atualmente, está focando em aumentar a diversidade produtiva, em menor escala. O planejamento inclui investir no plantio de frutíferas, focando nas frutas exóticas.

O pomar de frutas exóticas é uma meta baseada no trabalho que Guida já vem desenvolvendo como culinária. Sim, Guida é agricultora e culinária. Ela nos conta que, desde sua chegada a Magé, vem se dedicando e especializando-se nas práticas referentes ao processamento dos produtos agrícolas.

No início de seus aprendizados, ela conta que “tinha uma cozinha na casa da sogra, e ali fazíamos os processados, na cozinha dos “cumpadis”. Produzia, colocava no carro e vendia. Eu, minha tia, minhas irmãs, vinham para cá e me ajudavam. Todos os cursos eu fazia”.

Ela diz que se colhia muito no sítio, e ela já sabia fazer processados, mas os cursos lhe instrumentalizaram para que isso fosse transformado em atividade produtiva. Guida pontua que a Emater era uma instituição presente em seu dia a dia, sobretudo porque promovia cursos para os agricultores da região.

Guida é inteligente, simpática e criativa em suas receitas e inovações gastronômicas. Seus produtos vêm de sua roça, e ela realiza o processamento; por exemplo, ela produz farinha de pupunha, extrai o óleo de pupunha... “Aí, eu vou inventando as coisas”.

Guida ainda compra maquinário para a sua cozinha e testa receitas com materiais que em suas viagens ela compra. No passado, Guida vendia seus processados para seus amigos do Rio de Janeiro, local onde já residiu, e fazia isso levando até lá seus processados. Hoje, no entanto, os amigos e amigas de Guida são assíduos compradores de sua produção e muitos vêm até sua casa para comprá-los!

Atualmente, prefere expor seus produtos em eventos. Esses eventos geralmente estão atrelados a outras atividades que têm como objetivo a promoção da agricultura familiar ou afins. Esses eventos geralmente convidam os agricultores e artesãos a expor seus produtos, o que pode resultar ou não em vendas.

Os eventos dos quais Guida participa, segundo ela, são quase como um jogo de sorte. Por vezes, podem ser muito lucrativos, com público e boas vendas, ou não. Os eventos que Guida considera ruins são aqueles que não dispensam atenção à questão da publicidade, o que não gera conversão de público.

Guida já participou da Feira da Agricultura Familiar de Magé, que fica no centro de Piabetá, e diz que trabalhou muitos anos, mas que hoje não pode mais, pois não tem mais carro nem suporte. Guida pondera que não faz falta a renda da comercialização, mas faz falta a vida social. Sobre a vida social, ela diz: "Mas não está me fazendo falta, não; falta faz que você precisa de sair, né? De ter uma vida social, vida social é bom. Na vida social você conversa com um, conversa com outro".

Guida, hoje, mantém o foco em criar novas receitas com os produtos do sítio, compartilhar a vida com os amigos, plantar suas árvores e sorrir!

CAPÍTULO IV: DISCUSSÃO

Buscamos verificar a importância das práticas agrícolas para a segurança alimentar e geração de renda para suas famílias e comunidades. Quanto a isso, podemos afirmar que há potencial produtivo para o atendimento às demandas de autoconsumo e para comercialização. Quando questionadas, todas as mulheres entrevistadas responderam que consomem sim o que produzem. Porém, em diferentes níveis e diferentes gêneros dos alimentos, conforme o sítio produz. Há também aquelas que não plantam para a comercialização, ficando apenas com o autoconsumo, inclusive do que o sítio produz espontaneamente (sobretudo algumas frutas, legumes, e plantas alimentícias não-convencionais). O quintal das mulheres entrevistadas ficou reservado para o armazenamento de ferramentas agrícolas, adubos, automóveis, etc. Também são ocupados com árvores, ervas medicinais e flores. Nos quintais ao redor da casa, não foi observada a presença de hortas. Em alguns casos, essa produção de hortaliças estava sendo alocada na área de lavoura, ou seja, distante da residência da família. A ausência das hortaliças nos quintais ao redor da casa pode ser uma configuração apenas sazonal. A presença ou não das hortas nos quintais não foi interpretada como indicativo de correlação entre presença da horta e autoconsumo, pois não empregamos nenhuma técnica que pudesse inferir essa relação.

No entanto, não podemos deixar de destacar que segurança alimentar supera as dinâmicas de fornecimento de alimentos, em quantidade adequada e constante. Problematiza as relações de estrutura agrária brasileira, o modelo produtivo e, finalmente, o acesso aos alimentos. Com isto queremos dizer que uma das formas para que haja segurança alimentar seria por meio da promoção de “estilos de agricultura (...) compatíveis com as especificidades dos agroecossistemas, levando-se em conta os sujeitos, os conhecimentos locais e a utilização de tecnologias menos agressivas ao ambiente e à saúde das pessoas” (CAPORAL & COSTABEBER, 2003 *apud* OLIVEIRA. et al, 2018, p.717).

Agroecossistema é um conceito adequado para entendermos os ecossistemas manejados e construídos pelos agricultores.

Para desenhar agroecossistemas produtivos, saudáveis e sustentáveis, os ecossistemas naturais de cada local são a principal referência (MONTEIRO, 2012, p. 72).

É importante perceber que o agroecossistema tem uma ecologia que pode ser analisada à luz dos ecossistemas naturais do lugar; mas também engloba um conjunto de relações sociais e econômicas. Diferentemente dos ecossistemas não manejados, os agroecossistemas têm a função de gerar produtos para os seres humanos. E, para as famílias agricultoras, é do agroecossistema que é obtida renda monetária. (...) Interessa, portanto, aplicar o conceito de agroecossistema à realidade da agricultura camponesa no Brasil. É isso o que veremos a seguir. Na definição de Gliessman, “um agroecossistema é um local de produção agrícola compreendido como um ecossistema.” (2000, p. 61). Compreender o local de produção como um sistema é uma proposta de análise e intervenção muito diferente do enfoque técnico científico convencional, que vê o solo como suporte físico para as plantas e enxerga os cultivos, mas não as interações ecológicas, muito menos as relações sociais e econômicas que se processam nos agroecossistemas (MONTEIRO, 2012, p. 70).

Segurança alimentar deve manifestar o equilíbrio produtivo e o uso sustentável dos ecossistemas, assim como entre as relações de consumo e convívio. Vale questionar quais as práticas agrícolas, das mulheres pesquisadas, se relacionam com a sustentabilidade, a produtividade e a saúde dos ecossistemas manejados? Observamos que há uma narrativa sobre práticas agrícolas agroecológicas. Mas vale registrar que nenhuma delas utilizou este termo durante as entrevistas, o que não significa que não se identifiquem com a agroecologia. Ocorre que não foram perguntadas diretamente sobre isto.

Observaram-se práticas de conservação do solo, e ainda práticas de reflorestamento. Há uma tendência ao imediatismo na tomada de decisão sobre o processo de conservação dos *habitats* e espécies animais e vegetais, e muito se demanda, dos agricultores, essa responsabilidade. Como responsabilidade dos agricultores, deve ser assumida, no entanto, devemos ainda, se possível, identificar como o conservacionismo deve aprender a olhar o processo de criação e recriação dos habitats que diversos agricultores fazem. Como por exemplo, o caso do casal Lena e Dimas, os “plantadores de árvores”, ou ainda a experiência de Maria José e Genário que estão desenvolvendo o reflorestamento do sítio. Lembrando que quando Lena e Dimas, conscientemente, escolhem transicionar a lavoura branca, eles tornam-se mantenedores de uma biodiversidade. Guardiões! Temos também o Jeremias, colaborador da pesquisa, plantando uma árvore por vez, tem a capacidade de recriar ambientes naturais, ricos em diversidades biológicas.

A transição para a floresta é um exemplo, nestes casos, de mudança de manejo, do convencional para o mais ecológico. Resultado de um processo de educação, sensibilidade e mudança de paradigma produtivo. Jeremias já foi um agricultor convencional, e ele também nos apresentou sua agrofloresta, onde, a cada passo, fala de seu sobrinho Douglas, como aquele que herdará, junto com seus filhos, os frutos do seu trabalho.

O campesinato pode apresentar respostas às mudanças que acompanham a ação do ser humano no mundo, e as mudanças climáticas são uma crise que os agricultores e agricultoras têm denunciado. Então, além de coproduzirem com a biodiversidade natural, os agricultores ainda tendem a preservá-laativamente. Seja plantando novas árvores, ou ainda mudando suas crenças em relação aos modelos produtivos praticados e instituídos. Sensibilizam-se por meio da comunicação com a natureza. Por exemplo, as agricultoras Lena e Glória apresentam suas observações sobre as mudanças do clima. E essas observações são feitas no próprio sítio, por meio do comportamento alterado dos cultivares, como também relata a agricultora Glória:

Se nós seres humanos estamos sofrendo pra caramba, qualquer mudança afeta a agricultura... Porque tudo tem a época, agora se a gente observa essas épocas, elas foram mudadas, nós estamos no inverno, cadê o inverno? Que calorão é esse que quase nos matou aí? De onde veio esse calor? Imagine as plantas como é que ficam? A terra bem cuidada, com adubo e tudo, ela produz. Só que infelizmente o clima está mudando, então para o agricultor é um desafio. Agora ele tem que ser mais atento, ele tem que dar o seu jeito, as suas maneiras de vencer essas dificuldades aí, de uma forma ou de outra. Com a sua inteligência para ajudar a terra!

Ora, isto pode ser visto como uma potencial denúncia das sequelas da mudança climática, reafirmando o caráter de guardiões de uma “mensagem” da natureza e sua ecologia.

Glória pondera que sua terra foi considerada improdutiva, mas que ela conseguiu fazê-la produzir. Já a agricultora Lena demonstra um conhecimento empírico sobre as plantas indicadoras:

A fertilidade do solo você conhece pelo mato que nasce. Onde nasce caruru a terra é boa. Onde nasce trapoeiraba a terra é boa, excelente. Onde nasce dormideira a terra é acida. Onde nasce capim mulambo a terra é boa. Aí, você também não vai mexendo muito com a terra, a terra tá lá descansando. A lavoura branca você mexe muito com a terra quando passa o trator. Você revira, revira, o sol mata os bichinhos que estão lá dentro, quando você vira a terra vai matando os bichinhos, é igual tacar fogo na terra. Você planta suas árvores lá, suas goiabas, suas laranjas e você não vai passar a tobata, passar trator no meio, você vai só roçar. O mato vai ficar naquela altura ali. Você roçou a terra vai estar sempre coberta, ela nunca vai estar exposta ao sol. Então a terra tá ali descansando, ela está viva. Aprendi isso no dia a dia da gente mesmo. Você anda na terra descalço. A terra sem mato, sem nada no calor, no sol você não aguenta pisar na terra. Você anda na terra onde tem o capim você vai sentir queimar o seu pé? Não vai! Aí que você percebe as coisas.

A agricultora Rose afirma: “Se os agricultores pararem, não vai ter água”. Segue uma linha lógica: “Arrancaram as florestas, plantaram eucalipto, cessaram as águas”. E afirma: “Meu pai estava certo, a água acabou”. Já o casal Maria José e Genálio recorda que os dois trabalham no plantio de árvores frutíferas, afirmindo sempre que “tudo que planta, aqui dá”. Guardam sementes; usam caldas no manejo de pragas e doenças; e realizam a adubação orgânica. Já Ciléia aponta que o fogo, na turfa (material orgânico), não deveria ser utilizado como manejo, e que haveria maior produtividade, caso fossem plantadas culturas adaptadas ao solo e às condições climáticas. Relata que a matéria orgânica deve ser incorporada ao solo, após as colheitas.

Observa-se que cada agricultor lança mão de conhecimentos sobre práticas agrícolas, conservação do solo, reflorestamento e preservação da flora e fauna. O que identificamos também é que há dois modelos de manejo agrícola (convencional / químico e orgânico / ecológico), e que algumas agricultoras e agricultores, por vezes, mesclam suas técnicas agrícolas. No mais, o que queremos dizer é que a sensibilidade que os agricultores desenvolveram serviu no direcionamento do trabalho de preservação e recriação das diversidades biológicas, assim como instrumentaliza para a leitura do ambiente em que estão. Mas, para isso, a via de comunicação deve manter-se “aberta”. É necessário o desejo de trabalhar com a natureza e para Deus. Como diz Primavesi:

E é assim que ele se dá conta de que é produtor de alimentos junto com a natureza que Deus criou, que respeita as leis eternas e que acredita em si mesmo (PRIMAVESI, 2008, p. 4).

A professora Ana Primavesi (2008) pontua que há três principais formas de manejo dos solos agrícolas. O primeiro seria o manejo convencional (químico), que utiliza o solo como suporte para as culturas agrícolas, com adubação nitrogenada e uso intensivo de agrotóxicos, gerando, entre outras consequências, a erosão, a redução do teor de matéria orgânica disponível. O segundo seria o manejo feito pela agricultura orgânica por substituição de insumos:

Não é baseada em princípios ecológicos, e sim na mera lógica de substituição de insumos, pode ser bastante trabalhosa e exigir muitos sacrifícios do agricultor. Nesse caso, sua base é o uso intensivo de compostos e estercos que nem sempre têm procedência em sistemas orgânicos de produção (PRIMAVESI, 2008, p. 3).

As consequências alarmantes desse tipo de manejo seriam a baixa capacidade de aumento da fertilidade do solo e a desconexão dos princípios sociais, ambientais e ecológicos que envolvem a prática da agricultura com bases ecológicas. Simas (2019) complementa que:

Conquanto, historicamente, a agricultura orgânica tem seus princípios e posições científicas fundadas na preservação ambiental e ecológica, em seus manejos produtivos, não problematiza questões de cunho socioeconômico da agricultura industrial, como a monocultura, o êxodo rural, as grandes concentrações de terras, os processos educacionais descontextualizados com as realidades rurais, a inclusão dos jovens e mulheres nos espaços de debate e decisões, entre outros. O conceito de agricultura orgânica, no Brasil, por sua vez, engloba qualquer prática de agricultura que não utiliza insumos químicos ou agrotóxico “O conceito de sistema orgânico de produção agropecuário e industrial abrange os denominados: ecológico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei” (BRASIL, 2003, art. 1º § 2º) (SIMAS, 2019, p. 24).

Já o terceiro seria o manejo ecológico, ou agroecológico.

A Ecologia se refere ao sistema natural de cada local, envolvendo o solo, o clima, os seres vivos, bem como as inter-relações entre esses três componentes. Trabalhar ecologicamente significa manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida. Sempre que os manejos agrícolas são realizados conforme as características locais do ambiente, alterando-as o mínimo possível, o potencial natural dos solos é aproveitado (PRIMAVESI, 2008, p.7).

As características desse manejo envolvem o solo vivo, a biodiversidade e a autoconfiança do agricultor.

Um solo vivo pressupõe a presença de variadas formas de organismos interagindo entre si e com os componentes minerais e orgânicos do solo. Essa dinâmica biológica exerce uma função essencial na agregação do solo, de modo a torná-lo grumoso e permeável para o ar e para a água. Além disso, são esses organismos que mobilizam os nutrientes e os disponibilizam para as plantas (PRIMAVESI, 2008, p. 9).

Ana Primavesi pondera a necessidade de manutenção da vida do solo tropical, pois este apresenta empobrecimento mineral, por conta dos fatores climáticos. Frente a isso, a agricultura ecológica, ou agroecológica, deve lidar com essa questão de forma estratégica e inteligente, visando à promoção da saúde do solo. E a autoconfiança do agricultor, seria a confiança nos saberes, observados, praticados e sistematizados.

Nas últimas décadas incutiu-se nos agricultores a crença de que eles dependem de assistência técnica para manejar seus solos já que não conseguem interpretar por si sós as análises químicas. Como não foram capacitados para fazer essas análises, passaram a ser condicionados a receber orientações sobre o quê e como fazer. Esse foi o caminho pelo qual foram induzidos a adquirir máquinas e insumos químicos, tornando-se assim co-financiadores da industrialização, ao mesmo tempo em que perderam a auto-confiança em seus conhecimentos adquiridos pela experiência e pela observação da natureza. Já na Agroecologia, o agricultor deixa de perguntar “O que faço?” e passa a questionar “Por que ocorre?”. Simplesmente ao reorientar o tipo de pergunta diante de um problema técnico em seus cultivos, ele muda a sua atitude em relação à forma de praticar a agricultura. Em vez de receber receitas técnicas prontas, passa a observar, pensar e experimentar. Com o tempo ele começa a produzir melhor que a agricultura convencional e ganha autoconfiança. E é assim que ele se dá conta de que é produtor de alimentos junto com a natureza que Deus criou, que respeita as leis eternas e que acredita em si mesmo (PRIMAVESI, 2008, p. 10).

Se mantivermos as vias de comunicação limpas de interferências da sanha pelo lucro, dos vícios e das corrupções que sondam e seduzem os camponeses, será possível o florescimento da segurança alimentar e nutricional para os camponeses e para todos os que entrarem em contato com esse modo de vida, neste território.

Quanto à geração de renda, questãoposta no objetivo específico desta pesquisa, observa-se que os agricultores estão gerando renda a partir da prática da agricultura. Quase todas as agricultoras entrevistadas comercializam nas feiras locais, e esta movimentação indiretamente mantém a renda circulando no município de Magé. Há ainda aquelas que vendem para camelôs, também temos aqueles que realizam mais de uma feira durante a semana, podendo ser na região metropolitana ou no centro do Rio de Janeiro. Todos contam com uma segunda fonte de renda (aposentadoria) geralmente adquirida recentemente, nos últimos cinco anos.

4.1 Construção de conhecimentos: a Feira da Agricultura Familiar

A Feira da Agricultura Familiar de Magé apresenta-se como um espaço potencial à troca de conhecimentos científicos e empíricos sobre educação ambiental, agroecologia, modo de vida camponês, consumo e produção de alimentos, saúde, entre outros temas. Na Idade Média ocorriam trocas de mercadorias e produtos entre grupos tribais. Os momentos de troca eram ritualizados. Ainda na Idade Média surgiram os espaços de trocas que contavam também

com a realização de atividades políticas.

A Feira da Agricultura Familiar de Magé segue como um espaço de comercialização onde os agricultores familiares encontram o seu público. A feira é um espaço de acesso a alimentos que utilizam nenhum ou muito pouco agrotóxico em sua produção. Há os agroecológicos; há os em transição; há os que plantam algumas coisas com adubação química, outras coisas com adubação orgânica; há os que complementam sua produção com a produção de outros agricultores (convencionais ou agroecológicos). Ou seja, existem várias configurações no que se refere à disponibilização e origem dos produtos.

Mas é sabido, certamente, que todos são agricultores. Bom, é uma feira, como descrito, da agricultura familiar de Magé. Há artesanatos, mudas de plantas, mel e xaropes. Há também sucos da fruta; já houve uma época em que havia tapioca feita na hora pela agricultora Guida; há frutas, legumes e verduras *in natura* e descascados. Há a presença das plantas alimentícias não convencionais e das ervas medicinais. É uma feira bem bonita e colorida!

Os agricultores / feirantes iniciam a preparação dos produtos para a feira sempre no dia anterior. Eles colhem na sexta-feira e vendem no sábado. Jeremias, Roseani e Lena, sabem e se aprontam para estarem na feira antes das 05h! Colhem as frutas, descascam os legumes e, já à noitinha, realizam a colheita das hortaliças.

A feira segue animada até as 14h, quando é o momento de se iniciar o encerramento das atividades; por ali, entre as 13h30min, já podemos observar alguns alimentos sendo recolhidos, quando surge um convite: “Ei, menina! Você quer essa jaca? Quer mais um pouco de araçá? Pode levar!” A troca e a doação de vegetais e frutas, ao final da feira, costuma ser uma prática recorrente dos agricultores. As doações são realizadas para os consumidores que talvez queiram levar um pouco mais daquilo que compraram, ou entre os transeuntes ou pedestres que circulam pela feira. Os produtos vegetais que demonstram maior durabilidade são armazenados para serem consumidos pelos agricultores, ou para serem vendidos em alguma outra feira local.

Utilizaremos as reflexões de Vedana (2013) que estudou as feiras de Porto Alegre, São Paulo e Paris, para nos conduzir neste olhar sensível para o espaço selecionado como agregador de um potencial de ser uma sala de aula a “céu aberto”. O princípio do trabalho educativo acalentou a percepção do trabalho do campesinato como capaz de gerar, se

fundamentado nas virtudes do sistema campesino, a reflexão e a manifestação de saberes. Vedana (2013) elenca conhecimentos que podem ser adquiridos, praticados e transmitidos nestes espaços da feira de rua, sendo fruto do trabalho reflexivo.

As reflexões que esses trabalhadores elaboram sobre seu trabalho no dia a dia do mercado evocam os saberes e fazeres que sistematizam nessa trajetória: as formas de tratar os fregueses, o conhecimentos sobre os alimentos, suas origens, circulação e distribuição, as redes de fornecedores que tecem, etc. (VEDANA, 2013, p. 41).

Olhemos um diálogo ocorrido entre a agricultora Roseani, em sua banca, e um freguês:

— Quanto é o inhame? Perguntou o cliente.
 — Dez reais. Respondeu Roseani.
 — Ué, mas ali é oito...
 Seguiu-se um breve silêncio e Roseani ponderou:
 — Às vezes, o barato sai caro...
 — Verdade! Me dá um quilo, mas escolhe pra mim!

Os fregueses confiam que Roseani escolherá os melhores produtos. Deixam a seu encargo, e até pedem por isso. Isso demonstra uma destreza quanto aos códigos de tratamento, que se espera, sejam aplicados no ato da venda. Vedana (2013) afirma que a comunicação é um conhecimento desenvolvido e aplicado nas feiras de rua.

Mas, de todos esses saberes e experiências que conformam o trabalhado do feirante, um deles é visto como fundamental por todos os interlocutores desta pesquisa: a capacidade de interação com o outro e o jogo social com fregueses e mesmo outros feirantes, a maestria de instaurar as jocosidades e consolidar vínculos com fregueses (Vedana, 2008). A sociabilidade, portanto, é o elo fundamental de minha argumentação sobre o feirante como um trabalhador urbano. No decorrer de suas atividades é preciso dominar esse jogo, colocar a palavra em circulação no mercado e construir laços de reciprocidade com seus fregueses, produzindo o sucesso do seu negócio. De um lado temos a sociabilidade como instrumento de trabalho – que precisa ser desenvolvida e também ensinada aos sucessores –; e, de outro, temos o espaço da rua, da calçada, como local de trabalho (VEDANA, 2013, p.46).

A comunicação como ferramenta que deve ser utilizada nesse jogo de interações, talvez até um jogo lúdico e seu estado de consciência que une as dimensões do ser humano e que agraga ao indivíduo experiências prazerosas. As negociações e o mercado acompanham a humanidade e o que sentimos quando fazemos este jogo do vender e comprar? Porque repetimos os mesmos códigos em busca dos mesmos resultados? Tudo isso é vivenciado por

cada feirante, demonstrando uma destreza quanto ao tratamento dos clientes, reforçando a percepção de complexidade de ações e sentimentos manifestos em cada interação humana. A ludicidade não deve ser vista com estranheza, afinal o jogo da história oral também é lúdico.

A ênfase depositada na construção do laço social com seus fregueses (e também fornecedores e colegas) relacionada com a repetição cíclica dos gestos e práticas no mercado, nos revelam que fazer a feira é também fazer o feirante, no sentido de um métier construído cotidianamente a partir de uma experiência compartilhada (SILVA; MIRANDA, 2015, p. 348).

Memória e diálogo estão um para o outro. O comunicador comunica e preserva a memória. Memória e diálogo estão um para o outro. Iluminar o presente a partir do passado. Comunicando! Roseani nos ensinou, enquanto estivemos em sua banca, um conjunto de conhecimentos.

A feira é um espaço de contato. Ser humano com ser humano! Mas Vedana (2013) ainda identifica que os mercados de rua podem ocultar camadas das relações de trabalho e propriedade:

Voltando para os mercados de rua e observando esse feirante em suas práticas de trabalho, evidenciam-se pouco a pouco estas múltiplas camadas: é proprietário de seu negócio – que se torna um negócio da família –, mas não exatamente um micro ou pequeno empresário, não opera apenas na administração ou gestão, embora também o faça. Ainda que proprietário e consciente de sua hierarquia frente a outros colegas de banca que podem ser seus empregados ou familiares, engaja-se nas tarefas mais básicas de seu processo de trabalho, como montar e desmontar a banca, varrer o chão, etc. de forma que, apenas observando as atividades e os gestos de trabalho de maneira superficial, não acedemos a essa hierarquia (VEDANA, 2013, p. 45).

Por meio do trabalho, há a transformação da natureza. O trabalho sistematiza reflexões, reivindicadas pelo processo do trabalho, e conhecimentos, como produto final das reflexões. O trabalho deve ser visto como princípio educativo, mas não o trabalho patronal, mas sim o trabalho criativo e autônomo! Um trabalho humano que humaniza; frutificante de mais humanidade. O trabalho como princípio formador e transformador do ser humano.

No caso do trabalho como princípio educativo, trata-se de compreender a importância fundamental do trabalho como princípio fundante na constituição do gênero humano. Na construção da sociedade, cabe interiorizar desde a infância o fato de que todo ser humano, enquanto ser da natureza e, ao mesmo tempo, distinto dela, não pode prescindir de, por sua ação, sua atividade física e mental, seu trabalho, retirar da natureza seus meios de vida. A afirmação remete à produção do ser humano como um ser da natureza, mas também como produto da sociedade e da

cultura de seu tempo. Trata-se, então, de, no processo de socialização, afirmar, o entendimento do meio de produção e reprodução da vida de cada ser humano – o trabalho – como um dever e um direito em função exatamente do seu caráter humano. Tal interiorização é fundamental, como sublinha Gramsci (1981), para não formar pessoas que se comportem como mamíferos de luxo, vale dizer pessoas que acham natural viver do trabalho dos outros, explorando-os. Daí deriva a relação entre o trabalho e a educação em todas as suas formas, em que se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora mediante o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 751).

Não podemos olvidar a ideia, já apresentada, de Ploeg (2009), onde os resultados do trabalho são serviços resultantes da co-produção com a natureza. Os fundamentos envolvem o uso da natureza e o retorno em bens e serviços ambientais para a unidade de recursos (o sítio), assim como para a família camponesa. Também o camponês se apropria do resultado do seu trabalho, assim como utiliza e se beneficia da produção da natureza. O trabalho camponês difere do trabalho no sistema capitalista, quando operado seguindo os valores do campesinato (PLOEG, 2009). Se algum valor for corrompido e os processos alterados, os resultados da coprodução com a natureza serão outros, assim como a construção de autonomia camponesa. O mercado pertence à cidade, assim como a cidade pertence ao trabalhador.

Poderíamos nos remeter a Max Weber (1979), que descreve a cidade – ou uma das categorias de cidade – como um local de mercado. Nesse caso, o comerciante constitui-se nesse personagem responsável pelo trânsito de mercadorias entre diferentes localidades (VEDANA, 2013, p. 45).

A feira é um espaço de contato com os fregueses, e também representa um espaço de comunicação com a área urbana de Magé. A Feira da Agricultura Familiar fornece uma leitura da realidade agrícola do município.

É importante considerar que o feirante participa das dinâmicas urbanas, seja na elaboração do mercado como um espaço de trocas e de sociabilidades, que são fundamentais para a vida citadina (VEDANA, 2008), seja em suas táticas de reelaborar seu trabalho, tendo em vista as mudanças que o crescimento das cidades impõe às suas práticas. Ao mesmo tempo é esse trabalhador que trará para o espaço urbano os produtos do mundo rural, seja ele um produtor agrícola ou não. Podemos argumentar que esses mesmos produtos podem ser vistos e adquiridos em supermercados, que prescindem da atuação desse trabalhador. Refiro-me, todavia, mais às representações simbólicas que a feira livre enseja, devido à forma como esses produtos são apresentados e comercializados, do que à dimensão de uma razão prática (Sahlins, 2003), relacionada à aquisição de alimentos hortifrutigranjeiros. Se feiras livres e mercados de rua ainda fazem parte da paisagem urbana é porque essa forma de comercializar alimentos permanece plena de sentido para seus *habitués*, trabalhadores ou fregueses (VEDANA, 2013, p. 46).

A feira é uma bandeira viva da existência do campesinato que há em Magé.

Ao mesmo tempo, sistematiza uma série de conhecimentos sobre economia, agricultura, alimentos, importações, etc. que extrapola muito o contexto circunscrito do mercado (ou, enfim, acabam engajando o próprio mercado de rua em uma dimensão mais ampla e global), colocando esse trabalhador em sintonia com os processos de globalização e transformações sociais, econômicas e urbanas, ainda que, em alguns casos, não se expressem nesses termos (VEDANA, 2013, p.45).

A feira como manifestação da diversidade alimentar. Essa ideia deve ser mantida fresca! A feira pode ser um espaço de apresentação dos alimentos in natura, ainda verdes, ainda com folhas, ainda não processados e embalados. O contato manual, físico e sentimental com os alimentos. A cenoura com folhas. O aipim ainda envolto em solo; o milho com pequenos e dourados cabelos. É um trabalho que deve ser feito: Relembra como são os alimentos! A feira apresenta para as pessoas a aparência dos alimentos. Deve-se preservar a memória, a história e os conhecimentos, circulando-os.

Piabetá ainda está muito próxima do rural, porém, ainda assim, há uma tendência ao esquecimento do passado rural, então, a feira deve ser um espaço de lembrança e reafirmação de uma identidade camponesa no centro da cidade. Lembrando que a cidade é o desenrolar do meio rural, é originada a partir do campo, porém, é recomposta e dinamizada de modos diferentes.

Os feirantes são os agricultores, há uma identidade que os acompanha até a feira. Haja vista, que identidade pode ser “formulada e reformulada nos processos sociais. E, passível de transformações pelas relações sociais em que se engajam” (SALES; PORRO, 2014, p. 226).

A Feira da Agricultura Familiar tornou-se um espaço de comercialização, convivência e ainda um ambiente de intervivências. Essa feira, tão cheia de vida, mobiliza um conceito chamado troca de saberes e construção de conhecimentos agroecológicos.

As feiras são espaços com potencial de transmissão de conhecimentos do campesinato para a população em geral. E, no desfecho desta obra, reafirma-se a fé no campesinato.

Fé no campesinato significa, aqui neste trabalho, crer no modo de vida camponês, e também enxergá-lo como um arranjo político e econômico com valores e virtudes próprios do sistema. Enxergar o trabalho realizado; o mercado e suas relações de trocas (PLOEG, 2009).

Parece uma dupla jornada, a de sermos ideologicamente engajados à potência de vida que há no campesinato, assim como, à sua ideologia eminentemente que requer fé para vivê-la!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que os objetivos propostos foram alcançados, pois foram identificadas mulheres agricultoras e, a partir da metodologia adotada, foi possível conhecer suas práticas e as formas de construir e transmitir conhecimentos. A pesquisa permitiu verificar a importância das práticas agrícolas para a segurança alimentar, bem como para a geração de renda familiar.

Inicialmente, esperava-se encontrar elementos que demonstrassem a “transmissão” de conhecimentos agroecológicos nos espaços produtivos das agricultoras (quintais e roças), no entanto, no decorrer da pesquisa, abre-se, de maneira inusitada, um espectro luminoso de possibilidades em forma de narrativas surpreendentes: Muitas histórias de vida; narradores de si mesmos, de suas permanências e inconstâncias na prática da agricultura familiar.

A partir de uma sugestão na qualificação do projeto, passamos a enxergar o processo de “construção” desse conhecimento agroecológico como um processo dinâmico de trocas e diálogos entre agricultoras, dentro de suas dinâmicas de vida. A Banca ponderou que o processo de transmissão de conhecimento, que seria o primeiro conceito, advinha de uma visão tecnicista e extensionista, já por vezes aplicada ao próprio saber camponês, e que a educação popular relembra suas limitações em busca de superá-las.

Construção de conhecimentos abre margens e fronteiras para enxergarmos as pessoas e como elas, em seus fazeres, conseguem construir conhecimentos, sobre a agricultura, sobre a permanência na agricultura ou, como proposto nesse trabalho, sobre como esses conhecimentos são passados à frente, colocados em prática e ensinados a outrem. O processo de construção, troca, diálogos e partilhas, e a atualização do conhecer, nos atraia a atenção. Mas também era curioso questionar quais conhecimentos eram trocados e também construídos.

Chegamos ao fim deste trabalho com mais questionamentos do que respostas, porém, nos sentimos ricos por podermos trazer um balão cheio de histórias de vida de: Homens e mulheres, crianças, filhos e filhas, que amam a terra, amam a natureza, amam a Deus e falam sobre isso, pois tiveram uma vida inteira para viver esse amor.

Estamos muito certos de que há saberes que são do campesinato e há saberes no campesinato! Isso atrai nosso intelecto a investigações e revisões constantes do saber científico.

Questões importantes sobre segurança alimentar e nutricional; sobre acesso à terra; assistência técnica; políticas públicas; projetos; relação campo-cidade, foram reveladas nas histórias de vida, porém, não foi possível extrair, das entrevistas realizadas, elementos que nos permitam uma análise mais consistente sobre essa construção de conhecimentos nos espaços de produção (roças e quintais). Certamente, essa construção ocorre, mas, para acessar seus meandros, talvez, a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada e que demandaria mais tempo, sobre questões mais específicas como as relações intergeracionais dentro de cada família, além de relações cotidianas com vizinhos, parentes e amigos, nos espaços de produção.

Não obstante, a pesquisa revelou a feira como espaço privilegiado onde a construção do conhecimento agroecológico acontece: Entre agricultoras; entre as feirantes e os clientes. Ali um campo fértil para a troca de saberes que, podem sim, representar as salas de aulas tão diversas onde os sujeitos educam-se, seja pelo trabalho ou para o trabalho. As trocas de conhecimentos aconteciam sobre relações sociais, questões políticas, mas também sobre os usos das plantas, cuidados nos cultivos, seus usos e receitas, entre outros. O relacionar-se, tão importante, na feira tem um foco especial. Nos diálogos, que mesmo predeterminados, entre feirante e freguês, podem encobrir anseios altruístas de interação entre humanos. Observou-se ainda que, a feira consegue ser um ambiente de lembrança presente da importância do campesinato em Magé.

Verificamos que esta pesquisa contribuiu, em certa medida, para verificar as estratégias de existência / reprodução do campesinato da região metropolitana do Rio de Janeiro, auxiliando a (re)conhecê-lo por meio de suas histórias, identificando-a por meio de suas práticas e até mesmo classificando-o por meio de suas igualdades e desigualdades. As mulheres entrevistadas deram uma verdadeira “aula de Brasil”, mostrando fatos históricos: A questão da migração; da formação da metrópole Rio de Janeiro, da Baixada Fluminense; dos sonhos de um Brasil industrializado, que se tornam sonhos de um Brasil rural, mais includente e feliz. Para os que afirmam que a agricultura no Rio de Janeiro é irrelevante ou até inexistente, a pesquisa permite afirmar ao contrário. A agricultura no Rio de Janeiro existe sim, e tem uma história de resistência, onde o papel das mulheres tem centralidade, inclusive pedagógica, e mostra a força da agricultura familiar.

Considera-se fundamental a realização de novas pesquisas: Que busquem relacionar as ricas histórias de vida do campesinato brasileiro com o tema da educação; e que busquem mergulhar nas histórias de resistência de camponesas e de camponeses, da Baixada Fluminense. Espera-se que esta dissertação sirva de inspiração e estímulo para o avanço desta área do conhecimento, e que também proporcione maior visibilidade para nossos sujeitos de pesquisa, fortalecendo seus vínculos dentro de suas comunidades, de seu município Magé e com o Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- AMATUZZI, M. M. Fé e ideologia na compreensão psicológica da pessoa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, p. 569–575, 2003.
- ANDRÉ, Marli; LÜDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. Acesso em: 11 out. 2024.
- ARENDT, Hannah. A crise na educação. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 221-247. 1ª edição (Between past and future): 1961.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve)**. *Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, ISSN 1517-1256, v. 27, jul. a dez. 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, lda., Portugal, 1977.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. QUEIROZ, EDITOR, 1979.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. Brasiliense, 1982.
- BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. Coleção primeiros passos. p. 83. Editora Brasiliense, Tatuapé, SP, 1ª edição 1981.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Letras e Ideias, Aparecida, SP, 2006.
- BRASIL. **Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966**. Regulamenta o arrendamento rural e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 nov. 1966..
- BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2006.
Seção 1, p. 1
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 dez. 2024.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In.: **Dicionário da Educação do Campo**. p. 259-267. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, n. 5, p. 611-614, set./out. 2004.
- CAPORAL; COSTABEBER, 2003. In: OLIVEIRA, et al. Agroecologia: um caminho para a segurança alimentar e nutricional de famílias agricultoras. p. 717, 2018.
- Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 9, n. 3, p. 10662-10673, mar. 2023.
- CARDOSO, M. R. G.; OLIVEIRA, G. S.; GHELLI, K. G. M. Análise de Conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 98-111, 2021.
- CRESPO, S. **Lutas populares em Magé: o caso do Assentamento Cachoeira Grande e a multifuncionalidade do trabalhador**. Seropédica: UFRRJ/PRONERA, 2013.
- DEWEY, John. **Experiência e educação**. Edição do Kindle. 2023.
- EMATER, Rio. Diretor-Geral da FAO visita agricultores familiares de Magé e se encanta com produtos da região. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/emater>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- FRANCO, M. A. DO R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, n. 247, p. 534–551, set. 2016.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In.: **Dicionário da Educação do Campo**. p. 750-757. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Resr, Piracicaba-SP**, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr./jun. 2012.
- IBGE. **Mage**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/mage.html>. Acesso em: 27 out. 2024.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna. Disponível em: <https://luckesi002.blogspot.com/>. Acesso em: 08 jan. 2025.
- MEDEIROS, Leonildes Servolo et al. **Conflitos Por Terra e Repressão No Campo no Estado Do Rio De Janeiro. (1946-1988)**. CPDA, 2015.

- MENDONÇA, Marcio. (Coord.). **Territórios da Agricultura Familiar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: alimentos saudáveis nos mercados locais.** 2010. Disponível em: [https://aspta.org.br/files/2015/10/catalogo_PRODUTOS-DA-GENTE_web.pdf]. Acesso em: 30 abr. 2021.
- MONTEIRO, Denis. AGROECOSSISTEMAS. In.: **Dicionário da Educação do Campo.** p. 67-73. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- PESCE, Krüger de; VOIGT, Jane Mery Richter; GARCIA, Berenice Rocha Zabbot. Abordagem qualitativa em pesquisas educacionais: uma perspectiva socio-histórica. **Revista Intersaber**, v. 17, n. 40, p. 26-39, jan./abr. 2022.
- PLOEG, Douwve Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Apoios: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- PRIMAVESI, Ana Maria. Agroecologia e manejo do solo. **Agriculturas**, v. 5, n. 3, p. 7-10, set. 2008
- RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. Companhia grileira e latifundiária: a luta dos trabalhadores rurais de Magé contra a fábrica de tecidos Pau Grande. **Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH**, São Paulo, Campinas, 2012. Disponível em: [[Microsoft Word - 1342666711_ARQUIVO_FelipeAugustodosSantosRibeiro-TextoCompleto.doc](#)]. Acesso em: 30 abr. 2021.
- SALES, Sammy Silva; PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka. Campesinato, identidade e memória: os tiradores de açaí ou como colocar-se no mundo. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 1, p. 225-240, jun. 2014.
- SALLES DA COSTA, Luciana. **Mulheres da terra na construção do território: narrativas femininas.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021
- SAVOLDI, Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 25-45, jan./jun. 2010.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar** [online]. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. 5. reimpr. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Bráulio Rodrigues da; MEDEIROS, Leonildes Servolo de. (Org.). **Memórias da luta pela terra na baixada fluminense.** Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2008.

SILVA, Lourdes Helena; MIRANDA, Élida Lopes. Agroecologia e Educação do Campo na zona da mata mineira. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 337-355, jul./dez. 2015.

SIMAS, Anna Salles. **A formação do técnico em agropecuária, na perspectiva agroecológica**. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

SOUSA NETO, José Marques de. Os Círculos Agro culturais: parâmetros e limites de uma proposta de educação popular no Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TEIXEIRA, Marco A. S. Repressão contra trabalhadores rurais na ditadura civil-militar: reflexões a partir do estudo de caso em Magé (RJ). **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 521-542, 2015.

THIOLLENT, Michel; SILVA, de Oliveria Generosa. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. **Rio de Janeiro**, v. 1, n. 1, p. 93-100, jan.-jun. 2007.

TOLEDO, Cézar de Alencar Arnaut de; GONZAGA, Maria Teresa Claro. **Metodologia e técnicas de pesquisa: nas áreas de Ciências Humanas**. Maringá: Eduem, 2011.

VEDANA, Viviane. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 41-68, jan./jun. 2013.

ANEXOS

Anexo A – Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE) assinados.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Campus Seropédica
 Instituto de Agronomia
 Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola



Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: Maria Isolde da Silva Soares

Assinatura: Maria Isolde da Silva Soares

local e data: Mage, 30 de março de 2024

Declaração do pesquisador

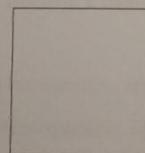
Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: LUCIANA SALLES DA COSTA

Assinatura: Luciana Salles da Costa Local/data: Mage, 30 de março de 2024

Testemunha (Se houver): REGINALDO MASSAKI KOMAKI

Assinatura: Reginaldo Massaki Komaki Local/data: Mage, 30 de março de 2024



Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado)

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante.

Testemunhas _____

Nome: _____ Assinatura: _____

*Este termo foi elaborado a partir do modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Campus Seropédica
 Instituto de Agronomia
 Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola



Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: Maria da Conceição Barcelos Moraes

Assinatura: Maria da conceição

local e data: Mage, 23 de abril de 2024

Declaração do pesquisador

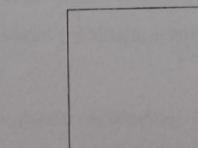
Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: LUCIANA SALLÉS DA COSTA

Assinatura: Luciana Salles da Costa Local/data: Mage, 23 de abril de 2024

Testemunha (Se houver): REGINALDO MASSAKI KOMAKI

Assinatura: Reginaldo Massaki Komaki Local/data: Mage, 23 de abril de 2024



Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado)

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante.

Testemunhas _____

Nome: _____ Assinatura: _____

*Este termo foi elaborado a partir do modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Campus Seropédica
 Instituto de Agronomia
 Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola



Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: Euléia Enoréia Klipel

Assinatura: Euléia Enoréia Klipel

local e data: Mage, 27 de abril de 2024

Declaração do pesquisador

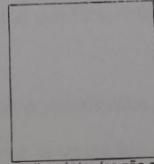
Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: LUCIANA SALLÉS DA COSTA

Assinatura: Luciana Sallés da Costa Local/data: Mage, 27 de abril de 2024

Testemunha (Se houver): REGINALDO MASSAKI KOMAKI

Assinatura: Reginaldo Massaki Komaki Local/data: Mage, 27 de abril de 2024



Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado)

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante.

Testemunhas _____

Nome: _____

Assinatura: _____

*Este termo foi elaborado a partir do modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Campus Seropédica
 Instituto de Agronomia
 Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola



Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: Margarida V. da Silva

Assinatura: Margarida V. da Silva

local e data: Mage, 15 de maio de 2024

Declaração do pesquisador

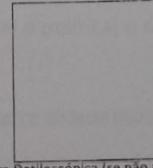
Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: LUCIANA SALLLES DA COSTA

Assinatura: Luciana Salles da Costa Local/data: Mage, 15 de maio de 2024

Testemunha (Se houver): REGINALDO MASSAKI KOMAKI

Assinatura: Reginaldo Massaki Komaki Local/data: Mage, 15 de maio de 2024



Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado)

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante.

Testemunhas _____

Nome: _____ Assinatura: _____

*Este termo foi elaborado a partir do modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Campus Seropédica
 Instituto de Agronomia
 Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola



Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: Maria Helena Fenzola dos Santos

Assinatura: MH

Local e data: Mage, 05 de março de 2024

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: LUCIANA SALLES DA COSTA

Assinatura: Luciana Salles da Costa Local/data: Mage, 05 de março de 2024

Testemunha (Se houver): REGINALDO MASSAKI KOMAKI

Assinatura: Reginaldo Massaki Komaki Local/data: Mage, 05 de março de 2024



Assinatura Dactiloscópica (se não alfabetizado)

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante.

Testemunhas _____

Nome: _____ Assinatura: _____

*Este termo foi elaborado a partir do modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Campus Seropédica
 Instituto de Agronomia
 Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola



Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: JEREMIAS CABRAL DA SILVA

Assinatura: Jeremias Cabral da Silva

local e data: Mage, 20 de fevereiro de 2024.

Declaração do pesquisador

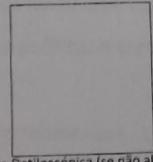
Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: LUCIANA SALLES DA COSTA

Assinatura: Luciana Salles da Costa Local/data: Mage, 20 de fevereiro de 2024.

Testemunha (Se houver): REGINALDO MASSAKI KOMAKI

Assinatura: Reginaldo Massaki Komaki Local/data: Mage, 20 de fevereiro de 2024



Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado)

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante.

Testemunhas _____

Nome: _____ Assinatura: _____

*Este termo foi elaborado a partir do modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.